



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - BANESPA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0358/02	DATA: 07/05/02
INÍCIO: 14h47min	TÉRMINO: 19h14min	DURAÇÃO: 04h27min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h38min	PÁGINAS: 111	QUARTOS: 29
REVISÃO: Antonio Morgado, Irma, Leine, Odilon, Waldecíria, Zilfa		
CONCATENAÇÃO: Amanda		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
CARLOS EDUARDO DE FREITAS - Ex-Diretor de Fiscalização Financeira do Banco Central.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.
--------------------------------

OBSERVAÇÕES
Há oradores não identificados. Há expressões ininteligíveis. Há intervenções inaudíveis. Há intervenções simultâneas ininteligíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 30ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar várias irregularidades praticadas durante a vigência do Regime de Administração Especial Temporária no BANESPA — Banco do Estado de São Paulo S.A. Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da 29ª Reunião a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade de sua leitura.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Julio Semeghini. Em discussão a ata. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovada. Fiz distribuir cópias da síntese das correspondências recebidas pela CPI, as quais encontram-se à disposição dos senhores membros para análise na Secretaria da Comissão. Passa-se à Ordem do Dia. A presente reunião...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Pela ordem, o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Antes de V.Exa. começar a Ordem do Dia, eu queria colocar aqui meu manifesto como Relator e, eu sei, de V.Exa. e de vários membros desta Comissão. Nós estamos trabalhando com muitos dados. Então, obviamente, é uma coisa complexa a Comissão, e não dá para ficar fazendo quatro, cinco reuniões diárias, principalmente quando se trata de ouvir pessoas técnicas. Mas por várias vezes nós tentamos ouvir alguns credores, alguns devedores do BANESPA, entre aqueles 22 maiores devedores. Alguns, quase todos, têm sido contactados. Se não foram, não apareceram, pediram para adiar por motivo que, juridicamente, nós não podíamos aceitar que não o fizessem. E a gente tentando ouvi-los. Muitos deles estão mandando cartas, dizendo que já pagaram suas dívidas. Enfim, mas que isso não significa que eles tenham pago as suas dívidas, ou, se eles podiam ter pago, por que não pagaram ao Erário e esperaram ser privatizado para depois pagar? E todos esses documentos, independente de ouvi-los ou não, nós vamos mandar ao Ministério Público, para que o Ministério Público faça



uma análise, também como a CPI está fazendo. Mas eu quero dizer da minha tristeza de ainda não conseguir ouvi-los e pedir à Secretaria da Comissão que ache uma fórmula jurídica, se possível, para que nós os obrigemos, para ouvir os devedores do BANESPA que foram citados no relatório da Comissão de Inquérito. Que ache uma fórmula jurídica para obrigá-los a vir aqui depor para nós, a fim de que nós possamos ouvir todos aqueles que estão integrados no trabalho desta Comissão, assim como nós vamos, agora, a requerimento de minha autoria, ouvir aqueles que fizeram negociações com as ações. Não todos, porque seria inviável, mas por uma amostragem escolhida entre todos os membros da Comissão para fazê-lo. Então, era essa a minha manifestação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu acolho a manifestação de V.Exa e Solicito à Secretaria que providencie a solicitação. A presente reunião destina-se à oitiva de testemunha. Portanto solicito ao Sr. Carlos Eduardo de Freitas que preste o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Solicito que todos fiquem de pé para ouvirmos o juramento.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – De acordo com o art. 210 do Código de Processo Penal, quero advertir o depoente das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal Brasileiro: "*Art. 342. Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial, policial ou administrativo ou em juízo arbitral. Pena: reclusão de um a três anos e multa*". Com a palavra o Sr. Carlos Eduardo de Freitas, por até vinte minutos, caso queira fazer uso dela antes de responder à pergunta dos Srs. Deputados.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Muito obrigado. Exmo. Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Luiz Antonio Fleury Filho; Exmo. Sr. Relator, Deputado Robson Tuma; Srs. Deputados presentes; senhoras e senhores, eu vou ser breve na minha intervenção inicial, apenas para qualificar, digamos, a minha condição de depoente neste dia. Eu sou um funcionário de carreira do Banco Central do Brasil. Quando entrei para serviço das autoridades monetárias, ainda não existia o Banco Central, ainda estava no tempo da SUMOC. Tomei posse no Banco do Brasil no dia 31 de janeiro de 1963, passando, requisitado



ainda, para a Superintendência da Moeda do Crédito, para o seu Departamento Econômico, em dezembro de 64, e assumi, já no Banco Central do Brasil, em 1º de julho de 1965. Lá, servi em várias posições no Departamento Econômico do Banco, onde cheguei a chefiar a sua Divisão de Pesquisas Econômicas. Posteriormente, chefei o gabinete do Diretor de Assuntos Internacionais do Banco. Durante quase cinco anos, entre 1980 e 85, chefei o Departamento de Operações Internacionais. Fui Diretor de Assuntos Internacionais do Banco, de 1985 a 1988. Afastei-me, nessa ocasião. Passei dois anos no Departamento de Economia da Universidade de Brasília na qualidade de Professor Visitante, retornando à área econômica do Governo em março de 1990, quando eu fui assessor da Ministra Zélia Cardoso de Mello, retornando em março de... em abril de 1990. Depois fui para a Secretaria de Política Econômica, coordenei a área externa da Secretaria. Retornei ao Banco Central para chefiar o Departamento Econômico em dezembro de 1991. Em março de 93, voltei ao Ministério da Fazenda, ocupei, por um período breve de dois meses, a Secretaria de Política Econômica, na qualidade de titular da Secretaria. Aposentei-me e fui para a Fundação Getúlio Vargas, onde passei quase seis anos, para retornar em agosto de 99 ao Banco Central, novamente a convite do Dr. Arminio Fraga Neto, para ocupar uma diretoria, no caso, na área de coordenação, controle do endividamento de Estados e Municípios, tarefa essa que agora passou para o Ministério da Fazenda, na área de desestatização e na área de liquidações bancárias. Entre janeiro... fevereiro de 95 e abril de 97, eu ocupei também um cargo de Membro do Conselho de Administração do BRB, Banco de Brasília. Quer dizer, é esse o meu currículo, basicamente, para, inclusive, tornar mais fácil para a Mesa e os Deputados colocarem as suas perguntas, tendo em vista os períodos em que eu estive no Governo, os período em que eu estive no Banco Central, e, por conseguinte, posso melhor falar sobre eles. Sr. Presidente, era isso que eu queria dizer. Sem mais delongas, passaríamos diretamente aos pontos de interesse. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu agradeço a V.Sa. Com a palavra o Relator para os seus questionamentos..

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Dr. Carlos Eduardo... Eu, antes, Sr. Presidente, aproveitando a presença do Dr. Carlos Eduardo, Diretor do Banco Central, pediria que V.Exa. falasse com o Presidente do Banco Central, a fim de



poder deixar à disposição deste Relator o Sr. Marcos Belém, para que ajudasse na elaboração do relatório desta Comissão. Se o Presidente do Banco Central entender a impossibilidade disso, eu usaria do direito constitucional de convocá-lo. Para que o caminho seja mais curto e mais simples, eu gostaria que V.Exa., como é um funcionário de carreira do Banco Central e que tem acompanhado esta Comissão, que ele não ficasse mais à disposição do Banco Central neste período, mas à disposição da CPI. Que o senhor levasse, então, esse pedido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Fica registrado. A Secretaria tomará as providências para fazer os contatos.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – O senhor sabe, exatamente, quem foi que fez o contrato do Banco Central com a FIPECAFI?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Olha, a FIPECAFI deve ter sido contratada, e pelo melhor do meu conhecimento, ela foi contratada pelo Banco Central, seguindo os trâmites burocráticos e legais normais. Ao que eu sei, houve um voto à Diretoria do Banco Central. A Diretoria aprovou o voto para a contratação da FIPECAFI, e ela foi contratada. Esse é o melhor do meu conhecimento. Isso deve ter sido — eu não tenho aqui a data desse voto exatamente. Mas nós estamos falando: o BANESPA foi privatizado no ano 2000; 99, a primeira data-base era 98, isso deve ter sido, Sr. Deputado, entre o final de 97 e início de 98, porque as primeiras tratativas... Deve ter sido em 98, desculpe, porque em 97 ele ainda foi federalizado. Deve ter sido em 98. Aí, me engano, talvez mais para o final de 98 que a FIPECAFI...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Mas foi o senhor que...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Não, não. Eu já cheguei no Banco Central... A minha posse no Banco Central é do dia 12 de agosto de...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Já estava contratada?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Não, ela já estava contratada. Inclusive, já tinham sido até pagas todas as prestações, faltava apenas a prestação final, que eu encerrei. Ela encerrou o trabalho dela logo em novembro, dezembro. E mandei encerrar. E ponto.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Qual era o real papel da FIPECAFI no processo de avaliação da privatização do BANESPA?



**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Sr. Deputado, o papel dela... O período em que nós propriamente tratamos da privatização... E aí há uma qualificação, porque a privatização do BANESPA se deu em dois tempos. Houve — me permita fazer este intróito, porque é importante para o entendimento do seu questionamento — primeiro, o serviço B, o Banco Fator; o serviço A, a Booz Allen. Eles foram contratados, se não me engano, no final de 98. Começaram os trabalhos em 99, avaliando o BANESPA com data-base 98 — eu posso estar errado nisso, mas acho que não estou, não —, com data-base 98. Logo em maio, ou coisa que o valha, o Banco Fator deparou-se com um problema tributário, o célebre problema que redundou lá na autuação de outubro do mesmo ano. Deparou-se com aquilo. Foi levada a questão à Receita Federal — eu estou contando a história que eu sei, porque isso também se passou antes da minha entrada, de maneira que eu posso ter alguma falha aí, fica o registro de que eu possa ter alguma coisa. E o Banco Central levou a questão à Receita Federal, que disse que realmente cabia autuação. E, aí, começou a examinar o Banco. E a avaliação parou. Tanto é assim, Deputado, que, quando eu entrei, em agosto de 99, o processo para a privatização do BANESPA estava parado, aguardando a decisão da Receita: se ela ia autuar, se ela não ia autuar, como seria a autuação. Estava tudo parado. Então, a FIPECAFI, a partir... Quer dizer, quando veio a autuação, em outubro, o Governo do Estado, junto com o Tesouro Nacional, decidiu fazer a venda definitiva das ações, do Estado para a União, e, aí, foi feita uma avaliação, tanto pelo Banco Fator como pela Booz Allen, uma avaliação de preço de transferência, já a partir das primeiras análises de preço mínimo, e a FIPECAFI teve apenas, aí, um papel... Não foi, quer dizer, eu não sei exatamente o que ela fez nesse momento. Ela esteve nas reuniões, ali no Tesouro ou coisa que o valha, e a questão, no fundo, era atestar que tanto a avaliação de um quanto a avaliação do outro avaliador tinham obedecido às técnicas recomendadas, à metodologia estipulada. E quando acabou isso, em novembro, que ela deu esse parecer final, que aquelas avaliações finais tinham obedecido às metodologias, o Prof. Eliseu Martins me procurou e disse: *“Olha, Carlos Eduardo, o nosso trabalho terminou”*. Eu disse: *“Não tenho a menor dúvida, o trabalho terminou mesmo. Então, vamos encerrar, ver essa última parcela”*. Ele apresentou o relatório de encerramento. E isso foi pago. Então, aí que nós começamos, em dezembro, o trabalho de privatização do BANESPA. Ele já estava fora. Então, no trabalho



propriamente, porque nós mudamos a data-base, a data-base veio para dezembro de 99, e, aí, o papel dele foi novo. Teve papel novo, porque ele recebeu a parte dele. E eu começo a trabalhar em dezembro, já com o Banco Fator de um lado, a Booz Allen do outro, sem FIPECAFI. Não usei FIPECAFI, que não teve papel nenhum. Mas o papel dele foi anterior, foi no início de 99.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Só para eu entender, vamos tentar ser curtos, para a gente não se estender muito para o senhor e para a gente, porque vai começar a Ordem do Dia.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Claro.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Quando foi mudada a data-base, a FIPECAFI saiu fora do processo?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Saiu fora do processo. Eu, na minha gestão...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – O senhor está me falando uma informação, mas a FIPECAFI me trouxe outra. Foi mudada a data-base, e ele continuou fazendo o papel de intermediário. Inclusive, está aqui. Na carta que ele encaminha para o senhor, ele encaminha antes e depois da mudança da data-base.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Olha, Deputado, eu não me lembro.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Eu só estou colocando...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Eu não me lembro de ele... Ele pode até ter dito isso, até porque o pagamento final dele deve ter ocorrido em março ou coisa que o valha. Eu estou dizendo que, do ponto de vista objetivo, quer dizer, no momento...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Eu estou dizendo que eu não sei do pagamento, porque eu não vi cheque, eu não sei. Eu não vi nada.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - É claro.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Eu estou dizendo do ponto de vista objetivo.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Não.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Todos que estão aqui, inclusive, presenciaram. Foi claro que a FIPECAFI continuou todo o processo. Que ele estava praticamente encerrado, aí foi feita uma mudança na data, de julho, se não me





engano, para dezembro, e ele continuou sendo o elo de informação contratado pelo Banco Central. E na carta, que mais na frente nós vamos entrar, de 9 de março de 2000, fica claro isso.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Olha, eu não sei. Essa carta... Pode ser. Eu estou lhe dando o testemunho da verdade, exatamente.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – É lógico.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Aqui me cabe testemunhar a verdade.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Não, eu não estou dizendo que o senhor está mentindo, eu estou dizendo que alguém...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Não. Aí, o senhor pode... Já havia problemas contratuais, aspectos formais e aspectos objetivos. O que eu estou lhe dizendo é do ponto de vista objetivo, não do aspecto formal. Quando eu cheguei ao Banco Central, havia um contrato com a FIPECAFI. Estava lá a FIPECAFI. E estava lá a privatização do BANESPA parada. E parada por quê? Parada, porque se aguardava uma decisão da Receita Federal. Muito bem. Então, a FIPECAFI estava contratada. Estava contratada, estava lá a FIPECAFI. Muito bem, quando veio a autuação — e se não me falha a memória a autuação veio em outubro — aí, então, decide a União e o Estado de São Paulo: *“Vou adquirir as ações”*. Então, a União chama, usa o serviço do Banco Fator e da Booz Allen para as avaliações de transferência das ações. A FIPECAFI desempenha ali o seu papel de atestar que aquelas avaliações seguiam a metodologia adequada, atesta isso para a Secretaria do Tesouro, atesta para o Banco Central. E ponto. Ela não faz mais nada, que eu me recorde. Quer dizer, tanto que ali, naquele momento que eu... O Prof. Eliseu Martins me procura numa reunião — aliás, é a pessoa com quem eu tenho as melhores relações, conheço, foi Diretor do Banco Central e Professor —, me procura e me diz: *“Carlos Eduardo, olha, o nosso trabalho acabou”*. Eu digo: não, acabou. Aí entra nas tratativas para pagamento final. Ele apresenta relatório, aí vai ao setor de auditoria, tem auditorias, etc. Então, o que eu estou dizendo: ele não desempenha — isto eu digo, repito e reafirmo: a FIPECAFI não desempenha papel algum. E aí mudamos a data-base. Não é de julho, não, a data-base vem para dezembro de 99. Porque a primeira data-base era dezembro de 98. A data-base de julho eu desconheço. Então, a data-base vem para dezembro de 99, e o processo é aberto





em janeiro. E as primeiras avaliações vão ficar prontas em maio, ou junho, ou coisa que o valha, já totalmente fora. Não tem FIPECAFI, não.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Então, o contato do senhor com a FIPECAFI era o Dr. Eliseu Martins?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Ele esteve comigo. Era ele que esteve comigo.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Qual era a frequência das reuniões?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Comigo? O Dr. Eliseu Martins, no período de agosto a dezembro, ele deve ter tido umas duas reuniões comigo, ou três. Duas ou três. Sendo que uma foi no Ministério da Fazenda.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Qual era... Tudo bem, não precisa o senhor... Qual era o meio que o Banco Central repassava as coordenadas à FIPECAFI, no âmbito do processo?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Não repassava coordenada nenhuma, Deputado. Nesse período, não havia coordenada nenhuma a ser repassada, porque as avaliações tinham começado a ser feitas e tinham sido elaboradas com data-base, dezembro de 98, e já estavam prontas quando eu cheguei ao Banco Central.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Noventa e nove?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Não, 98, o primeiro.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - As avaliações já tinham sido feitas e já estavam prontas com data-base 98. Está aguardando se ia ter autuação ou não para fechar. Então, não havia nada a ser repassado. Ele teve uma reunião inicial comigo para dizer que estava lá, estava contratado, estava aguardando a autuação. Houve uma segunda reunião — nem sei se ele, propriamente, estava — com outras pessoas, no Ministério da Fazenda, onde eles atestaram que a metodologia estava sendo usada de forma adequada, as metodologias para avaliações. E uma última reunião, que eu me lembre, que eu me lembre, pode ter tido mais alguma. E, aí, eu realmente, a minha memória... pode ter tido mais uma, para me dizer com o atestado de que aquelas avaliações estavam adequadas, o trabalho da FIPECAFI estava encerrado e, portanto, ele iria mandar o relatório final. E ponto. Foi isso. Não houve nenhuma coordenada, nada foi repassado.



**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Qual era a preocupação do Banco Central quanto à possibilidade de não se encerrar o processo de avaliação até 1999?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Preocupação nenhuma. Preocupação, como?

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Podia... não havia uma preocupação para que a avaliação terminasse em 99?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Não.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Poderia se estender no ano 2000 a avaliação?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Não. A avaliação começou a ser feita de fato... seu balanço de dezembro, balanço auditado em fevereiro. A avaliação de fato começou a ser feita lá para fevereiro ou março de 2000.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Não havia nenhum tipo de preocupação?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Eu nunca tive nenhuma preocupação, se alguém teve...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – No contrato de avaliação das duas existia o problema de uma diferença de 10%. Não poderia ser superior e nem inferior a 10% uma avaliação da outra. Havia alguma preocupação, por parte do Banco Central, quanto à possibilidade desta diferença existir, de ser superior ou inferior a 10%?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Absolutamente nenhuma. Só tomei conhecimento dessa...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Porque essa diferença poderia...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Poderia, pelo contrato.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – ... atrasar todo o processo de privatização.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Pois é, mas, aí, atrasar, atrasou, paciência. Não há... nunca houve, porque isso, aí, dizia respeito principalmente ao contrato entre São Paulo e a União, e nunca nos passou pela cabeça a mais tênue, leve, longínqua preocupação. Eu queria... É importante o que eu vou dizer, Deputado, eu queria dizer que nunca tive conhecimento disso. Quando, já em



novembro de 2000, se não me engano, próximo à data do leilão, eu sou surpreendido com uma informação da **Folha de S.Paulo**, olha, doutor, aqui, diz aqui um relatório da FIPECAFI que em uma reunião o objetivo da FIPECAFI era evitar que as avaliações se distanciassem mais do que 10%. Eu dei um salto dessa altura. Eu disse: como é que é? E aí disse: não é possível. Manda vir esse relatório. E cavaram lá o relatório. Estava lá no relatório. E aí eu mandei imediatamente, e indignado com aquilo, mandei uma carta ao Sr. Eliseu Martins, mandei uma carta para a Booz Allen e mandei uma carta para o BANESPA, que eram os citados no tal relatório da reunião. Citavam que estavam na reunião a Booz Allen e o BANESPA. Mandei uma carta para cada um: me expliquem o que é que é isso aqui.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Nós temos aqui...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Porque eu não entendi nada. Eu não entendi nada. Aí, a Booz Allen disse: *“Olha, diretor, o seguinte: eu nunca fui nessa reunião, e mais, nunca ouvi falar, durante todo o processo, de qualquer objetivo que fosse da FIPECAFI fechar isso”*. O BANESPA me deu a seguinte resposta: *“Eu fui à reunião. Nada disso se tratou. E mais, nunca houve esse objetivo escrito em qualquer momento”*. E a FIPECAFI me deu uma resposta longa, explicando que aquele trecho do relatório estaria fora de contexto, porque, absolutamente, conforme registrado pelo Prof. Eliseu Martins, se não me engano pelo Prof. Ariosvaldo Matos Filho, da maior respeitabilidade, me escreveram e disseram: *“Olha, absolutamente, está fora de contexto, jamais isso foi discutido nessa reunião e nem em qualquer outra”*. Eu disse: então, me dá isso aqui e guardem, porque isso é um despropósito. Não é admissível isso.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Então, eu vou fazer as perguntas ao senhor. É importante que o senhor sucintamente me responda, até mesmo porque eu tenho uma séria desconfiança, hoje, da FIPECAFI, de que ela, pelo menos, tentou manipular o processo de privatização do BANESPA. Só não sei se foi com... eu tenho dúvida se foi com a indução ou com a tarefa incumbida pelo Banco Central ou não. Mas dela... Eu tenho uma grande desconfiança de que a FIPECAFI pode ter se usado do poder que ela tinha, é claro, de ditar as regras do processo, de levar e trazer as regras do processo, de manipular o processo. Então, eu vou fazer a pergunta para o senhor, e é importante que o senhor me responda sucintamente e, obviamente... O senhor já respondeu, mas eu quero que o senhor... A FIPECAFI foi



incumbida da tarefa de orientar os consórcios de avaliadores, de modo a manter a aproximação máxima, constante no contrato, com a diferença inferior ou superior a 10%?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Que seja do meu conhecimento, absolutamente. E, número dois: no período de avaliação, que desembocou na privatização, que é o segundo processo de avaliação, a FIPECAFI nem estava presente, não participou de nada. Depois que eu assumi, houve três reuniões, e ela foi embora. Nós fizemos totalmente sem FIPECAFI.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Então, a FIPECAFI foi contratada em 24 de abril de 1998. Ela coloca... o senhor disse que ela foi... quando mudou a data-base acabou o trabalho dela, o que não acabou. Nesta carta que foi encaminhada para o senhor, me estranha o fato de o senhor só ter ido ler a carta depois de uma matéria publicada na **Folha**, como o senhor citou. Porque isso era uma carta que, obviamente, tinha que ser lida antes do pagamento, para saber se eles cumpriram com o processo, com o trabalho que eles tinham. Mas o senhor disse que o senhor foi pelo menos, foi sincero e honesto.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Eu gostaria de explicar. Diariamente, no Banco Central do Brasil, Deputado, entram centenas, centenas, milhares de correspondências, que são dirigidas ao Presidente do Banco, aos diretores, aos chefes de departamento. São cartas que, evidentemente, elas recebem um procedimento dentro da burocracia normal. Então, esta carta é uma carta-relatório final feita pela FIPECAFI para encerrar os seus trabalhos. Ela entra, ela é dirigida ao diretor e vai para os setores competentes. Foi lida assim. Ela foi lida pelos setores encarregados de examinar o relatório final, onde a FIPECAFI solicitava o pagamento. Pagamento de quê? Pagamento da última parcela que faltava.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Quem era o responsável? Quem tinha que ler isso?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - O Departamento da Dívida Pública. Tem todo o processo no Banco Central...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Mas veio... mas a carta foi dirigida ao senhor: ao Sr. Dr. Carlos Eduardo de Freitas, Diretor.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Exatamente. E eu vou dizer. Diariamente, repito, Deputado, entram no Banco Central centenas, milhares de



correspondências dirigidas à atenção do Sr. Carlos Eduardo de Freitas, dos demais seis diretores do Presidente do Banco. São centenas, centenas, diariamente. Essas cartas são... por isso, tenho uma equipe: eu tenho um consultor, Dr. Marcos Belém, que faz as vezes de chefe de gabinete; eu tenho um chefe de departamento; eu tenho dois gerentes. E, assim, existem os departamentos. Aí, tem o chefe adjunto do departamento, tem o chefe da divisão. Por que há essa burocracia? Essa burocracia tem, justamente, para poder examinar todos os documentos que entram. Então, o fato de uma carta ter sido endereçada ao Sr. Carlos Eduardo de Freitas não quer dizer que o Sr. Carlos Eduardo de Freitas leia todas as cartas endereçadas a ele. Para isso, eu tenho uma equipe. Então, foi para o setor competente, abre-se um processo, um (*ininteligível*). Então, essa carta entrou, por certo, portanto, abriu-se um processo. O processo está lá à disposição de V.Exa., à disposição da Comissão.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Tudo bem.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Então, lá, os funcionários, chefes da divisão, chefes da subdivisão, examinam a carta, examinaram, com que olhos? Eles examinaram para ver se tinham sido cumpridas todas as tarefas e se estava encerrado o trabalho, com esses olhos. Provavelmente, esse aspecto, essa referência, essa reunião de maio de 99 não deve... deve ter passada despercebida, porque senão alguém do Departamento da Dívida Pública teria me alertado. Não me alertou, porque não se preocupou, porque isso era um aspecto não relevante, do ponto de vista de conclusão dos trabalhos. Queria saber se ela concluiu, se ela deu lá o parecer dela sobre as avaliações, que eu acho que era isso que ela tinha que fazer. E aí o processo correu, foi à Procuradoria Geral para ver se estava em ordem juridicamente, mandaram fazer o pagamento. Esse processo nunca transitou pelo meu gabinete. Então, só para explicar ao senhor, para lhe explicar a estranheza que o senhor tem de ter entrado uma correspondência dirigida ao Sr. Carlos Eduardo de Freitas, e ele não leu. Ele não leu, e não foi saber disso porque ninguém o alertou, falou sobre isso.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Vou perguntar isso tudo ao senhor mais à frente, na hora, até para ficar mais fácil de fazer o relatório.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - O senhor desculpe eu ter sido um pouco...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Não, tudo bem...



**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - ...cansativo, mas é importante explicar, porque as pessoas tem que saber que no órgão Banco Central entram milhares de cartas todos os dias, são endereçadas aos diretores e ao Presidente. E, aí, tem um corpo de funcionários que cuida da correspondência, prepara as respostas etc.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – O senhor disse que ela saiu do processo. Aí eu digo que não saiu do processo, depois da mudança da data-base, baseado inclusive na própria carta, que essa parte não foi contestada. Esses fariam as duas diligências normais aplicáveis à nova data-base de 31/12/98, como parte do acordo entre as partes. E aí há até uma coisa que acho grave.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – A nova data-base de 98, eu estou falando da nova data base, agora eu entendi... eu não... a nova data-base para mim é 31 de dezembro de 99.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Ah, o senhor diz a privatização, e não da avaliação.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – É. Não, essa, de 31/12/98 eu pensava até que era a primeira data-base, eu não sabia que era a segunda.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Não, essa já era a segunda.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Então, a mudança, quando eu falo da mudança de data base, estou me referindo à data-base...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – De privatização.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - De privatização, que foi...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Eu estou falando de avaliação.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Ah, não, então desculpe, desculpe.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Tudo bem. Vamos lá, falando a gente se entende. Em 9 de março de 2000, a FIPECAFI encaminhou a carta — até tenho ela aqui, se o senhor quiser vê-la outra vez —, em 9 de março de 2000 a FIPECAFI encaminhou novamente a carta a V.Sa., assinada pelos senhores Artemio Bertholini e Ariosvaldo Mattos Filho, em que relata as atividades desempenhadas pela instituição ao longo do processo de avaliação, entre 8 de janeiro de 1999 e 11 de fevereiro de 2000. Apenas em 15 de novembro de 2000, V.Sa. encaminhou ofício à FIPECAFI cobrando explicações sobre a reunião realizada no dia 5/03/99, na qual





se afirmou que — abre aspas — *“O objetivo maior, evidentemente, consiste em que, respeitados os critérios e ponderações individuais de cada avaliador, o processo de avaliação pudesse ser culminado com resultados finais que finalizassem o valor mínimo de avaliação econômica do BANESPA, para ser levado a leilão com diferença não superior a 10% entre os dois avaliadores”*. Então, vou fazer as perguntas diretas ao senhor. O senhor leu a carta da FIPECAFI na época em que lhe foi encaminhada, ou seja, março de 2000?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Bom, a carta foi encaminhada ao Banco Central, repito, a meu nome, e foi direto para o Departamento da Dívida Pública, que era o Departamento encarregado da privatização. Lá formou-se um processo, o Departamento leu a carta, examinou, achou que estava... e leu provavelmente, tanto que não me alertou sobre esse aspecto, leu provavelmente com a visão de quem está vendo se cumpriu o trabalho, se fez as reunião, se, digamos assim, deu os pareceres sobre as avaliações. Lá formou-se um processo, ele opinou no sentido do pagamento, mandou para a Procuradoria; a Procuradoria opinou pelo pagamento, isso foi pago. Esse processo, Deputado, nunca transitou no meu gabinete. Por quê? Porque era um processo, trata-se de uma carta formal para encerramento de atividades, o formalismo, então... a carta... Não, não li, quando é que eu soube? Então, o Departamento de Dívida Pública em nenhum momento me disse que havia esse trecho, portanto, eu desconhecia, porque não tenho essa capacidade, não... a carta estava lá no setor próprio. Quando tomei conhecimento? Tomei conhecimento em novembro, sim senhor, tomei conhecimento alertado pela imprensa, sim, senhor. E quando tomei conhecimento fiquei indignado de como é que aquela carta tinha entrado, eu não sabia de absolutamente nada, e, digamos, aquilo estava aquele tempo todo. Então, imediatamente mandei as cartas cobrando explicações. Por isso, se tivesse sido alertado antes, teria mandado antes. Isso absolutamente...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – O senhor normalmente não lê as cartas e encaminha para sua assessoria, ou o senhor já sabia previamente do conteúdo dessa carta?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Eu não sabia do conteúdo dessa carta, porque não teria capacidade de adivinhar; apenas sabia que a FIPECAFI iria mandar uma carta ao Banco Central para o encerramento de atividades. Ponto. Era





uma carta formal, não há razão para que eu, como diretor, lesse essa carta. Quais são os documento que eu tenho que ler? São os documento que têm uma importância intrínseca, ou aqueles documentos que a minha assessoria traz e me chama a atenção. Esse não tinha uma importância implícita, porque o trabalho dela estava completo, já tinha acabado, e se tratava de um relatório de atividades feitas em períodos inclusive anteriores à minha chegada ao Banco Central, porque o trabalho da FIPECAFI, 95%, 98% do trabalho da FIPECAFI foi feito antes de agosto de 1999. Então, era um relatório de coisas que tinham ocorrido antes de eu chegar, um relatório formal, de encerramento de atividades, não havia razão nenhuma. Eu cumpro com meu dever de funcionário público, como faço há 39 anos, eu leio tudo aquilo que devo ler. Nesse caso não havia nenhuma razão para que eu lesse uma carta de não sei quantas laudas, e a burocracia...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – E outras cartas, o senhor leu outras cartas da FIPECAFI?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Não, absolutamente...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Ou não existiram outras cartas?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - ...não li. A FIPECAFI, no meu período, Deputado...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Mas nem mandava cartas?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Não, nem mandava, acho que a única que mandou foi essa.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Então, vou ler para o senhor aqui o seguinte: *“Em correspondências anteriores, datadas de 2 e 7 de julho de 98, e 10 de dezembro de 98, lhes informamos os resultados das principais atividades havidas pela FIPECAFI com relação a esse assunto”*. Ou seja, elas mandavam, isso aqui não era uma coisa só de cobrança, era uma coisa normal...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Não, também nessa época não haveria razão...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – ...isso aqui era parte da carta.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - ...porque nessa época seria difícil que mandassem para um professor da Fundação Getúlio Vargas ler essas cartas. Nessas épocas, Deputado, eu era professor da Fundação Getúlio Vargas, coordenador da...



**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - O senhor acha que então seu antecessor pode ter lido?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Ah, ele deve ter lido, ou não leu. Não sei, depende da importância, isso aí, os documentos...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Ora, quem leu essa carta, o senhor depois poderia mandar...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Qual carta?

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - ...o nome?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Não, eu lhe mando o processo.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Ah, o senhor me manda o processo.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Eu lhe mando o processo.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Ótimo, saber quem que leu isso, e...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - O senhor vai ver todos os andamentos. E eu tive o cuidado de voltar o processo e verifiquei claramente o quê? Todo o exame foi feito, eu quis ver como é que eles tinham examinado. Eles examinaram preocupados em ver se o trabalho tinha sido cumprido, se os procedimentos para os quais a instituição tinha sido contratada tinham sido realizados, e eles não se preocuparam com o aspecto qualitativo de uma reunião que tinha ocorrido em março de 99, que tinha lá uma menção, claramente eles não se preocuparam com isso. E era uma coisa que passaria normalmente.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – E o que levou o senhor a solicitar essas explicações?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - O que me levou é porque quando veio a denúncia da imprensa e eu pedi o processo, vi a carta e vi o que a carta tinha, pareceu-me uma coisa absolutamente... eu não admito esse tipo de coisa.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Já tinha sido pago todo o devido do...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Já tinha sido pago em março, dentro do procedimento normal, burocrático.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – E em cima disso não daria para se fazer uma abertura de processo...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Não, pelo seguinte...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – ...para cancelar o trabalho que eles fizeram...



**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Não.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Porque isso ficava nítido, pelo menos para mim, fica uma coisa de nítida manipulação, ou pelo menos tentativa de manipulação do processo.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Deputado, é uma visão.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – E deve ter causado a mesma estranheza para o senhor pela carta que o senhor mandou.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Pela carta que fiz, exatamente.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Então não foi só minha, foi do Banco Central também.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Não, eu acho que tive a estranheza, tive a estranheza. Agora, mandei as cartas e colhi o resultado. A FIPECAFI, o que disse? Ela disse: “*Olha...*”, ela relega o relatório, ela relega, eu mandei para saber o que o senhor disse, ela relega o relatório, ela diz que aquele trecho do relatório foi um equívoco, ela diz que aquele trecho do relatório foi mal colocado, ela diz que aquele trecho do relatório não deve ser entendido daquela forma, ela diz que jamais houve qualquer tratativa, então...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Nós temos a troca de correspondências.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Então nós temos... então, com a declaração da FIPECAFI, clara, nesse sentido, dizendo: “*Olha, aquele relatório estava equivocado*”. Eu disse: Bom, estou satisfeito com isso, duas autoridades da FIPECAFI, pessoas de reconhecida credibilidade, por isso que eu quis acentuar, em nome dessa Fundação da Universidade de São Paulo, atestam que houve um equívoco no relatório, eu não devo presumir a culpa, eu devo presumir... a presunção é de inocência, de que eles estavam dizendo a verdade, os dois professores, e que aquilo tinha sido um lapso do redator. Essa é minha presunção. V.Exa., evidentemente, pode ter outra presunção.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - Só aproveitando a oportunidade, Sr. Presidente, para não perder a oportunidade...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Só vou fazer um comentário e depois dou um aparte ao senhor, vou precisar sair por 2 segundinhos. Um dos que assinaram aqui era o assessor jurídico da FIPECAFI. Então, ele sabia muito bem o



que estava sendo escrito aqui. Eles tinham todo o conhecimento jurídico para fazer isso, mas tudo bem...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Sim, mas isso é...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – É interpretação da CPI, o senhor pode ter outra...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – É interpretação da CPI, mas eu, eu...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Vou dar um aparte ao Deputado Marcelo Barbieri, dois minutinhos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Pois não. Deputado Marcelo Barbieri com a palavra.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Obrigado, Sr. Presidente. Dr. Carlos Eduardo, o senhor manifestou sua indignação quando soube da matéria do jornal **Folha de S. Paulo** a respeito do assunto. O senhor, quando viu o processo, tomou conhecimento do processo, dos procedimentos tomados pelos funcionários do Banco Central subordinados à sua pasta, o senhor chamou a atenção de alguém sobre esse assunto, de alguma pessoa? Se o senhor fez isso, a quem o senhor se dirigiu? Eu gostaria de saber.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, eu não chamei a atenção de ninguém e explico o porquê. Examinei todo o processo e verifiquei que, claramente, pelas indicações dos despachos, o processo tinha sido... a carta tinha sido examinada com olhos de relatório de encerramento, com olhos de um departamento que vai olhar: *“Bom, deu os pareceres que tinha que dar...”*, sei lá, *“... de acordo com o contrato. Cumpriu os dispositivos. Fez o que tinha que ser feito? Fez”*. Não foi examinado, claramente, com olhos de *“O que será que ele fez? Será que ele fez isso, será que ele tinha uma preocupação de coordenar as avaliações?”* Não houve claramente essa preocupação. Provavelmente, a impressão que me ficou é que a equipe que examinou não teve essa preocupação, nem estava pensando nessa possibilidade. Então, não havia por que eu chamar a atenção de que: *“Olha, vocês deviam ter visto”*, sim, talvez devessem, mas não era essa claramente a preocupação da equipe. Está lá, tudo examinado, foi ao Jurídico, quer dizer, a preocupação não era essa. Então, não era natural que se esperasse, talvez um funcionário pudesse ter me alertado: *“Olha, diretor, tem isso aqui”*, mas não é uma



coisa que se possa, digamos, criar um fato, vamos dizer, um fato para chamar a atenção, porque eu não esperaria que ele estivesse tendo a atenção voltada para isso, porque não devia ter isso na cabeça. Provavelmente esse trecho da carta eram duas ou três linhas, ele passou direto.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Só que eu li bem a carta, inclusive, esse trecho ele destaca como o principal trecho daquela carta que ele mandava, não era um trecho qualquer. Na carta ele diz assim: “*Principalmente...*”, se não me engano...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Ele disse..

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – “*Principalmente porque o objetivo de não se ter avaliações que variassem a mais ou a menos de 10% foi atingido, portanto, cumprimos com nossa meta, com nossa obrigação*”. Então, o destaque que a carta deu a esse assunto não foi qualquer, ele estava reivindicando, a partir do resultado apresentado pelas avaliações — o senhor vai poder responder, não precisa nem fazer gestos, o senhor responde, a gente ouve, grava, o gesto não é gravado. Então, na verdade, quando eu li isso me chocou, não é? Inclusive o senhor que veio depor, representando a FIPECAFI, se enrolou inteiro, porque ele falou: “*Ah, isso aí...*”, foi mais ou menos o que o senhor falou aqui, com o devido respeito, “*isso não é importante, não tem a menor importância*”. Bom, espera um pouquinho, se não tem a menor importância, se não vale nada, por que que na carta que o senhor recebeu tinha uma parcela, se não me engano, de 600 mil reais, o senhor destacou exatamente por isso o motivo pelo qual o senhor deveria receber o dinheiro. Então... o senhor está me entendendo? Quer dizer, eu não estou achando que essa questão era uma frase perdida no espaço, pela forma como ele... o único objetivo da carta era para receber o que faltava do contrato, que o Banco Central tinha que pagar. E ele destacava, no recebimento, que aquele assunto era o principal. O senhor fez assim, agora o senhor traduza essa mímica.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, não, eu vou explicar o que... perdão... o preço fala que o objetivo principal da FIPECAFI era fazer com que as avaliações não se distanciassem. Já viu que esse não era o objetivo principal da carta. Quer dizer, o objetivo principal da carta era mostrar que ele tinha cumprido todos os... tudo o que ele deveria fazer em termos de fatos, produção de relatórios, produção de pareceres, e essa foi a visão dos funcionários que examinaram. Quer



dizer, eles não examinaram a qualidade dessa, digamos assim, a qualidade desse trabalho, até porque esse trabalho tinha sido feito lá para a data-base de 98, já era um trabalho totalmente ultrapassado, e se tivesse, já tinha sido feito, já estava o.k. Quer dizer, o fato que ele disse que o objetivo principal dele era esse é uma coisa que me chocou quando me veio. Se um funcionário tivesse-me trazido na época, eu teria ficado chocado, e teria tomado as providências...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Não, mas ficou estranho. Não, porque, veja bem, a contradição...

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - ...se por um lado o senhor se chocou, disse que pulou desse tamanho...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Choquei, mas é importante...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – E daí: *“Não, mas tudo bem, os funcionários não viram, não tem problema”*. Quer dizer, então, há uma contradição entre aquilo que o senhor falou, quer dizer, na verdade, se o senhor delega responsabilidade para as pessoas julgarem cartas que o senhor recebe num assunto que não é um assunto qualquer, o BANESPA não é um assunto qualquer, corriqueiro...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, é um assunto da maior importância.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Não é um assunto qualquer, então, não dava para relatar como qualquer assunto, mais uma carta das milhares que foram recebidas. Mas, espera um pouquinho, é um assunto, foi o maior leilão de privatização até hoje visto no Brasil, de acordo com o patrimônio, não é? Então, é o maior leilão, não se trata de qualquer assunto. Então, uma carta dessa importância, que avaliou um banco que foi posto em leilão por 2 e 300, e o valor arrematado foi de 7, uma diferença de 4 e 700, então, não é qualquer assunto. Então, quando o senhor se indignou, até eu... bom, acho boa a reação, a indignação, mas as conseqüências não houve, quer dizer, não se puniu ninguém, não se apurou quem leu. Quer dizer, então, o funcionário está lendo lá, não é função dele avaliar o que está escrito?





**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Bom, Deputado, o senhor está levando para uma... eu compreendo e respeito a tentativa de V.Exa. criar um fato, não há dúvida.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Eu estava querendo saber a verdade, o senhor tá...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Eu estava tentando lhe explicar em *bona fide*.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – É, a minha colocação é objetiva.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Primeiro: o assunto é importante? É. Segundo: a carta era uma carta importante? Era uma carta formal de encerramento de trabalho que já tinha sido encerrado há mais tempo. A carta em si tinha uma importância grande, do ponto de vista de cumprimento de formalidades, mas era uma carta que, do ponto de vista de essência, não era uma carta relevante, eu repito: ela não era, ela não era. Tanto não era que eu estava respondendo aqui ao Deputado, eu não li ela nem...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Mas...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Calma, Deputado, me deixe responder. Ela não tinha importância, tanto que não a li. Foi para a burocracia, que a examinou sob que ângulo? Examinou-a sob o ângulo... *“Fez os pareceres, compareceu às reuniões?”* Fez os pareceres, compareceu às reuniões, está feito, pronto, esse processo não volta ao meu gabinete. Aí o senhor diria: *“Ah, o senhor devia ter punido um funcionário”*. Não, e vou lhe dizer por quê...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Não falei isso.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, o senhor falou.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Não, não (*ininteligível*).

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Por que eu não devia? Porque se eu abrisse uma comissão de sindicância, isso se encerraria sem nada, porque o funcionário examinou do ponto que ele tinha que examinar. Havia um item na carta que dizia que a tarefa principal era essa. Ele não... a tarefa principal que o funcionário, ao examinar, não atribuiu, não valorizou a informação, porque ele não estava atrás disso, ele estava atrás do cumprimento das formalidades.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Então, o senhor...





**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – E, do meu ponto de vista, eu já tinha encerrado os trabalhos da FIPECAFI, que, aliás, trabalhou quase nada para mim, no meu período, a FIPECAFI é um zero, ela não...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – São 3 milhões de zero (*ininteligível*).

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, no meu período. No meu período ela arrematou, deu os pareceres a respeito das avaliações dos preços de transferência, recebeu a última parcela e foi embora. Sr. Deputado, eu não contratei a FIPECAFI, eu não propus a contratação da FIPECAFI, eu encerrei o trabalho da FIPECAFI, paguei a última parcela e ponto. Ela mandou esse relatório. Bom, então, não era um relatório, dentro de um assunto da maior importância esse relatório não tinha importância, não era importante, ele era um relatório formal. Foi examinado no departamento competente, do ponto de vista do cumprimento dos procedimentos formais.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - O senhor poderia me dizer...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Muito bem, um momentinho, deixa eu terminar. Ninguém alertou porque não estava atento, não valorizou essas três linhas, não valorizou. O dia em que eu fui alertado, aí, sim, aí tinha importância por quê? Porque havia uma informação grave, que eu não esperava, porque nunca isso tinha passado por nenhum lugar, nunca isso tinha me sido dito, nunca tinha sido comentado, nunca tinha sido aventado, nunca tinha passado pela minha cabeça que isso pudesse passar pela cabeça de alguém. Então, o dia em que eu soube, eu fiquei perplexo. Agora, o funcionário que examinou... Ele... Eu poderia até dizer “*poxa, você não me avisou nada*”, talvez eu tenha até dito num repente, “*ninguém me avisa nada*”, mas, do ponto de vista administrativo, objetivo, não, porque ele examinou do ponto de vista dele. Eu não posso cobrar dele alguma coisa que não estava à mesa, que ninguém estava discutindo, que ninguém estava pensando, que estava no meio de uma carta de algumas laudas, que ele não valorizou a informação. Podemos até culpá-lo: você não valorizou a informação. Acho que não. Acho que não.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Estou satisfeito com a sua resposta. Só dizer para o senhor o seguinte: a todo momento, o senhor deixa claro que o senhor não teve nenhuma participação no processo de contratação da



FIPECAFI e nem no acompanhamento do trabalho da FIPECAFI, na coordenação das duas empresas de consultoria de avaliação do banco.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – É porque isso foi feito antes de mim.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Eu entendi. Quando o senhor entrou já tinha sido feita a avaliação, já tinha sido federalizado o banco. Agora, quando o senhor estava lá, foi feita a privatização.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Aí nós começamos nova avaliação só com o Banco Fator e a Booz Allen trabalhando...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – O senhor manteve a mesma avaliação. Não mudou essencialmente nada.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – É. Não mudou acho que essencialmente nada, mas foi feita nova data-base. Em suma, a FIPECAFI nada opinou.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - Certo. Agora, veja só: o senhor se indignou, é uma pessoa que se indignou, entendeu que... Quer dizer, se o senhor acha que houve uma manipulação para aproximar o preço, isso é uma coisa que é grave. O senhor falou aí que é grave.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Eu não aceito que possa ter havido isso. Isso é uma coisa absurda. Eu não aceito esse tipo de coisa. Uma avaliação pra mim é uma avaliação de um e uma avaliação do outro. Os meus funcionários sabem muito bem...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – O senhor soube — não foi da sua época — que somente o Banco Fator se informava sobre os dados para avaliação? Chegou ao seu conhecimento isso?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não. Que isso? Nunca soube disso.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Vou explicar. Foi dado um depoimento a esta CPI, onde nós constamos, pelo depoimento, que apenas o Banco Fator apurava os dados para fazer a avaliação.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Leia para o Deputado Marcelo. Um, não. Todos a respeito deste assunto. O Dr. Marcelo gravou mais.



**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Só o Banco Fator ia ao BANESPA pegar os elementos para fazer a avaliação, nem a Booz Allen e muito menos a FIPECAFI, que teoricamente deveria ser a instituição responsável para coletar os dados e entregar para as duas avaliadoras para ver qual o preço que cada uma iria chegar na sua colocação. Isto está testado hoje na CPI que apenas o Banco Fator fez esse tipo de procedimento. Eu queria saber se o senhor teve conhecimento disso? O senhor teve esse conhecimento?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Aí eu acho que há uma pequena confusão técnica, que eu acho que posso esclarecer com facilidade. A Lei nº 9.491, que é a lei de privatização no âmbito federal, ela estabelece que devem ser contratados dois serviços de avaliação, o serviço B e o serviço A. O que faz o serviço B? O serviço B faz as auditorias contábeis, econômico-financeiras, tributárias, jurídicas. Com base nessas auditorias, levanta todas as contingências trabalhistas, as contingências tributárias, confere as contingências contábeis, as contingências econômico-financeiras e monta o chamado balanço de partida. Isso tudo é tarefa do serviço B. Com base nesse balanço de partida, ele monta as hipóteses quanto ao cenário macroeconômico, quanto ao cenário microeconômico, faz a sua avaliação e depois é encarregado da modelagem de venda e da vendagem. O serviço A, pela lei, vem tomando os dados das auditorias feitas pelo serviço B e, com base no balanço de partida do serviço B, monta a avaliação dele. Pela lei, o serviço A tem a faculdade. Mas observe, Deputado, é a faculdade, não é mandatório. A lei dá ao serviço A a faculdade. Se, em algum aspecto das auditorias feitas pelo serviço B, ele tem dúvida, ele pode indagar os procedimentos do serviço B e, se ele não ficar satisfeito, ele pode fazer a auditoria dele se ele achar mais conveniente, mas é facultativo. Então, em toda privatização federal normalmente quem vai à empresa, quem levanta os dados primeiramente, quem faz os balanços de partida é o serviço B. O serviço A também deve ir à empresa. Alguns serviços A vão mais, outros serviços A talvez vão menos, mas ele se baseia fundamentalmente... Tanto que ele é uma contratação bem mais barata porque, na realidade, o serviço A é a segunda avaliação. Quer dizer, não é suposto ele fazer um novo balanço de partida. Então, talvez daí tenha surgido essa impressão... Realmente, quem devia ir fazer o balanço de partida era o Banco Fator, que era o serviço B. A Booz Allen, como serviço A, em princípio, podia, pela lei, tomar os



dados levantados pelo Banco Fator e, com base neles, montar o seu cenário macroeconômico, o seu cenário de mercado etc. E aí ela produz a avaliação dela. Se ela tiver dúvida sobre algum ponto do serviço B, aí ela pode consultar o serviço B, ela pode ir à própria empresa, mas o serviço A não tem essa necessidade, de maneira que talvez tenha sido...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – E o serviço C? Na verdade, o serviço C foi a tal da FIPECAFI.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, o serviço C da FIPECAFI, eu acho que... Comigo não sei, não tinha função nenhuma, tanto que ele não teve função nenhuma.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Exatamente. Nós estamos falando de outro assunto, estamos falando de assuntos diferentes. Veja bem...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Só um minutinho...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Só em cima disso que ele falou, Sr. Relator, para não perder o fio da meada. É o seguinte: nós estamos falando de um assunto... O senhor falou da privatização, nós não estamos falando da privatização. Nós estamos falando ainda de um processo que antecede a privatização que foi a federalização em que a FIPECAFI é contratada pelo Banco Central, tem um contrato, nós lemos o contrato, está na CPI, esse contrato especifica exatamente as funções. Eu não sei se o senhor leu o contrato da FIPECAFI.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Não? Então, vou lhe falar. Tem um contrato que lá está dito, sob a responsabilidade da sua diretoria, depois que o senhor assumiu e, portanto, sob a sua responsabilidade ao final do contrato, porque o senhor pagou uma parcela, então o senhor deveria conhecer o contrato, na minha opinião, o senhor assinou, liberou o pagamento, e lá está dito quais são as funções da FIPECAFI no processo de avaliação e, entre as atribuições, está a coleta de dados, não é? Está escrito no contrato. Então, o que o senhor falou é outra coisa. O senhor está falando de outro assunto. Nós estamos falando de um assunto aqui que foi contratada uma empresa para fazer o meio de campo entre dois Estados, um é a União...

*(Intervenção inaudível.)*



**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - ... e o outro é o Estado de São Paulo, porque o banco não era ainda da União, quando foi contratada a FIPECAFI, ele era, na verdade, do Estado de São Paulo. Então, nesse meio de campo, o Banco Central entendeu que ele deveria ter alguém que fizesse uma avaliação que garantisse um procedimento que fosse possível de chegar a um entendimento entre o Estado de São Paulo e a União.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Acho que já era da União o banco.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Não era não.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Noventa e oito? Já.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Não era.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – A privatização do BANESPA é de quando, Deputado?

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Antecede a... A contratação da FIPECAFI antecede a federalização. Ela só pode ter... tinha tido a intervenção, a RAET. É diferente.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Para esclarecer, a federalização foi em 24/12/97 e a privatização em 20/11/2000.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Quando é que se deu a assinatura da transferência das ações de São Paulo para a União?

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – No ano 2000, você pode confiar.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Só para alertar..., deixa eu esclarecer: em dezembro de 97, o BANESPA é federalizado. Então, ele passa a ser da União, estabelece-se preço inicial e transferem-se 51% das ações para a União. Dezembro ou novembro de 99, ou início de dezembro de 99, não me lembro bem, esse contrato, quer dizer, esse preço inicial é transformado em preço definitivo...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - E aí, sim, é feito oficialmente?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, não. Foi feito oficialmente em dezembro de 97. Dezembro de 97 o banco é federalizado. Oficialmente federalizado com preço inicial e transferência de 51% das ações. Dezembro de 99, esse preço inicial é firmado um preço final, o Estado vende mais coisa de 15% das ações, a União fica com 66% das ações, e estabelece-se o preço final. Pronto, só



isso. Quer dizer, o que acontece em dezembro de 99 é o preço final, tão-somente. O banco é federalizado.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Então, eu entendo, pelo que o senhor está dizendo, que não havia necessidade de contratar a FIPECAFI, pelo que o senhor acabou de falar.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Eu não vou dar parecer aqui, Deputado, sobre a necessidade ou não de contratar a FIPECAFI, por uma razão óbvia: a FIPECAFI foi contratada num momento em que eu não estava no Banco Central, eu não era Diretor do Banco Central, eu não opinei se a FIPECAFI deveria ser contratada ou não, o máximo que eu posso lhe dar são conjecturas...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – O senhor pagou...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, não. Só a última parcela.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – O senhor pagou ou não pagou?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Mandei pagar a última parcela.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – O senhor mandou pagar.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Sim, fiz todas as formalidades.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – O senhor coonestou com tudo o que foi feito, porque senão o senhor não poderia mandar...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – O anterior foi pago não por mim.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – O senhor não pagou uma parcela?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – A última.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Quando o senhor paga alguma coisa, o senhor não está corroborando com aquilo?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Claro, evidente. Todo processo...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Mesmo se o senhor não estivesse lá, se o senhor mandou pagar, o senhor falou “*não, isto aqui está certo*”...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Vamos saber, então, o que o senhor está me perguntando, porque...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – É que o senhor começou a jogar o seguinte: eu não tenho nada a ver com isso, eu não tenho nada com isso, isso foi feito antes de mim.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, calma. Um momentinho.





**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - Aí, eu pergunto pro senhor: “o senhor pagou ou não pagou?” “Não. Paguei.” Se o senhor pagou, o senhor concordou com o que foi feito.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, senhor. Absolutamente. Agora eu gostei do ponto, Deputado.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Eu também estou gostando.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Estou gostando do ponto pelo seguinte: quando se paga a última parcela, não significa concordância ou discordância com a contratação, significa apenas...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Só um minutinho. Nós vamos entrar, às 16h, na Ordem do Dia. Tem um requerimento para ser votado. Para que não haja problema, vou pedir ao Presidente que coloque em votação o requerimento e a gente volta com tranqüilidade...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Era importante esclarecer isso aí.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Vamos esclarecer mesmo porque quero esclarecer a V.Exa. as datas, o que aconteceu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Atendendo à solicitação do Relator — achei importante —, sobre a mesa Requerimento nº 33, do Deputado Robson Tuma, que requer sejam realizadas audiências públicas no Estado de São Paulo, a fim de tomar o depoimento, na qualidade de testemunha, de investidores da BOVESPA que negociaram ações do BANESPA desde janeiro de 94 até a presente data. Com a palavra o Relator para encaminhar.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Peço a sua aprovação, pela extrema importância. Nós, até o momento, já aprovamos os requerimentos, todos aqueles envolvidos no caso da CPI do BANESPA, inclusive os devedores, mas ainda não tínhamos ouvido ninguém na área de aquisição, compra e venda de ações. Eu acho que isso é extremamente importante. Peço a sua aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu gostaria de esclarecer antes, Deputado Berzoini, que amanhã, às 14h, no Plenário 5, em reunião, que será uma reunião fechada, onde estarão presentes apenas os assessores da Comissão e os membros da Comissão, não será aberta à imprensa e sequer a outros assessores que não sejam membros da Comissão, nós teremos acesso ao trabalho que foi pela Comissão, pelos assessores que selecionaram os





investidores que adquiriram ações do BANESPA antes da fase de divulgação do balanço e depois da fase de privatização do banco. Isso porque é obrigação desta Comissão verificar se houve a utilização de informação privilegiada. Então, o requerimento é genérico exatamente porque ele nos possibilitará, amanhã, selecionar os nomes das pessoas que serão ouvidas.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Esses nomes serão selecionados... Eu poderia ter relacionado alguns nomes, mas eu não o fiz para que não tivesse, sob minha responsabilidade, uma decisão pessoal sobre isso. Eu acho que é uma coisa que, como todos os partidos estão englobados nesta Comissão, esses nomes, obviamente não dá para ouvir todos... É que obviamente essa amostragem fosse feita por todos os membros da Comissão, PSDB, PT, PMDB, PFL, PTB, enfim, todos os que estiverem presentes na reunião e que desejarem...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O Deputado Berzoini pediu a palavra, o Deputado Semeghini para encaminhar e, depois, V.Exa. terá a palavra para encaminhar.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Sr. Presidente, apenas pela ponderação e em função da agenda dos demais temas que temos a tratar na Casa, para realizar no Estado de São Paulo audiência que seja feita na quinta-feira à tarde, porque na terça e na quarta é impossível e, na própria quinta de manhã, é impossível nos ausentarmos, nesse período turbulento da nossa vida política, aqui da Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu concordo com V.Exa. Nós poderíamos fazer na quinta à tarde em São Paulo e teríamos terça e quarta aqui porque há temas relevantes que estão sendo votados.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Eu acho que as datas e as pessoas nós podemos decidir...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Nós podemos decidir, amanhã, na reunião fechada.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Eu só pondero no seguinte sentido: qualquer tipo de audiência, terça ou quarta, vai inviabilizar a participação de alguns Deputados como eu. Estou de acordo, por uma questão de organizar a agenda de fato.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Perfeito. Deputado Semeghini.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** – Eu ia fazer dois posicionamentos: o primeiro é de acordo com o Ricardo. Não sei se só quinta à tarde não, Ricardo, mas exatamente às quintas-feiras quando não tiver pauta aqui. A gente pode aproveitar o dia todo lá, porque a gente pode se deslocar, mas que fosse realmente checado se nós temos ou não votação importante na Casa, dada a importância destes dois meses. Uma outra coisa, que ficasse combinado — claro que a gente já votaria e aprovaria, dada a importância que tem a audiência —, desde que fossem aprovados por nós realmente, depois, os nomes, porque é um requerimento genérico muito amplo, a Comissão não tem esse perfil, a gente aprovaria já a audiência, desde que os nomes ainda fossem aprovados por nós aqui, os Deputados.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – As datas e os nomes a gente quer fazer depois reservadamente exatamente porque...

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** – Está ótimo. Eu só queria deixar claro que ficasse constatado que os nomes teriam que ser aprovados por todos nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Pois, não. Nós, então, vamos submeter o requerimento do Deputado Robson Tuma. Em votação. Os Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado. Aprovado o requerimento, reiniciamos os trabalhos relativos ao depoimento do Sr. Carlos Eduardo de Freitas.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Esclarecer as datas, Deputado Marcelo, em alguns pontos porque eu acho que é o que está dando confusão.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Sim.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – No dia 22/05/97 foi assinado com o Governo do Estado de São Paulo e a União um contrato de promessa de compra e venda.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – O primeiro protocolo.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – É. Um protocolo de promessa de compra e venda. No dia 23 de dezembro de 97 foi aditado, transformando o contrato de promessa em um contrato de compra e venda do banco. Só que nesse contrato havia uma cláusula em que, havendo um superávit na negociação do banco, o Governo do Estado de São Paulo teria direito sobre aqueles valores. Então,



posteriormente houve uma renegociação onde o Governo do Estado de São Paulo abria mão daquela diferença e faria um acerto de contas antecipado.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Com base num preço mínimo estabelecido pelas...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Com base num preço mínimo estabelecido, com base em cima daquilo que eles negociaram, que eles...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Provavelmente, a Booz Allen e o Banco Fator.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Exatamente. Então, é por isso que está havendo... Existe a avaliação, existe a privatização e existe o acerto de contas entre a União e o Estado, por causa dessa cláusula que não sei se podemos chamar de **sucess fee**, enfim qual seria o nome.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Foi por isso que o Estado contratou a Booz Allen e a União contratou o Fator, o Banco Central, e a FIPECAFI teve a função de coordenar...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - A FIPECAFI foi contratada, por notória especialização, pelo Banco Central, para que fosse a gerenciadora do processo de avaliação da Booz Allen e do Banco Fator. Realmente, num segundo momento, o Banco Fator entra, tanto é que ele tem o **sucess fee** da operação de privatização, que é exatamente essa avaliação serviço A e serviço B que o Dr. Carlos Eduardo deu a explicação e que o Diretor do Banco Fator deu a mesma explicação, o que obviamente, no meu entender, não justificaria que o Banco Fator, fazendo o serviço de colheita de dados, fornecesse à Booz Allen os dados. Por quê? Porque obviamente ficaria muito tranquilo para ele, eu quero resolver, pôr a dívida tal como difícil liquidação.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Como V.Exa. está colocando...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Aí a Booz Allen vai lá e coloca e, obviamente, vão chegar no mesmo resultado.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Essa questão, só para esclarecer, acho que é importante, isso tinha a ver com um acerto de contas entre o Estado e a União. Portanto, esse valor não era um valor qualquer, era um valor que envolvia um acordo que foi assinado em 99 pelo Governador Mário Covas.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Noventa e sete.



**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Não. No final...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Depois de um acordo...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – ... com o preço mínimo, foi feito um acordo em que o Governo do Estado inclusive abriu mão da participação.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Aí tem o processo todo...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – No superávit, no ágio. Não é isso? Quer dizer, então essa questão de avaliação não é uma coisa menor. E a FIPECAFI foi contratada por quê? Porque havia um “litígio” — entre aspas — de interesses entre o Governo do Estado de São Paulo e a União. Está correto?

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Não se pode esquecer que o Banco Fator receberia uma porcentagem. Ele recebe um valor...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Sobre o ágio.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – ... sobre o trabalho e mais uma porcentagem sobre o ágio da operação, o que obviamente...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Quem pagou isso foi...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - ... ele tinha o interesse que fosse um ágio quanto maior melhor para ele, que obviamente depois ele recebeu depois da privatização.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Que era um dinheiro público, eram ações públicas. Era dinheiro do Tesouro e, portanto, quem pagou foi o Tesouro. Por isso estamos aqui investigando. Agora só queria, para não deixar para outra oportunidade...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Queria lembrar ao Deputado Marcelo Barbieri que V.Exa. é o primeiro inscrito depois do Relator.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Desculpe-me, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Com a palavra o Relator, para prosseguir na sua inquirição.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Vou voltar à carta. Aí o senhor mandou a carta ao FIPECAFI querendo saber o que era a história, mesmo sendo tempos depois. A FIPECAFI argumentou, em seus esclarecimentos, a frase — abre aspas — *“sem encontro, fora do contexto, devendo portanto ser considerada com uma cessação em relação a qualquer evento, ou reunião específica”*. Como o senhor



avalia tal resposta da FIPECAFI? Foi tomada qualquer atitude em relação à FIPECAFI após essa resposta dada?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Evidentemente não. Não cabia nenhuma atitude a ser tomada, uma vez que a FIPECAFI respondeu, com toda clareza, dizendo: essa expressão está fora do contexto, jamais pertenceu à agenda de qualquer reunião relativa às avaliações do BANESPA, dentro dos trabalhos que nos cabia fazer; jamais estive em quaisquer intenções ou em quaisquer contratações nossas com o Banco Central. Essa afirmação, do meu ponto de vista, merece fé, na medida em que a própria FIPECAFI — eu completarei a resposta — dizia: esse trecho do relatório está fora de contexto e deve ser desconsiderado, não está correto. Número um. O BANESPA, para quem envia a mesma correspondência, me disse: esse assunto não pertenceu à agenda dessa reunião específica, nem de qualquer outra que tenhamos tido conhecimento desse fato. E a Booz Allen disse duas coisas: a essa reunião específica nosso representante não compareceu. Contudo, esse assunto jamais foi objeto de discussão, de ponderação, de qualificação. Essas três cartas, Deputado, me tranqüilizaram. E com base nessas três cartas não julguei que houvesse qualquer cabimento de qualquer ato ou ação contrária a FIPECAFI, ou a quem quer que seja, uma vez que ela própria esclarecia e os outros dois participantes deixavam claro que esse assunto nem tinha pertencido àquela reunião, ou seja, davam o mesmo testemunho e que jamais teria pertencido a qualquer acerto, ajuste ou conversa. Então me dei por satisfeito e, por essa razão, nada fiz. Ou melhor, nada fiz, não; a minha ação considerei completa, perfeita e acabada no momento em que pedi os esclarecimentos, que foram dados pelos três participantes.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Tenho uma pergunta para o senhor. Se a CPI mostrar ao senhor que a FIPECAFI pode ter agido de má-fé, o Banco Central hoje pode fazer alguma coisa?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Aí seria uma questão de consultar a área jurídica do Banco Central. Mas me parece que, se demonstrada a má-fé, cabem ações do Banco Central, digamos, no sentido de se ressarcir. Isso nós sempre tomamos... Ou seja, se for demonstrado que a correspondência assinada pelo professor Eliseu Martins e pelo professor Ariosvaldo Matos Filho ter qualquer componente de má-fé ou que a correspondência assinada pelo então Presidente do



BANESPA, e pelo Dr. Ariovaldo, que, na época, foi quem compareceu à reunião, que também tem algum componente de má-fé, a mesma coisa a Booz Allen, as providências serão imediatamente tomadas. V.Exa. não tenha a menor dúvida disso.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Vou mandar para o Banco Central, por ofício do Presidente, o depoimento dos membros da FIPECAFI, porque quero saber qual será a providência do Banco Central em relação, inclusive, eles dizerem que existiam atas dessas reuniões e que elas não existiam.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Até pela oportunidade, Sr. Relator, Dr. Carlos, o Banco Central acompanhava o processo de avaliação de modo a conhecer os valores preliminares a que estavam chegando os dois consórcios?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Deputado, no que concerne a mim, não. Na minha época não. Aguardávamos as avaliações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Aguardavam as avaliações?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – No que me concerne, aguardávamos as avaliações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Ou seja, veja bem, o Banco Central era interessado nessa fase de federalização, evidentemente, que... com relação aos preços. Então, o senhor disse que não acompanhava. Agora, o Banco Central monitorava os critérios e diretrizes utilizados pela FIPECAFI, a fim de verificar se estavam adequados aos objetivos do Banco?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – A FIPECAFI... não sei. Porque eu estava tentando responder ao Deputado Marcelo Barbieri...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O senhor chegou depois.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – ... vai me dar a oportunidade de completar a resposta depois para não perder tempo. Mas eu acho que a função da FIPECAFI era assessorar o Banco Central no sentido de verificar se, no sentido de sugerir, determinar as metodologias, porque é uma função do gestor da privatização dizer as metodologias que devem ser usadas. E é uma função dele se assegurar de que aquelas metodologias foram usadas. Tenho a impressão de que a FIPECAFI assessorava o Banco Central nesse sentido, de que as metodologias tinham sido





aquelas. Acho que foi até esse o parecer que ela dá final quando da transferência, quando da fixação do preço definitivo em dezembro de 99. Acho que ela dá um parecer dizendo: olha, foram seguidas as metodologias etc. e tal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Esse preço final valeu para a federalização?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não. O Deputado Robson Tuma explicou bem. Esse preço final seria estabelecido no leilão de privatização. Acontece que o leilão demorou. A expectativa, quando ele... ou dezembro de 97, estabelecer o preço inicial, era de que até dezembro de 99, eu acho, o banco estaria privatizado. Como isso atrasou, basicamente em função da atuação da Receita, então eles — eles que eu digo é a União, representada pela Secretaria do Tesouro Nacional, e o Governo do Estado, pela Secretaria da Fazenda, o Banco Central teve uma interferência muito marginal nisso, muito individual —, eles decidiram estabelecer o preço final. Até o Deputado Barbieri falou em preço mínimo e não era. Aí eles pegaram os cálculos de preço mínimo, com base na data-base de dezembro de 98, ajustaram para prosseguir a transferência, ou seja, incorporaram algumas sinergias e estabeleceram o preço de transferência que aí ficou como preço definitivo. Ia ser o preço de leilão.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – O preço mínimo de leilão que o Deputado Marcelo falou, não o preço mínimo da avaliação.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Mas não foi nem preço mínimo de leilão. O preço de transferência, Deputado, é o preço de leilão. Por exemplo, vamos tomar o...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Sim. Mas de três milhões foi vendido por sete. É isso que o Deputado Marcelo...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, mas... Esse seria o preço final. Só que em dezembro de 99 e a União, representada pelo Tesouro Nacional, e o Estado acertaram um preço de transferência que não sei qual foi, mas acertaram um preço de transferência...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Foi uma diferença pequena, dois e pouco. Tanto que tem uma ação popular em São Paulo que questiona a transferência desse preço, que é na faixa de 400...





**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Aí, eles, quando eu digo eles é a União, o Tesouro, a Secretaria do Tesouro e o Estado que decidiram esse preço final. Agora, a confusão é que esse preço...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Se for preço mínimo... Leilão é uma coisa.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, é que o preço... Não é a mesma coisa...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Não, não é a mesma coisa a palavra, mas os dois estão dizendo exatamente o mesmo.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – O valor pode ter ficado até parecido, mas o preço de transferência deve incorporar alguma ordem de sinergia.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – O senhor falou o preço de transferência entre o Estado e a União?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – O preço definitivo, que foi o de dezembro de 99. Vamos pegar agora, por exemplo, o Banco do Estado do Maranhão, que está indo a leilão, acho que dia 11 de junho. O que acontece? Quando ele foi federalizado, foi fixado um preço inicial, que já foi abatido da dívida do Estado. O preço que sair do leilão de 11 de junho é que vai definir o valor efetivo do abatimento da dívida do Estado. Então, esse preço inicial, no caso do BANESPA...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Mas no caso de São Paulo não foi assim.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, não foi porque foi fixado um preço de transferência, em dezembro...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – E o preço de transferência já abateu a dívida. Aí... do ágio São Paulo não participou.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Exato, o leilão... mas por quê? Por que isso? Porque a União, representada pelo Tesouro, e o Estado acharam por bem, em dezembro de 99, estabelecerem desde logo um preço de transferência definitivo e não esperar o leilão. Acharam melhor assim. E aí, tem de ser perguntado ao Secretário de Fazenda de São Paulo e ao Secretário do Tesouro porque eles acharam melhor. Não sei por que acharam melhor ou pior, deve ter havido alguma razão substancial para isso.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Dr. Carlos, só aproveitando, só para ver se eu entendi bem. Houve, portanto, a contratação do Banco Fator e da Booz Allen para se fazer a federalização do Banco, vamos chamar assim, quando atuou a FIPECAFI, pelo que o senhor falou, tá certo? Foi nesse período que atuou a FIPECAFI para se chegar ao valor.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Presidente, eu acho que tem... Eu acho aí, porque eu... Eu acho que o Banco Fator, a Booz Allen e a FIPECAFI foram contratados para a privatização.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Para a privatização?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – É. A federalização, ela ocorreu em dezembro de 97...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sim, então, eles foram contratados durante o processo de privatização.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – O objetivo era a privatização, eu acho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Então, veja, o senhor já disse...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Posso estar errado, mas eu acho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O senhor já disse que o Banco Central não acompanhava o processo de avaliação; poderia, pelo que eu entendi, monitorar os critérios. Isso, sim, era papel do Banco Central.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Sim, o gestor da privatização tem de se assegurar que os critérios utilizados, quer dizer, a avaliação a ser feita pelo método do fundo de caixa descontado, como manda a Lei nº 9.491, — a Lei nº 9.491 comanda dessa maneira —, em suma, que os outros métodos foram razoáveis, etc. Então, ele tem que se certificar disso. Quando eu falei que o Banco Central não é uma poupança, o que ele fez em 98 eu não sei, e o que ele fez até agosto de 99 também eu não sei, mas depois de agosto de 99 em diante eu posso lhe assegurar que ele não acompanha, recebe e, depois que recebe, ele avalia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Muito obrigado. O Sr. Relator pode prosseguir.



**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – O senhor disse que o Banco Central não acompanhava. Mas eu vou citar só algumas reuniões. Reuniões do Banco Central, em São Paulo, discutindo a situação do projeto, troca de informações entre os avaliadores relativas às duas diligências. Depois teve outra...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Podia dar as datas dessas reuniões?

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Em 23/03/99.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Aí, realmente, eu não posso responder. Em 23 de março de 99...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Em 06/04/99.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Também não posso responder.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Sim, mas estou dizendo que tinha acompanhamento.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Ah, bom! Podia ter. Eu respondi ao Presidente com muita clareza. O Presidente fez a pergunta: *“O Banco Central ia acompanhando as avaliações dos primeiros números?”* Eu disse: *“Presidente, de 12 de agosto de 99 em diante eu lhe asseguro que não. Antes, não sei”*.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Em 10 de dezembro de 99.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Hein?

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Reunião do Banco Central, em São Paulo, entre os representantes do Banco Central do Brasil, Carlos Eduardo de Freitas e Sr. Alencar...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Sim.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – ... e da FIPECAFI.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Sim.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - ... para discussão de arranjos relativos aos aditivos contratuais no mesmo consórcio de avaliadores, Banco Fator, Banco Booz Allen, para definição do preço mínimo do BANESPA no futuro leilão.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Foi uma reunião que houve, acho que até na sede do BANESPA, eu fui a essa reunião, onde os avaliadores apresentaram os seus resultados de avaliação para o preço de transferência e estava lá a FIPECAFI que, digamos, convalidou as metodologias usadas. Eu fui à



reunião e disse também, às avaliações, não tenho nada a me manifestar contrário a essas avaliações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Dr. Carlos Eduardo, agora eu sou obrigado a fazer essa pergunta ao senhor. V.Exa. disse que de agosto de 99 em diante o senhor podia garantir que não houve nenhum ato, nenhuma supervisão, nenhum acesso à avaliação preliminar, agora nós temos aqui uma reunião em que V.Exa. participou. E V.Exa. disse que concordou inclusive com os dados preliminares. Como é que se explica?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Os dados de avaliação. A explicação está perfeita, Deputado. O que eu falei está rigorosamente perfeito. Eu respondi à pergunta: o Banco Central acompanhava? Ouvia antes? Julgava? Não. Agora, uma reunião final, só me chamaram para a reunião final, eles apresentaram uma avaliação final. *“Olha, a avaliação é essa.”* Eu me lembro dessa reunião. Eu fui à reunião, disseram: *“Está aqui a avaliação da Booz Allen, está aqui a avaliação do Banco Fator”*. A FIPECAFI estava presente, atestou, disse: *“Olha, essas avaliações estão bem, estão dentro da metodologia que foi aplicada”*. E eu disse: *“Está bem”*. Aceitei. A minha participação, aliás, ali — eu devo lhe dizer claramente — era uma participação mais residual, até como representante do Banco Central que contratava o Banco Fator e a FIPECAFI. Agora, essa avaliação — repito — era para o preço de transferência. Ela não era uma avaliação de preço mínimo. E repito, reafirmo: em uma reunião. Quer dizer, eu não ficava vendo. Escuta Booz Allen: *“Você já avaliou em tanto. Não, tem que ajustar aqui”*. Não, absolutamente. Nem omitia nenhuma opinião. Além disso, estava bem a metodologia, em termos metodológicos.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Acho que o senhor estava equivocado, porque teve reuniões em que houve a participação. Mas, tudo bem. Agora, existe sim... Foi contestado um único pedaço dessa carta. Mas existem alguns contestáveis. No dia 25/3/99, reunião do Banco Fator, da Booz Allen aplicáveis à data-base tal, bem como novos assuntos levantados pelo Fator e neste momento transmitidos de forma resumida à Booz Allen, ou seja, um fazia as coisas com os dados que o outro queria e resumia ainda, não dizia nem porque se chegavam àqueles valores. Isso a FIPECAFI se reunia com os dois avaliadores, dando troca de dados e informações. Eles mesmos estão assinando a carta aqui. Eu não estou dizendo nada. Estou dizendo para o senhor, porque o senhor disse que,



se existissem dados suficientes, haveria uma contestação judicial à FIPECAFI. Eu estou lhe dando já alguns, na própria carta. Aí, eles se reúnem outra vez para tratar no dia 26 de março, sempre todo mundo. É a avaliadora que dava o interesse da União, se reunia com o que estava com interesse do Estado e com a FIPECAFI para coordenar o valor. Se o senhor ler aqui, têm várias, várias e várias reuniões. Olha, tem outra: 16/4/94. Representantes do BACEN e da FIPECAFI para transmitir a evolução dos trabalhos e a troca de informações entre os dois consórcios. Ou seja, eles estavam dizendo para o Banco Central que os dois consórcios estavam trocando informações. Está claro. Então, são vários fatores que mostram a irregularidade ou, no mínimo, a intenção de existir essa proximidade do valor, que pode até não ter sido por interesse do Banco Central, mas para a própria FIPECAFI continuar no processo posteriormente. Então, eu gostaria de pedir depois que o senhor pedisse à assessoria jurídica que lesse essa carta novamente e que visse os pontos que podem se interpelados à FIPECAFI. Eu acho que a FIPECAFI ali não agiu como deveria...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Nós vamos fazer isso com o máximo interesse...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Porque se a função dela era gerenciar e transmitir as informações, ela não tinha que trazer os dois que iriam receber as informações para se reunir, para acertar nada e nem trocar informação nenhuma. Olha, a dívida com o Imposto de Renda é de “x”, e ela vai ser colocada dessa maneira. Tá bom a informação aqui? Tem informação aqui. Ele não precisa reunir os dois ali, para os dois: *“Então, vamos fazer assim. Não, vamos diminuir aqui. Vamos fazer isso”*. Se não, não precisava duas.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Precisamos e faremos isso com o máximo prazer. O senhor manda, temos a máxima satisfação de investigar se há alguma presunção de suspeição em relação aos trabalhos. Repito apenas, para que fique registrado aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito, que o avaliador tomar a informação a partir, do serviço A tomar a partir do serviço B os dados do balanço da partida é o comando básico da lei. Isso é o que se pratica normalmente.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Sim, mas gerenciados, não encontrados conjuntamente.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, pode até dar...



**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Eu vou até deixar a carta para o senhor...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Então, isso pode. Faremos com o máximo prazer, agora é preciso ficar claro, apenas estou querendo fazer esse registro que uma suspeita não necessariamente é uma presunção de que isso tenha sido feito, digamos, algum conluio no sentido de acertar preço entre a União e o Estado de São Paulo, que seria o caso. E gostaria de reafirmar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Dr. Carlos, é exatamente nesse ponto que reside a dúvida desta Comissão. Porque, ao contrário de outras privatizações, nesta, especificamente, nós tivemos a contratação do Banco Fator pelo Banco Central, representando os interesses do Banco Central e interesses da União, tivemos a contratação da Booz Allen, representando os interesses do Estado de São Paulo e atendendo inclusive a uma determinação da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, que determinou que houvesse avaliações independentes. Então, o que nos chama a atenção — e é nesse ponto que estamos aproveitando a presença de V.Exa., um especialista na área — é que se tínhamos duas avaliações que deveriam ser feitas de forma independente... Aí, se contrata um terceiro ente por notória especialização — que nós já abordamos essa questão e não vimos notória especialização. A FIPECAFI decorre das pessoas que ela subloca, ela é uma locadora de serviços, na verdade, a FIPECAFI. Essa é a função dela, ela é uma empresa de terceirização de serviço, na minha avaliação. Não sei se será a conclusão da CPI. Mas o que nos chama a atenção é exatamente isso: se houve a preocupação do Governo do Estado de São Paulo e da Assembléia Legislativa, defendendo os interesses da população de São Paulo, por se tratar de um patrimônio público, de haver uma consultoria independente. O Banco Central, defendendo legitimamente seus interesses e os interesses da União, contrata também uma auditoria independente. Aí, se contrata um terceiro ente, e eles se reúnem para discutir preço, critérios, etc. Onde é que está a independência? É essa questão que nos preocupa. E é essa questão que eu gostaria de saber até a opinião técnica do senhor a respeito do assunto, sem qualquer compromisso. Não estou falando aqui, eu não estou de forma nenhuma — quero deixar claro —, não estou levantando nenhuma..., fazendo nenhum prejulgamento do que aconteceu, mas eu estou apenas me baseando nas informações todas que nós colhemos e no papel





que deveria ser desempenhado por cada uma das instituições presentes nesse processo de avaliação.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Sr. Presidente, acho da maior relevância o seu ponto. Estou tentando contribuir...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Contribuindo muito.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - ... com a Comissão — muito obrigado —, trazendo os fatos aos quais eu tive acesso no período de gestão nessa área, o que eu vi. É evidente que o objetivo das avaliações em separado é de trazer uma, digamos assim, é de trazer...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O contraditório.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – ... o contraditório, saber se a coisa está... Vou-lhe dar um exemplo. Tenho dois minutos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Claro, claro. O senhor tem o tempo necessário.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Por exemplo, nas privatizações dos demais bancos federalizados, adotou-se nos contratos entre o Estado e a União o mesmo critério básico de São Paulo. A experiência com a privatização de São Paulo, onde o serviço A era contratado pelo Estado e o B pelo Banco Central, deu muita dor de cabeça. Agora, não estou mais falando do período que preocupa a V.Exa. Eu estou falando já do ano de 99, da privatização. Deu dor de cabeça, porque lá a Booz Allen para trazer a informação... e o Tribunal de Contas também — assunto que deu tanta dor de cabeça — tinha de passar pelo cliente dele, que era o Governo do Estado, a gente ficava dependendo do Governo... Tanto que nós já tínhamos concluído que não devia ser assim, quando o Tribunal, ao aprovar a privatização do BANESPA, etc., todos os atos, ele fez uma recomendação ao Banco Central que propusesse aos Estados que a União e o Banco Central contratassem dois avaliadores. Então, nós propusemos, e os Estados concordaram, de os dois avaliadores serem contratados pelo Banco Central. Agora, eles têm um acompanhamento, as autoridades do Estado têm um acompanhamento. E nós fazemos absoluta questão da independência das avaliações. A lei estabelece que, se a diferença for superior a 20% nas avaliações, é facultado ao Conselho Nacional de Desestatização, no caso são instituições financeiras, o Conselho Monetário Nacional, autorizar o gestor a contratar um terceiro, que faz uma avaliação das



questões, ou dá um parecer. Então, isso é fundamental, digamos, é pedra de toque para nós. Era o que eu estava tentando responder ao Deputado Marcelo Barbieri, que saiu, aquele senhor concordou, a minha qualificação. Quer dizer, quando eu digo a contratação da FIPECAFI, se o papel que ela teve ou tinha, se devia ter sido contratada ou se não devia, Presidente, eu não tenho como opinar. Autorizei o último pagamento na verificação de que não houve, de acordo com os pareceres jurídicos e técnicos, não houve nenhuma ilegalidade, nem na contratação e os trabalhos para os quais foi a FIPECAFI contratada, ela os cumpriu na produção dos relatórios, dos pareceres que ela teria que dar, ela cumpriu isso. Então, foi no sentido de que não houve nenhuma ilegalidade, ou não teria havido nenhuma ilegalidade até agora conhecida, nem nenhuma impropriedade. Evidentemente, como disse ao Deputado Relator, qualquer achado **a posteriori** poderá ser objeto de averiguação. Então, concordo com V.Exa. que é realmente importante que haja duas avaliações. Quando eu falo sobre o período passado, quer dizer, o que houve, se seguia ou se não seguia, eu não tenho condições de contribuir, porque eu vou dar uma opinião “*eu acho que*”, “*eu tenho impressão que*”, “*me parece que*”. Quanto à reunião de dezembro, eu fui a essa reunião, não foi uma reunião de combinação, foi uma reunião... Às vezes, eu não me lembro. Mas só para esclarecer à Comissão, foi uma reunião que eu fui chamado e me disseram: “*Olha, as avaliações vão ser apresentadas*”. E foram apresentadas as avaliações. Saí de lá e disse: “*Bom, então é isso. Essas são as avaliações. Acabou e pronto*”. Quer dizer, foi nesse sentido. Não foi, pelo menos, na minha presença ninguém fez compilação nenhuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Perfeito.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Só pra... outro ponto que eu acho que tem de ser analisado e investigado. A FIPECAFI, ela foi contratada por notória especialização. Só que, quando ela manda a carta para o Banco Central, ela diz o seguinte: “*Se formos contratados, irão trabalhar os seguintes professores: fulano, fulano, fulano*”. Os contratos desses notórios especialistas, como aliás poderíamos chamar, só ocorreram posterior à contratação da FIPECAFI. Se eles já estivessem contratados pela FIPECAFI poder-se-ia interpretar isso, porém a FIPECAFI não era detentora de nenhum contrato de prestação de serviços com eles ainda. Por que então ela foi escolhida, não foi escolhida a Getúlio Vargas, não foi escolhida nenhuma outra? Eu acho que isso também tem que estar no rol de apuração do



Banco Central em relação a esse contrato que eu acho que deve e que vai acabar sendo contestado pelo Banco Central. Houve reuniões entre o senhor e representantes do Banco Fator?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Entre mim e o Banco Fator? Milhares.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Sem a presença da FIPECAFI?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, presença nenhuma de FIPECAFI. Houve aquela de dezembro que o Presidente lembrou que houve em São Paulo, uma reunião em que estavam o BANESPA, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o Secretário do Tesouro Nacional, representantes da Secretaria de Fazenda de São Paulo, Booz Allen, Banco Fator, FIPECAFI...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Não se chamava a FIPECAFI porque ela já estava fora do processo?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Não. Já estava fora do processo. Já tinha terminado. Já tinha feito o preço definitivo. Já estava fora e nós não tínhamos a menor intenção, nem víamos necessidade de continuar com a FIPECAFI.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Havia reuniões entre o senhor e membros do consórcio Booz Allen?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Houve poucas. Olha, a rigor, houve contatos telefônicos pedindo trabalho, acelerando, pedindo para, na fase já de enganos, de correção de erros, solicitação para correção de erros, houve contatos telefônicos já depois da avaliação pronta. Antes da avaliação, eu não me recordo. Posso ter tido alguma reunião com o Booz Allen, mas não...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Não é estranho isso, porque eram dois avaliadores e só o Fator é que tinha contato e ele é que passava os dados para o Booz Allen?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Perdão. O Fator era o serviço B, depois da avaliação pronta. O Fator era responsável pelo serviço B. O serviço B, Deputado, faz a modelagem.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – E o serviço A?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Então, a modelagem... Ele teve muito contato comigo para abertura do processo, estou falando de dezembro de 99.



**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – A Booz Allen já não era mais...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, a Booz Allen não faz esse serviço.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Então, mas quando fazia prestação era a Booz Allen e o Fator, a FIPECAFI estava? O senhor disse que tinha reuniões com o Fator e não tinha com o Booz Allen. Isso é estranho.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não é não. Vou lhe explicar.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – E nem com a presença da FIPECAFI, que era a gerenciadora.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Não, a FIPECAFI já não era gerenciadora. Já tinha terminado o trabalho dela em dezembro de 99. Preço de transferência, não havia mais por que a FIPECAFI...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Tudo bem.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Deixe-me explicar. Estávamos tratando naquele momento de abertura do processo de privatização. Quem é que cuida? Serviço B. O que estou falando? Modelagem de venda, ajustes societários. Então, isso é Banco Fator. Edital de pré-qualificação, aí vamos para janeiro. Aí é Banco Fator. Para Booz Allen, a avaliação vai surgir só depois de pronto o balanço de partida. Quando é que fica pronto o balanço de partida? Ele fica pronto em março, porque tínhamos mudado a data-base de dezembro de 98 para dezembro de 99. Bom, a partir daí, quer dizer, os últimos contatos com o Banco Fator são em dezembro de 99, para abertura do processo, editais, porque ele, como encarregado da modelagem, faz os editais. A partir daí, começamos a batalha judicial, que não tinha... Tinha alguma participação do Banco Fator para a orientação, para a assessoria técnica porque ele fazia toda essa parte de contingências jurídicas. Ele conhecia bem a parte atuarial do banco, porque ele, repito, era um serviço B, contingência atuarial, balanço de partida, contingência tributária. Então, daí, já nessa fase, o contato com o Banco Fator. Booz Allen é serviço A, é apenas a segunda avaliação com base no balanço de partida e nos dados levantados pelo serviço B, que era o Banco Fator. Então, havia pouco contato, como não poderia deixar de ser. A FIPECAFI já estava preparando o relatório final e já tinha terminado o serviço dela nessa reunião de dezembro de 99, a que se referiu o Presidente. Dali para frente, nenhum ato mais fez a FIPECAFI. Então, no Banco Fator, que tem o grosso do



serviço, que é o serviço B, e a Booz Allen, basicamente, depois da avaliação, quando as avaliações são entregues em junho, se não me engano, em junho de 2000, a partir daí, que há os maiores contatos com o Booz Allen. Nesse meio tempo, é com o Banco Fator, pelas razões que expus, são as contingências tributárias. As questões atuariais estavam, inclusive, sendo questionadas judicialmente, e o Banco Fator dava uma assessoria ao gestor da privatização, como era de seu dever. Depois que as avaliações são entregues e começam, então, as discussões em torno das avaliações, aí, um contato maior com a Booz Allen vai ser feito e o Banco Fator permanente durante esse período das avaliações. Aliás, já com as avaliações prontas. Nós estávamos discutindo, como V.Exas. devem se recordar, fizemos um ou dois ajustes no preço mínimo do BANESPA, porque houve achado de equívocos nas avaliações, tanto do serviço A, como do serviço B. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Em que nível se trocavam as informações entre os dois consórcios avaliadores?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Que eu saiba, em nível nenhum.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Na reunião realizada no dia 22 do 11 de 99, consta o seguinte texto na carta encaminhada pela FIPECAFI, assinada pelo Sr. Artemio Bertholini a V.Sa.: reunião na Secretaria do Tesouro Nacional, em Brasília, entre os representantes do Tesouro da União, do Banco Central, Carlos Eduardo Freitas, Saloreto & Alencar, da Fazenda de São Paulo, do BANESPA, do Banco Fator, Tadini & Fonseca, e da FIPECAFI Bertholini, onde foram feitas explanações pelo Banco Fator do processo de homologação das premissas e hipóteses adotadas entre os dois avaliadores, do que resultou: 1 – **Fair value**, “consensado” do BANESPA para conclusão do valor da transação. Também foram discutidos detalhes para operacionalização do contrato entre as partes, mecanismos de compensação via conta gráfica, extensão dos contratos com os dois avaliadores, através de aditivos aos contratos atuais, de sorte a se evitar um processo licitatório quanto à privatização do BANESPA pela União prevista para ocorrer ainda no primeiro semestre de 2000. O senhor realmente participou dessa reunião?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Pode ser que sim. Essa reunião houve no Tesouro, e eu posso até explicar a contratação, a continuação da Booz Allen e do Banco Fator. Como o Banco Fator já tinha feito uma avaliação, data-base 98 para preço mínimo, depois ele tinha ajustado essa avaliação para preço de



transferência, que ia ser determinado o preço definitivo para transferência das ações em dezembro de 99 entre o Estado de São Paulo e a União. Então, ele agora, ia fazer uma nova avaliação já com data-base dezembro de 99. Então, o Banco Fator pleiteou que... e aí nós temos, como sabe V.Exa., duas alternativas pela lei. V.Exa. pode aditar, fazer um aditamento ao contrato, desde que o serviço adicional não supere 25% do valor do serviço já pago, ou V.Exa. pode fazer uma nova contratação. Então, a opção aí no caso foi de continuar com a firma já contratada, o Banco Fator, fazendo-se um aditamento contratual que foi feito seguindo todos os ditames legais, situou-se dentro dos 25% na parte fixa e, na parte variável, tivemos um cuidado muito grande de obter uma redução, inclusive, como tivemos uma redução na taxa de sucesso, porque agora iriam a leilão não mais 51%, mas, conforme essa reunião, iriam a leilão 66%, porque o Estado tinha resolvido vender mais 15%, e isso foi devidamente aprovado pelo Tribunal de Contas da União, e nós tivemos esse zelo de reduzir a taxa. Então, foi feito o aditamento contratual, não havia nenhuma razão para nova licitação e solicitou-se ao Governo de São Paulo, a partir daquele momento, ele não precisava manter a Booz Allen, porque ela já tinha feito para ele o serviço que tinha de fazer. A privatização era da União. Então, só para completar, Deputado, foi solicitado ao Governo de São Paulo que mantivesse a Booz Allen contratada para ela fazer o serviço A da privatização e o Governo de São Paulo manteve a contratação da Booz Allen, porque aí era pegar data-base de dezembro de 99, mudar a data-base, não botar sinergia nenhuma. Isso foi feito. Quanto às premissas, nessa reunião, lembro que foram colocadas premissas do balanço de partida e as de sinergias; eram mais as premissas de sinergia, e eu até assinei uma carta aos dois avaliadores dando as premissas de sinergias, porque como era preço de transferência, não era preço mínimo, algumas sinergias deveriam ser, as premissas a que se referem a essa reunião, algumas sinergias deveriam ser imputadas. Então, foi ajustado quais sinergias seriam usadas para que pudesse haver comparabilidade, não ajuste de preço, mas comparabilidade.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Concederei um aparte ao Deputado Julio Semeghini.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** – Dr. Carlos Eduardo, o Presidente já falou, eu gostaria só, de uma maneira resumida, voltar a um ponto que eu acho importante devido à dúvida que está nesta Comissão. Quer dizer, gostaria primeiro





de esclarecer que não é que foi afirmado, ou não, se antes foram discutidos preços, apresentados preços nessas reuniões de uma parte ou de outra, ou se discutia-se uma na frente da outra, se a FIPECAFI podia discutir tais assuntos junto com qualquer uma das duas empresas, o Fator ou a Booz Allen, mas, na verdade, eu gostaria, de uma maneira bem resumida, já que estamos discutindo preço, de saber essas coisas. O senhor disse, de uma maneira clara, que, de jeito nenhum era orientação do Banco Central que chegassem a esses preços o mais perto possível ou tão igual ao que acabou acontecendo no final do processo. Então, queria ver o seguinte: o senhor participou, o senhor tem alguma informação, quando leu esse relatório, o senhor ficou preocupado com a história de que poderiam estar dizendo que essas duas empresas contratadas para cada um fazer a sua avaliação do Governo Federal pelo Governo Estadual da avaliação do Banco de trocas de informação que pudesse comprometer a seriedade do processo? Em algum momento, o senhor, ao ler esse relatório depois de ter sido informado pela imprensa, teve dúvida da lisura, da transparência desse processo, de qualquer coisa que pudesse ter comprometido o resultado final da avaliação de qualquer uma dessas duas empresas? É importante, em algum outro momento, mesmo o senhor lendo aqui, isso não chamou a atenção, isso fez parte da sua carta quando o senhor encaminhou para esclarecimento à FIPECAFI, o senhor se sentiu suficientemente esclarecido pela FIPECAFI de tal maneira que não pudesse causar essa dúvida para quem depois tivesse acesso a essa carta? Como é que o senhor interpreta esse processo?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Perfeito, Deputado. Absolutamente, nunca havia passado pela minha cabeça qualquer hipótese de que tivesse havido qualquer ordem de ajuste, acerto, conluio, combinação no sentido de ajustar preço, tanto que, quando levantado o problema pela imprensa, eu corri, me dá essa carta, que eu vi aquilo, a minha reação foi de perplexidade, porque nunca isso aqui, jamais passou por qualquer reunião, jamais quem é que poderia ter uma idéia dessas. Então, daí que eu fiz as cartas e as respostas, três respostas as três cartas que eu fiz, é que eu respondi aqui ao Deputado Relator, se eu tomei alguma atitude. Não. Não tomei nenhuma atitude posterior ao recebimento das cartas, porque entendi perfeitamente, como diz V.Exa., que as cartas eram satisfatórias e por quê? Porque como jamais eu tinha tido qualquer suspeita de que pudesse ter



havido qualquer coisa nesse sentido, não tinha qualquer presunção. Fui surpreendido com esse trecho da carta que dizia que o objetivo mais importante, que eu fiquei perplexo, eu disse: mas, como? Aí inquiri. Inquiridas, que respostas eu recebi? O BANESPA me diz: olha, esteve nosso representante à reunião, esse assunto não foi discutido e jamais pertenceu a qualquer encontro, reunião, debate sobre o assunto. Muito bem. A Booz Allen diz: olha, não tivemos nenhum representante nessa reunião. A ata está equivocada nesse sentido. Agora, em nenhuma reunião da qual participamos, em nenhum momento, houve qualquer colocação nessa linha. 3 – A própria FIPECAFI, em uma longa resposta, diz: esse trecho é um trecho fora de contexto, pedimos que seja desconsiderado, jamais nessa reunião ou em qualquer outra, o assunto foi ventilado. Então, como isso era perfeitamente condizente com a minha experiência, como diz V.Exa., eu disse: olha, eu não vi nada que pudesse comprometer. Não percebi nada. Não tive nenhum sinal, nenhuma suspeita. Me respondem pessoas que merecem credibilidade, dizendo que não tem, eu me dei por satisfeito em relação ao caso. Foi por essa razão.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** – Só para concluir o raciocínio, Presidente. E depois, creio que o senhor tem acompanhado o andamento desta Comissão, ela diz respeito exatamente ao papel do senhor. A minha dúvida é: o senhor acompanhou o depoimento do pessoal da FIPECAFI, o senhor teve informação das dificuldades que esse pessoal da FIPECAFI passou para explicar por que e como ele fez esse relatório? O senhor analisou também, além desse documento aqui, o procedimento que essas pessoas da FIPECAFI tiveram aqui na frente desta Comissão, das dificuldades em esclarecer esses fatos todos? Essa informação chegou ao senhor e de que forma essas informações puderam ser analisadas pelo Banco Central?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Chegou a informação que houve dificuldade em pessoas da FIPECAFI para explicar esse relatório relativo a essa reunião. Eu recebi a informação, tomei conhecimento. Não sei o porquê das dificuldades, porque nos explicaram que aquele texto estava fora de contexto. No entender da resposta que nós tivemos, estava fora de contexto. Eu soube que houve dificuldades, agora, por que, Deputado, realmente não sei por que tiveram tanta dificuldade para explicar isso.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O Sr. Relator tem mais alguma questão?

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Tenho, Sr. Presidente. Desculpe-me, eu estava resolvendo um problema. Então, eu estava falando para o senhor sobre a reunião do dia 22. Nessa data, já se conhecia o valor obtido pelos consórcios avaliadores?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Que dia? Vinte e dois?

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Vinte e dois de novembro de 99.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Deputado, creio que não, porque estavam sendo, justamente, estabelecidas nesta reunião as premissas de sinergias que seriam adotadas para a avaliação de transferência, do preço de transferência. Como V.Exa. sabe, esse preço de transferência embutiu algumas sinergias. Tanto que eu assinei, depois, inclusive, uma carta aos dois — Booz Allen e Banco Fator —, determinando que eles utilizassem um conjunto de premissas de sinergias, ambos, para que as avaliações fossem comparáveis, porque o preço mínimo, como V.Exa. sabe melhor do que eu, o preço de leilão deve ser neutro, ele não deve incorporar sinergias específicas. Então, nessa reunião, ao que me recordo, e pelo melhor do meu conhecimento, não se falou em preço. Não me lembro de ter-se falado. Falou-se, sim, em premissa de sinergias.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Se nesta data não eram conhecidos, como explicar que na mesma reunião falou-se na obtenção de um **fair value** consensado para o BANESPA?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Não sei o que quer dizer **fair value** consensado para o BANESPA nesta reunião. Posso entender, talvez, aí mais uma impressão da minha lembrança, que esta expressão queira dizer o seguinte: estava-se tratando de um preço definitivo de transferência que não seria obtido em leilão, porque o leilão é definitivo. No leilão não temos o que discutir. Deu; não deu. O que deu, deu. No caso, ia haver uma transferência definitiva e o preço deveria ser um preço **fair**. Quer dizer, e esse preço **fair** deveria embutir um conjunto de sinergias. Neste sentido entendo que tenha havido essa discussão, porque se discutiram as sinergias. Peço... Presidente, é importante eu colocar isso, porque estou aqui fazendo o meu esforço de memória.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Pois, não.



**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Então, o seguinte. Quando se fala em **fair value**, o que acontece aí? Como ia ser determinado o preço final? No leilão? O leilão é o que é. No entanto, resolveram — o Tesouro Nacional, a União e o Estado — fazer o preço definitivo antes do leilão e fora de leilão. Ou seja, o Estado não ia ter mais aquele acesso. Então, era preciso que fosse um valor **fair**, usando a palavra em inglês, ou seja, um valor justo. Esse valor justo ia ter dois avaliadores, porque iam chegar avaliações quaisquer que fossem. No entanto, o que era preciso estabelecer para esse preço? As sinergias, Presidente, as sinergias. O problema era que sinergias adotar, que sinergias teriam. Por que quando o senhor vai a um leilão... Por que no leilão... O BANESPA é um exemplo emblemático. Por que ele valia 7 bilhões, 150 milhões de reais para o Banco Santander, colocando a parte dos empregados? Ou 7 bilhões e 200 milhões, não me lembro. E para o BRADESCO ele valia 2 bilhões?

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Sete bilhões e cinquenta milhões.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, fora a parte dos empregados. Os empregados ganharam mais ou menos 100 milhões; 7 bilhões, 150 milhões. Por que ele valia 7 bilhões e 100 milhões para um banco, valia 2 bilhões para outro, 2 bilhões e 200 milhões para outro? O que explica essa diferença? O que explica, Presidente, são as sinergias. As sinergias é que explicam.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Se as sinergias existiam, por que errou tanto na avaliação?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Porque V.Exa. não sabe o que tem na sinergia de cada empresa.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Então, o avaliador não considera a sinergia?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, no preço mínimo, não.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – O avaliador não leva em consideração a sinergia. O senhor não falou que tinha que ter a sinergia?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não. O preço de transferência... Está aí a dificuldade. V.Exa. está agora compreendendo...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – O senhor vê como é raro, brutalmente, o preço mínimo...



**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – V.Exa. está chegando num ponto excelente. V.Exa. está compreendendo finalmente.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Vou chegar lá.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Vai chegar. Estou animado.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Estamos aqui para chegar. Eu também estou.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - O que acontece no leilão? No leilão o senhor tem a sinergia de cada um. Por exemplo, o senhor vai vender aqui, vamos vender um automóvel modelo 1958. Quanto ele vale para mim? Zero. Quanto é que vale para um colecionador? Muito. Por quê? Porque o colecionador tem as suas sinergias. Esse é um exemplo simplório do que é a sinergia. São vários exemplos. Quer dizer, se o banco tem uma presença maior no mercado brasileiro, vale a pena ele ir constituindo agência por agência, contratando funcionários? Vai levar dez anos e pagar um preço enorme. Ou ele prefere pagar um preço maior hoje e já pegar uma planta feita? Isso é que se chama sinergias. O banco já tem a planta feita. Então, para cada um vale uma coisa. O avaliador de preço mínimo faz uma avaliação neutra de sinergias, porque basicamente ele não conhece, nem pode conhecer os planos estratégicos de cada empresa compradora. Isso faz parte do segredo comercial delas, Excelência; isso faz parte dos seus planos estratégicos. Então, ele não pode dar...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Então, para entender o que o senhor está me explicando. Estou achando interessante. Quero perguntar-lhe o seguinte: quer dizer que, então, no caso, o Estado de São Paulo, pelo que o senhor está dizendo, avaliou errado a sinergia dele?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, não, não estou dizendo isso, absolutamente.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Abriu mão do ágio.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, não abriu mão do ágio. V.Exa. não está me deixando concluir. Na certa, está tirando conclusões precoces, perdoe-me. Perdoe-me, não cheguei ainda lá. Então, o ponto que estou colocando é o seguinte: qual era a dificuldade, daí estou respondendo a pergunta do Deputado Relator, o que quer dizer **fair value** nesta reunião? Quer dizer o seguinte, nós não estamos tratando de preço mínimo. Preço mínimo é para leilão, porque aí o leilão



competitivo faz aflorar as sinergias. Ele traz as sinergias. Se ele é honesto, se ele é correto e se ele é competitivo, Excelência, ele traz a sinergia. Cada um vai mostrar o máximo que está disposto a pagar, o máximo que está disposto a pagar. Então, aí surgem as sinergias que nós não conhecemos. Então, quando se trata de preço mínimo, é com sinergias neutras e sem sinergia. Dezembro de 99, o que ia fazer a União, o que resolve a União, o Governo Federal, o que resolve o Governo do Estado de São Paulo? Não vamos esperar o leilão para estabelecer o preço definitivo. Vamos estabelecer o preço definitivo agora, com base em duas avaliações. Muito bem, tem que colocar sinergias. Não pode ser preço mínimo. Tem que colocar algumas premissas de sinergias para que os avaliadores possam considerar aquelas premissas. Então, **fair value**, que se refere o Deputado, é isso: era preciso encontrar um conjunto de sinergias para a União, de comprar o BANESPA, porque não poderia ser por preço mínimo, porque preço mínimo não leva sinergia nenhuma. Isso significaria que o Estado estaria transferindo, fazendo a transferência definitiva das ações por preço mínimo, ou seja, sinergia zero. Havia sinergia? Não havia? Todos nós tínhamos dúvidas. Vimos no leilão, por exemplo, que dois lances ficaram muito próximos do preço mínimo. Houve uma sinergia grande. Houve uma sinergia grande. Tivemos três lances no leilão. Então, houve uma sinergia grande e duas sinergias muito pequenas. Então, era preciso estabelecer o **fair value**, quer dizer, as premissas que levariam os avaliadores a calcularem preços que incorporassem as sinergias. Essa é a explicação para o Deputado Relator. Quer dizer, essa reunião de novembro no Tesouro tratou de premissas em relação às sinergias que permitissem aos dois avaliadores trabalharem com o mesmo conjunto de premissas, em relação às sinergias. Não estou dizendo que houve sub ou superavaliação. Estou dizendo que houve um conjunto de premissas em relação às sinergias para que fosse estabelecido um preço que refletisse essas sinergias para transferência. Só isso.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Senador, um aparte rápido. É o seguinte...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - O senhor me chamou de Senador, eu agradeço, é Relator. Mas eu fico feliz.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Relator, desculpe-me. Lembro do seu pai. Dr. Carlos é o seguinte, o senhor explicou a diferença clara do preço





mínimo e do preço de leilão, do preço de transferência e do preço mínimo de leilão. Na verdade, o **fair value**, quer dizer, o valor justo, teria que se considerar as sinergias, não é? Na verdade, também o Estado de São Paulo passou para a União, em 1999, definitivamente, liquidou o assunto, teoricamente considerando as sinergias, teoricamente. Na prática, isso não se configurou, porque a diferença entre esse valor de transferência e o valor arrematado no leilão foi uma diferença enorme, 4 bilhões e 700. Então, portanto, a conclusão a que chegamos — e aí a importância da Fator, da Booz Allen e da FIPECAFI, porque o que estava se definindo era exatamente isso ao relatório, nesse processo de avaliação. O pessoal às vezes pergunta: por que tanta polêmica em torno dessa questão da FIPECAFI? Por que tanta polêmica em torno do Booz Allen, do Fator? Porque estava em jogo o interesse de um Estado da Federação, o principal Estado da Federação, que é São Paulo, em termos econômicos, e o principal banco de transferência. Então, quando o senhor disse que tinha que se considerar as sinergias e o valor que se chegou é muito próximo do valor mínimo de leilão, a consideração às sinergias foi muito mal feita, foi pessimamente feita na minha avaliação, porque os números não confirmam isso. A diferença é de...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Excelência, tome o lance o BRADESCO...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Tudo bem, só vou concluir, o senhor tem que tomar o que comprou, que foi de 7 bilhões...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – V.Exa. me desculpe. As sinergias, V.Exa. não pode saber a sinergia de um banco.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Sim, mas o senhor pode fazer a média, não é?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não. Excelência, não tenho nem preocupação de defender o preço de transferência, porque isso é uma preocupação do Governo do Estado de São Paulo mais do que minha. Eu não tenho nenhuma preocupação, nenhum dever. Só estou apenas, a bem da justiça...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Se o senhor pudesse deixar eu concluir o meu raciocínio, eu lhe darei a palavra com o maior prazer.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Pois não.



**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Então, o que quero considerar é que quando o senhor fala que realmente foram consideradas as sinergias e a conclusão a que se chegou é que o preço mínimo não poderia considerar as sinergias, de certa forma entendo a sua colocação. O senhor é o responsável pelo preço, era a sua responsabilidade. O senhor era o Diretor de Fiscalização do Banco Central. Entendo a sua posição. O senhor tinha que fazer um preço mínimo que não expusesse a União no processo, tanto que o senhor falou aí que teve de baixar o valor do ágio, da vantagem do ágio para o Banco Fator, porque aumentou o número de ações que foram a leilão. Então, houve essa preocupação, porque o Banco Fator estava ganhando no ágio. Ele ganhou sobre esse enorme ágio que se configurou no leilão. Houve uma perda de dinheiro por parte da União, que transferiu para o Banco Fator, porque foi pago pela União, esse dinheiro era da União, pagou para o Fator. Então, o interesse público está em jogo neste caso. Estamos tratando de interesse público. Então, Dr. Carlos Eduardo, a meu ver, essa avaliação feita preliminarmente para a transferência do Banco do Estado de São Paulo para a União não era uma coisa de só menos importância, porque ele acabou por influir de maneira muito significativa no preço mínimo de leilão, bastante significativa. E aumentou a oferta de ações no leilão, porque o Estado de São Paulo se convenceu de que este preço poderia ser justo e acabou ofertando mais ações, transferindo mais ações. Então, estamos tratando de uma coisa que estava sob a responsabilidade do senhor na época, é uma coisa muito grave, muito séria, considero. Então, a questão que eu levanto ao senhor — gostaria que o senhor ficasse à vontade, falasse o que o senhor achasse importante —, é que essa coordenação desse preço mínimo não poderia lesar o interesse do Estado de São Paulo, porque, na prática, esse mau cuidado com o Estado de São Paulo acabou induzindo, de certa forma, o resultado do preço mínimo para leilão. Houve uma influência ou uma co-relação, tanto que o próprio Banco Fator continuou sendo, aí, sim, o único avaliador. Não existia mais Booz Allen, não existia mais FIPECAFI. Então, vejo que neste caso podemos concluir que houve um prejuízo para o interesse do Estado de São Paulo, tanto que existe uma ação popular que corre na Justiça, promovida por Deputados em São Paulo em relação a essa diferença de 4 bilhões e 700 nesse processo. Se não me engano, inclusive o Deputado Ricardo Berzoini também assinou. Não. O Deputado



José Genoíno, Deputado Carlos Almeida, Deputado José Dirceu e mais um Deputado do PSB também. O Deputado que ficou depois na nossa CPI...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Deputado Estadual. Vamos lembrar já o nome dele.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Callegari. O Deputado Antonio Callegari também. Por quê? Porque houve uma interpretação de que houve uma lesão ao interesse do Estado. Então, a conclusão que chegamos qual foi? Nesse processo a FIPECAFI foi contratada pelo Banco Central, entendemos nós, pelo contrato livre publicado no Diário Oficial, com intenção de garantir a isenção das duas avaliações. O senhor não participou, porque o senhor não era o diretor do Banco Central. Mas está publicado no Diário Oficial. Houve uma intenção de que, ao contratar a FIPECAFI, garantisse um órgão com um nome libado, que era a Universidade de São Paulo, para permitir uma isenção nas duas avaliações, a fim de que o Estado de São Paulo não fosse lesado nesse processo. E como houve essa diferença brutal, e aí o senhor falou, aí, sim, as sinergias tinham que ser consideradas. O senhor falou, está gravado. O senhor considerou que tinha que ser consideradas as sinergias nesse processo. E a conclusão que chegamos é que não foram consideradas as sinergias. Basta ver a diferença brutal entre o valor de transferência e o ágio atingido. Quer dizer, a sinergia do Banco Santander foi absolutamente desconsiderada pelos avaliadores. E aí a responsabilidade da FIPECAFI é muito grave. E aí essa carta da FIPECAFI que fez o senhor pular, e com razão, porque reconheço que o senhor ficou indignado e atribuo que a sua indignação era justa, era correta, porque é um crime que lesa interesse dos órgãos envolvidos do Estado de São Paulo, no caso. Ela constatou naquela carta que houve uma manipulação da avaliação, uma manipulação, porque se buscou atingir um valor que não excedesse os 10%. Por isso, manipulação. Então, a pergunta que faço ao senhor é se o senhor concorda que esse preço final de transferência do Estado de São Paulo para a União foi um preço que considerou as sinergias e, portanto, seria um preço considerado justo na sua avaliação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antônio Fleury) – Antes da resposta, se algum dos Srs. Deputados ainda não registrou presença, seria importante fazê-lo.

*(Intervenção inaudível.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) - V.Exa. é o próximo a fazer as perguntas. Estamos aguardando apenas que o Sr. Relator termine a sua inquirição.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Democraticamente, tenho deixado.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Deputado, poderia ousar suplicar que repetisse a pergunta, porque é importante. Para mim não ficou bem claro.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – A pergunta do Deputado é se na avaliação do senhor o valor acertado entre a União e o Governo do Estado foi um valor justo.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Olha, não tenho a opinar a esse respeito. Essa avaliação...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – A pergunta nesse ponto que levanto é a seguinte: se o senhor achou que as sinergias foram consideradas esse preço. O senhor falou das sinergias...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Ah, sim, no que me concerne, as sinergias foram consideradas.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Foram consideradas.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – No que me concerne, sim. Tanto que até foi lembrado aqui da reunião de novembro na Secretaria do Tesouro. Eu fui a essa reunião, foi essa e a do BANESPA, em São Paulo, onde se falou exatamente nas premissas para que se pudesse ter em conta sinergias de maneira a se obter um valor justo para a transferência, ou seja, um valor de transferência que não fosse um valor, um preço mínimo, que é um preço neutro das sinergias. Então, no melhor do meu entendimento, eu sublinho, no melhor do meu entendimento, o preço de transferência, que nem me recordo qual foi, ele refletiu as sinergias que foram, então, acordadas, que foram base das premissas. Foram adotadas pelos bons avaliadores. Tanto a União quanto às autoridades do Estado consideraram o preço justo.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** – Eu gostaria só de repetir a pergunta do nobre Deputado Marcelo Barbieri de outra forma. O senhor não pode se manifestar em relação ao preço, se ele foi justo ou não. O senhor acha que os critérios adotados e contratados, a forma de avaliar o banco, as sinergias, tiveram ou não incluídas de maneira clara, transparente, em todos os procedimentos que



levaram ao valor do banco. Isso tudo o senhor considera que realmente levou ao melhor valor possível ou um valor, na prática, correto, ou teria sido um outro caminho que poderia ter levado a valores diferentes e que poderiam ter causado valores significativamente diferentes ao que foi concluído na hora da negociação do banco?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - De jeito nenhum, absolutamente. Os valores... as metodologias usadas, as premissas utilizadas estão até em cartas assinadas por mim, as premissas para os dois avaliadores, as sinergias que deveriam ser usadas me pareceram absolutamente razoáveis. E se V.Exa. tomar o valor do preço de transferência e compará-lo com as duas ofertas em leilão, do UNIBANCO e do BRADESCO, eu não sei qual foi o valor do preço de transferência, Deputado, mas V.Exa. vai encontrar preços muito parecidos. E eu desafio qualquer dos presentes... O valor do preço que foi estabelecido para transferência definitiva do Estado de São Paulo à União. Esse preço deve ser muito próximo aos preços das ofertas do UNIBANCO e do BRADESCO em leilão. E tomando todas as análises, artigos, opiniões, entrevistas de todos os especialistas de mercado, não há uma previsão do valor que saiu o banco. A revista **Veja**, um par de semanas antes do leilão, ela saiu com o valor, se não me falha a memória, eu posso estar com a memória ruim, a revista **Veja** ela deu um valor de possível 7 bilhões, mas isso foi 15 ou 20 dias antes do leilão. A edição da revista **Veja**, que sai em cima do leilão, ela não mais fala nisso, diz que tinha havido uma série de desistências e as cotações, as opiniões são baixas. Pega a revista **Época** do dia do leilão, é a mesma coisa. Então, ninguém tinha a expectativa, a expectativa desse... desse... que pudesse ter esse preço. Houve, assim, pessoas que davam palpites sobre avaliações que falaram em 4 bilhões, não é? Se isso tivesse sido... Então, tem um artigo que eu publiquei no jornal **Valor**, levanto esse ponto. Se tivéssemos ido com 4 bilhões para o leilão, teríamos causado um prejuízo ao erário de mais de 3 bilhões de reais, porque o BRADESCO e o UNIBANCO estariam fora, o Santander se vendo sozinho no leilão ia oferecer quatro e não sete, porque ele tinha os outros e ele não sabia qual era o lance dos outros. Ele não sabia. E, por isso, ele foi lá para cima, por que? Porque ele queria evitar o drama do Itaú no BANESTADO. Proporcionalmente, o BANESTADO saiu mais caro que o BANESPA. O BANESTADO saiu 1 bilhão 625. O Itaú, porque não deu o lance mais alto? Foi porque teve que ir pro viva voz, com o



UNIBANCO lá em Curitiba. E a disputa foi subindo, subindo, subindo, subindo, e ele acabou... com medo de, provavelmente, ... o Santander foi no lance mais alto, porque ele não sabia o que que vinha do outro lado, mas tomando... V.Exa. poderá ver que o preço de transferência foi algo, deve ter sido algo razoável, tanto que é comparável com os outros dois lances. Um lance que veio acima e que tinha todas as razões próprias dele...

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Sr. Relator, para aproveitar o assunto, para fazer uma ponderação em relação à questão do preço, que acho que é um assunto até hoje ainda que carece de uma análise mais profunda. Queria lembrar o Diretor Freitas que, por ocasião das semanas que antecederam o leilão, nós apresentamos uma avaliação paralela feita por respeitados economistas do DIEESE e da UNICAMP, que levaram em consideração as mesmas informações disponíveis para o Banco Fator e para Booz Allen, e que apenas alterando premissas em relação às projeções macroeconômicas para o período seguinte, aliás, premissas essas que estão muito mais próximas da realidade do que as adotadas pelo Banco Fator e pela Booz Allen, inclusive, principalmente, em relação à taxa de juros, que é um importante fator para avaliação de um banco de varejo como BANESPA. E naquela ocasião nós chegamos a um valor total, não do lote a ser vendido, mas o valor total, de 10 bilhões de reais, incluindo o controle que, evidentemente, tem sempre um valor intrínseco, que o controle, evidentemente, propicia a se gerenciar o banco. Portanto, havia outras avaliações bem superiores às que o Banco Central adotou como preço mínimo. O senhor disse que ninguém previa que pudesse haver um lance como o do Santander, um lance que eu classificaria como um lance bem alto. O senhor confirma que ninguém previa?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Confirmo. Eu acho que ninguém... Estava dizendo isso: que ninguém previa tanto... tomando... não me lembro, todas entrevistas, opiniões. Me lembro vagamente, acho que houve um número da revista **Veja**, que saiu 15 ou 20 dias antes do leilão, onde tem uma reportagem extensa sobre o leilão de privatização, que se avizinhava, e lá há uma menção de que algum analista acha que as ações sobre ele não poderiam chegar... era um terço do capital do banco. Ele fala, se não me engano, em 7 bilhões. Foi a única, e que não foi levada a sério. Eu me lembro que eu li, eu fiquei animado, disse “*será?*”, mas eu não achei que chegasse. Agora, aí, quanto à avaliação, houve justamente a que eu me





referi antes, Excelência, essa avaliação de 10 bilhões para o banco todo, acho que eram 4 bilhões que eles davam para as ações que iam a leilão, acho que era isso, e que, justamente, foi objeto do meu artigo no jornal **Valor**. Tinha vários erros. Com todo respeito técnico, nós rebatemos erro ponto a ponto, tanto para a imprensa, não vou me lembrar agora, o Tribunal de Contas da União, sua excelente equipe de analistas também considerou que estavam inadequadas as avaliações, mas eu fiz apenas um exemplo: supondo que eu tivesse sugerido ao Conselho Monetário Nacional um preço mínimo dessa natureza, dessa ordem, o Conselho Monetário Nacional tivesse concordado, teria causado um prejuízo ao erário de 3 bilhões de reais, no mínimo, porque eu teria afastado. Esse é um grande... As pessoas fazem muito (*ininteligível*), Presidente.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Sim, porque tomando os fatos, quer dizer, se eu tivesse eu adotado, em vez de adotar a avaliação tecnicamente correta, examinada pelos nossos técnicos, checada item a item pelos técnicos, pelos auditores do Tribunal de Contas da União, valor razoável, e fomos a leilão com esse preço mínimo, e não tivéssemos ido, porque isso é um engano muito grande que as pessoas têm. As pessoas acham que quanto maior for o preço mínimo, maior o preço de venda. Errado.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Não necessariamente, mas também não é...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Errado. Errada a hipótese. Se o leilão... A hipótese, Deputado, é muito simples: é leilão competitivo. Eu tenho um longo texto que eu terei prazer em mandar para V.Exa. Eu fiz um longo papel de trabalho sobre isso para o Tribunal de Contas, sobre as novas privatizações, explicando essas relações, fiz artigos sobre preço mínimo, porque só vai... se eu tivesse ido com preço mínimo de 4 bilhões de reais para o leilão, o que que aconteceria? O SANTANDER sozinho, se veria sozinho, porque os outros dois lances eram de 2 bilhões de reais, teria dado 4. Como o preço mínimo não era esse, ele era alcançável pelos outros dois, tínhamos três no leilão, o leilão ficou competitivo e ele foi para o BASA. De maneira que eu não tenho a menor dúvida que foi... Olha, esse preço, ele tinha outros objetivos, aliás, V.Exa. sabe.



**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Quais outros objetivos? Já que eu sei, eu gostaria de saber.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Naturalmente, as idéias aí eram trazer um processo de perturbação à venda do banco, até porque, como V.Exa. sabe, nós somos obrigados a todo um processamento de licitação para contratar avaliadores. De maneira que tornam-se avaliadores... Só vou lá e contrato. Quem é o avaliador A, B ou C, e digo: *“Olha, aqui há uma avaliação”*. Não, Excelência, há que haver tradição, há que haver currículo, há que haver licitação. Há todo um processo em relação a isso. Além disso, as avaliações não eram adequadas, nem tinham uma profundidade... Mas eu não gostaria de entrar nessa discussão, até porque já ultrapassada, mas o objetivo, naturalmente, era perturbar o processo.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - De maneira alguma, não é ultrapassada. Nós estamos aqui para apurar todo o procedimento em relação ao BANESPA. Não está, de maneira alguma, ultrapassada. Só queria lembrá-lo que essa preocupação com licitação, tradição, não foi observada, por exemplo, para contratar a FIPECAFI, uma entidade que fazia sublocação de mão-de-obra e que teve o deslante, que imagino que o Banco Central não tenha tomado conhecimento disso explicitamente, talvez, implicitamente, que o Presidente da FIPECAFI se autocontratou. O senhor sabia disso? Seu Eliseu Martins? O senhor, durante sua vida profissional, teve algum tipo de coincidência de atuação em algum âmbito com o Seu Eliseu Martins?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Apenas o conhecia pelo nome que ele tinha, se não me engano, na CVM, e, depois, ele foi Diretor do Banco Central, numa época em que eu estava no Ministério da Fazenda, acho, no gabinete da Ministra Zélia e, depois, na Secretaria de Política Econômica. Uma época... Eu não me lembro exatamente quando é que o Dr. Eliseu foi Diretor do Banco Central, mas eu acho que nessa época eu já tinha voltado da Universidade de Brasília, então, acho que eu estava na Secretaria de Política Econômica, talvez. Mas, por contato, apenas o conhecia mais de nome.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Não teve isso? Nenhum tipo de contato?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, não tive nenhum contato.



**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – O senhor deve comungar da minha opinião, imagino que sim, que num processo em que se dispensa licitação, o Presidente da entidade contratada pelo Banco Central se subcontratar é um ato, no mínimo, questionável do ponto de vista da ética e da moral na gestão pública, nesse caso, é uma fundação e que deveria ter uma preocupação, porque as fundações gozam de determinados benefícios. O senhor concorda comigo?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Deputado Berzoini, só acrescentando, foi contratado na pessoa jurídica e não na física.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Sei, mas era a empresa dele.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Empresa dele, exatamente. Uma empresa que era uma pessoa jurídica, em que ele é o único sócio.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Proprietário.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Único proprietário. Acho que aí teria que se ver os aspectos éticos envolvidos nisso, na certa.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – O senhor declarou à **Gazeta Mercantil** e, por isso, perguntei sobre a surpresa em relação a um ágio elevado, porque o senhor declarou na **Gazeta Mercantil**, que foi publicada no dia 17 de novembro, possivelmente falou no dia 16, que apostava que o leilão será brilhante e terá um ágio bem alto. Portanto, não é verdade que ninguém previa. Eu pessoalmente, na época, declarei a vários órgãos de imprensa que eu acreditava que o ágio seria alto pelo valor intrínseco do BANESPA e pela avaliação que tivemos da UNICAMP e do DIEESE a pedido do Ministério Público. O senhor quando falou isso, imagino que estava expressando uma opinião técnica e não apenas uma avaliação subjetiva.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – O alto, eu não... não quer dizer que eu esperasse que chegasse onde chegou. Eu esperava um ágio, eu esperava... Por que que eu esperava um ágio? Preciso explicar. Esperava um ágio porque eu achava que iríamos ter um leilão concorrido, um leilão competitivo, e os leilões competitivos trazem sinergias à tona. Eu esperava um ágio, mas não esperava que chegasse onde chegou. Eu não devo ter mais... Nós fizemos até no Banco Central... escrevemos cada um num papel o quanto esperava. Eu não me lembro quanto é que eu coloquei. Eu coloquei um preço bom, mas não era sete, não, era menos, era



menos. Passava um ágio. Eu esperava um leilão concorrido e um ágio alto, não esperava o que deu.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – O senhor manteve algum contato nos dias que precederam o leilão? O senhor manteve algum contato com representantes do banco espanhol Santander?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Alguma reunião ou tratou por telefone de algum assunto com eles?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, não me lembro... que ele me telefonou preocupado com uma liminar que estava para decidir no Supremo.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Jaramillo?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Hein?

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Gabriel Jaramillo?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Gabriel Jaramillo. Ele me ligou no sábado ou no domingo, ele me ligou e disse: *“Vai ter o leilão?”* Eu disse: *“Vai. Está assegurado e eu estou muito seguro, toda a impressão que nós temos é que está bem defendido e que o leilão vai ser assegurado”*. Outros competidores também manifestaram essa preocupação durante a quinta, durante a sexta e ele também telefonou e disse... perguntou: *“Escuta, vai ter o leilão, nós...?”* Eu digo: *“Não, eu acredito que sim”*.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – O senhor tomou conhecimento que o Banco UBS Warburg fez um trabalho de avaliação pedido pelo Santander com o objetivo de avaliar o real valor do Santander após o processo não só de privatização, mas também da compra de ações por parte dos... da cooperação que o Santander fez junto aos minoritários e que chegou uma avaliação por volta de 11 bilhões de reais?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Eu ouvi falar dessa avaliação. Ele chegou... Só me recordando. Ele chegou a 11 bilhões de reais para todo o banco ou para só a parte...

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Onze bilhões de reais para o banco.



**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Para o banco. Mais ou menos, deve ter sido o que o Santander acabou pagando com a compra das ações, não é, acho que foi isso. Tomei conhecimento...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Essa foi uma avaliação do que valia o banco naquele momento que ele fez a avaliação.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Exatamente, após o... após a *(ininteligível)* operação.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Espera um pouquinho que eu vou entrar nessa questão rapidamente.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – O.k.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Está aqui. Eu gostaria, inclusive, antes, para não esquecer, de pegar essa matéria da **Folha de S. Paulo**, não é, que saiu sobre a avaliação do banco. A matéria do jornal **Folha**, que foi citada aqui sobre o questionamento da carta da FIPECAFI, e a matéria da **Veja** e da revista **Época**, que falam da possível venda por 7 bilhões do BANESPA, porque já está sendo citado as matérias do **Estado**, da **Carta Capital**, da revista **Istoé**, e eu gostaria de citar essas também, como exemplo do relatório do nosso trabalho, da nossa investigação. Então, fazer essas pesquisas, por favor. Eu quero, antes de entrar nesta, rapidamente, nesta coisa, fazer uma última pergunta sobre a tal reunião de 22, do dia 22. Discutiu-se a prorrogação dos contratos dos avaliadores na mesma reunião, nessa reunião do dia 22 de novembro de 99, e outros detalhes para a operacionalização do contrato entre as partes, considerando a privatização no primeiro semestre. Então, a pergunta que eu faço para o senhor. O senhor disse que os valores ainda não eram conhecidos. Então, como fixar tal data sem conhecer previamente os valores finais e a ausência de necessidade de um terceiro avaliador. Se não se conhecesse os valores finais, não se teria certeza que não haveria uma diferença de 10% e, obviamente, não se poderia se marcar nenhuma data, porque não havia, não se saberia se precisaria ter o terceiro avaliador. Então, como é que se marcou essa data se lá não se conheciam os valores finais?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Em primeiro lugar, não se marcou nenhuma data. Isso deve ter sido uma previsão. Em segundo lugar, o que a lei de privatização fala não é de 10%, Excelência, é de 20%. Em terceiro lugar...



**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Não. O contrato é bem claro quando fala de uma diferença de 10%.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Parece que na transferência da União para o Estado.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Não. Fala-se numa diferença de 10% no contrato. A carta que, numa reunião, inclusive, com o banco Fator, tudo, ele coloca bem claro, também a FIPECAFI, *“onde foram classificados e discutidos metodologias, critérios previstos na época praticados pelos dois consórcios de avaliadores, no que resultou valores, custos de distanciamento foi inferior a 10% desta forma: as partes, a União, poderiam concluir suas transferências, tais, tais, tais”*. Em tudo que se falou, até o momento, foram... foi em 10%.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não. Posso tentar explicar? Eu acho que eu tenho... pode ser até que eu esteja errado, mas acho que eu tenho a explicação para...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Estou te dizendo que todos que vieram depor aqui falaram nos 10%.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, mas por quê? Por quê? É que são dois momentos. O contrato entre o Estado e a União, no caso...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Não é essa questão, porque sendo 20 ou 10, ou o valor certo, mas se não se conhecesse... A questão que fiz para o senhor não é a respeito dos 10 ou 20%. A questão que eu fiz para o senhor é: se não conhecesse o valor naquele momento, como é que se poderia fixar uma data para a privatização?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Pelo seguinte, volto a explicar: em primeiro lugar, a data de junho devia ser uma data indicativa. Eu não me lembro de ter fixado nenhuma data para a privatização, até porque data para a privatização, como V.Exa. sabe, não se fixa, se estima, porque depende de uma série de passos, obstáculos de ordem jurídica, oposição ao processo, tudo isso. Então, se estima, primeiro lugar. Segundo lugar, estimada a data para privatização, não tem nada a ver com a avaliação. Você estima, faz um cronograma supondo que não vai haver liminares, supondo que as avaliações vão ficar, vão se comportar dentro de determinado parâmetro. Se houver, se houver obstáculo jurídico, se houver obstáculos não previstos, se houver necessidade de contratação de um novo





avaliador, de um parecer, essa data é postergada. Tanto é assim, se V.Exa. pegar as minhas previsões de privatização, eu sempre dou: *“Estou prevendo privatizar o banco tal para tal data”*. Depois: *“Olha, atrasou por isso”*. Depois, porque nós fazemos (*ininteligível*). Agora, quanto ao 20 e 10%, preciso explicar. Então, não há nenhuma... fixa-se uma programação, se lá na frente surgir um fato que atrase...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Uma previsão...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – É uma previsão, claro, não se fixa, é uma mera previsão. Quanto aos 20 e 10, acho que é importante, porque há uma tecnicidade. O contrato de São Paulo com a União, isso não é prerrogativa dele, é, sim, um contrato de Maranhão com União, de Piauí com União, de Ceará com União, de Santa Catarina com União, do Goiás com União, todos são... Amazonas com União. Quero dizer o seguinte: no momento em que o banco é federalizado, o Estado recebe o preço inicial, que é, em geral, o patrimônio líquido. O preço final vai ser determinado em leilão. Muito bem. Esse preço final é objeto de uma avaliação da União e de uma avaliação do Estado. Expliquei também ao Presidente aqui que, até por recomendação do Tribunal de Contas da União, nós aditamos o contrato e passamos... Agora, no momento em que sai a avaliação do serviço “b” e a avaliação do serviço “a”, e nós mandamos para o Tribunal de Contas da União, nós temos de mandar com a nossa concordância e com a concordância do Estado. Então, os contratos estabelecem que se houver uma diferença de mais de 10%, pode haver a concordância do Estado, não tem problema nenhum. Agora, se não houver essa diferença... Por exemplo, os contratos no Estado de São Paulo — não sei como é que era o contrato, mas nos novos era assim —, se a diferença for inferior a 10%, mesmo que o Estado não concorde com a União, com a avaliação, a União pode mandar o preço mínimo. Eu não sei como é que é no Estado de São Paulo. Agora, a faculdade de contratar um novo avaliador, ela surge com 20%. O que aconteceu no Estado de São Paulo? Como o preço de transferência tinha sido dado, então nós estávamos tratando agora de privatização, de preço mínimo para leilão. Então, os 10% já não prevaleceram, o que eu entendo. Não prevaleceu, mas pode ser até... Eu não vou querer afirmar aqui de forma arrogante... Eu acho que eu estou certo, mas eu me reservo. Mas eu acho que, no caso, nós estávamos já pensando nos 20%, se é que... Isso nunca se passou pela minha cabeça, nunca me preocupei com isso, mas se tivesse alguma preocupação,



era com 20%, não com 10%, porque essa fase dos 10% já tinha sido ultrapassada em dezembro, e, fora disso, a data era uma mera projeção.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Só para informação, foram cerca de 2 bilhões a transferência do Estado para a União.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – O lance do BRADESCO acho que foi 1 bilhão, 900 e não sei quanto, e o lance do UNIBANCO eu acho que foi 2 bilhões e 100 ou coisa que o valha.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Mas cabe-me deixar dois comentários aqui antes: primeiro, dizer para o senhor que o senhor disse que se lembrou de uma reunião. Eu, só para não haver confusão, não vou aqui discutir com o senhor quantas reuniões foram, mas eu já citei duas reuniões em que a FIPECAFI participou e o senhor: dia 22 de novembro e dia 10 de dezembro também. Eu citei duas. Então eu estou... Só para não ficar confuso o processo.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Sim, eu participei dessas duas reuniões.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Agora, o senhor disse que nunca houve nenhuma expectativa de um ágio tão grande que fosse dado por ninguém. O senhor cita só a matéria da revista **Veja**...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Eu acho.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Que o senhor acha, o senhor pode estar enganado, nós estamos pegando... E parece que da Revista **Época** também.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Claro. A da Revista **Época** é da véspera do leilão, ela dá um panorama muito pessimista em relação ao leilão. Ela não fala em 7 bilhões. A revista **Veja** tem duas edições: uma que vemos quinze ou vinte dias antes do leilão, que tem um panorama mais otimista e que, se não me engano, ela aventa uma hipótese de chegar a um lance de 7 bilhões pelas ações da União. Já na edição da **Veja** que sai na véspera do leilão, o tom é muito mais pessimista, e não se fala disso. Repito, só para poderem entender: eu esperava um leilão competitivo e um ágio, um preço bom, um ágio bom. Não esperava o que saiu.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Só que eu me lembrei de duas coisas: salvo engano de minha memória, o Presidente do Banco Santander, quando depôs em São Paulo, disse: *“Por que os senhores chegaram a esse valor?” “Foi muito simples, nós pegamos exatamente o que valia o banco. Não demos nenhum centavo*



*a mais e um centavo a menos. As agências, as contas, e nós fizemos o valor. E não estávamos preocupados se alguém estava pagando mais ou se estava pagando menos, nós oferecemos aquilo que nós tranqüilamente achávamos que valia".* Foi essa a resposta dele. Então, se o senhor tivesse visto como preço mínimo 4 ou 10 ou 3, pela resposta, que eu me lembre, do Presidente do Banco Santander, ele ofereceria os mesmos 7 bilhões. Agora, o que me deixa um pouco intrigado é que na avaliação do Banco Fator, eles fazem alguns mecanismos de avaliação econômico-financeira do Sistema BANESPA para determinação do preço, sem mais valias operacionais. Aí ele começa: inferior. Ele usa múltiplos de mercado, transações comparáveis e valor justo. Ele faz alguns mecanismos. Nos mecanismos que ele faz, ele encontra, entre três que ele faz, em dois, um foi usado, que era o de 5. 175, que era o que não dava diferença dos 10%; os outros dois, um deu 9. 138 bilhões e o outro deu 9. 431 bilhões. Então, nos dois mecanismos que ele usa, ele encontra o valor, aproximadamente, de 9 bilhões, que foi exatamente o valor pago pelo Banco Santander, que paga 7 bilhões na privatização e, quando compra as outras ações no mercado, ele paga mais 1 bilhão e 800, que daria ali, aproximadamente, também, os 9 bilhões. Então, na verdade, a meu entender até o momento, o Banco Santander não pagou 1 centavo a mais do que o próprio avaliador do banco contratado pela União avaliou, que era de cerca de 9 bilhões. E ainda teve uma vantagem quando manda avaliar, que já valia 11 bilhões, porque aí já era um momento em que ele já administrava o banco, já deve ter feito alguns cortes e algumas coisas e, obviamente, ele teve a vantagem de o produto que ele comprou ter um acréscimo de cerca de 25% no valor, 20% no valor.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Só para agregar uma informação, Sr. Relator, ainda teve a vantagem do crédito tributário, que é gerado pela diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido do banco. Portanto, essa diferença, particularmente em relação ao patrimônio líquido, não em relação ao preço mínimo, tem um impacto, principalmente em função da multa da Receita Federal — nós vamos tratar dela mais tarde —, que, com certeza, depreciou o patrimônio líquido, gerando um ágio maior e, portanto, um volume de créditos tributários bem maior do que geraria se não houvesse a multa.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Então, mas só para deixar, o próprio Banco Fator já tinha feito os exercícios de avaliação, que constam no relatório final



de avaliação, que foi entregue ao Banco Central, eu acredito que foi publicado, ele já constava também a avaliação de aproximadamente 9 bilhões, o que, obviamente, o Banco Santander, no meu entender, não pagou nenhum valor exorbitante. Ao contrário, hoje parece que foi, nos primeiros meses do ano, o banco que mais cresceu e que teve o maior lucro do País.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – No ano passado foi a maior rentabilidade da América Latina, 36%.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – E tomara que seja, porque assim sempre que o Brasil precisar vender alguma coisa ou quiser investidores, que o mundo inteiro saiba que o Brasil dá bom lucro. Nós estamos precisando de investidores aqui para o Brasil. Então era só para comentar...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Eu posso fazer uma pergunta a V.Exa.? Eu não estou sendo acusado de prática de preço abusivo, não?

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Como assim?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – De ter vendido caro demais.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Não, ao contrário, eu acho que foi vendido pelo valor justo.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Então, tranqüilizado com isso, ou seja, que o preço saiu justo e razoável, não houve abusividade de nossa parte...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Não, não. Mas que, nesse caso, poderia ter porque o dinheiro iria para o povo brasileiro. Aí o senhor não poderia ser acusado, mas sim aplaudido.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Pois é, é que eu pensei que fosse sê-lo, mas vamos continuar. V.Exa. fez uma afirmação que me deixou intrigado, disse V.Exa. que o Banco Santander pagaria o preço que pagou, independentemente dos concorrentes no leilão.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Isso foi a resposta. Não sou eu que estou dizendo, eu estou lembrando a resposta que o Presidente...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Presidente.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – ...do Banco Santander, em São Paulo, ele depôs. Nós perguntamos a ele... A pergunta foi: por que o Banco Santander pagou 7 bilhões se os outros bancos ofereceram um e tanto, cerca de 2 bilhões. Ele disse: *“Nós fizemos uma avaliação do banco, achávamos que o banco valia 7*



*bilhões e oferecemos aquilo que nós achávamos que valia. Ofereceríamos em qualquer hipótese". Então, não é uma afirmação minha, não, é... Eu não estou lembrando o nome.*

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – E aí eu vou me permitir fazer uma interpretação do depoimento do Dr. Gabriel Jaramillo.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Dr. Gabriel.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Eu tenho que fazer uma interpretação porque seria muito injusto com ele se nós admitíssemos que ele chegasse a um leilão sozinho, sozinho, e desse um lance de 3 bilhões de reais acima do preço mínimo, desse um lance 3 reais acima do preço mínimo, desse um lance 50 centavos acima do preço mínimo. Ele teria que explicar muito bem explicado...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Mas ele disse que teve que explicar mesmo assim.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, não, não, ele teria que explicar porque essa explicação seria, Sr. Presidente, extremamente complexa. Chego eu a um leilão, estou só, e pago acima do preço mínimo? Não posso. Não existe essa... O que ele quis dizer, eu vou me permitir a interpretação, é que estando em um leilão competitivo com outros dois competidores, ele não se preocupou em estimar quanto é que os outros dariam ou não. Ele viu o seguinte: quanto é que o banco vale para nós? Para a nossa estratégia empresarial? Para as nossas projeções em relação à economia brasileira? Para a posição que nós temos hoje no mercado brasileiro e a posição que nós queremos ter? Para a posição que temos hoje na América do Sul e a posição que nós queremos ter? Para a posição que nós temos hoje na América Ibérica e a posição que nós queremos ter? O banco vale tanto para nós, e nós pagaremos tanto. Isso é uma coisa. A outra coisa é um leilão sozinho. Então repito: estivesse o preço mínimo em 4 bilhões de reais para os 33% das ações da União — basta tomar os lances do BRADESCO, basta tomar os lances do UNIBANCO —, nós não teríamos competidores no mercado, no leilão, nós teríamos um competidor. Ele se vendo sozinho, ele não poderia pagar mais do que o preço mínimo. E houve competidor, e por que o preço mínimo estava calculado, no melhor do meu entendimento, Deputado, no melhor do entendimento do Tribunal de Contas da União, no melhor entendimento dos auditores do Tribunal de Contas da



União, o preço mínimo estava avaliado de forma técnica, correta, direita. Nós tivemos três competidores; três competidores, o lance veio como veio. Então esse é um ponto. O outro ponto são as técnicas da avaliação. A avaliação é feita pelo mandamento legal, com o método do fluxo de caixa descontado. Feito isso, que levou aos valores de 1 bilhão, 963, não me lembro, que é o mandamento legal, o avaliador sempre faz os testes para ver se ele está numa faixa... qual é a faixa em que ele está. Feitos esses testes, ele está na faixa para mais ou para menos, ele vê que o preço dele tem razoabilidade, ou seja, o cálculo pelo método do (*ininteligível*) Esses outros cálculos que levavam a outros valores eram cálculos que não obedeciam a outras metodologias, que não têm inclusive a segurança do ponto de vista de preço mínimo, de sinergias neutras etc., que tem fluxo de caixa. De modo são apenas cheques que ele faz. Quanto ao preço total, quer dizer, aí o preço total, que o Santander (*ininteligível*) muito bem, ótimo, saiu pelos 10 bilhões, ele fechou o capital, a rigor, nós estamos vendendo um terço do capital do banco, e aí há um ágio de controle que cada um dá pela sinergia que ele tem. Aí depende da sinergia. Isso não entra no preço mínimo. Aí ele deu, fechou, ótimo, saiu de acordo, ele contratou um avaliador, corroborou a avaliação dele, ótimo, ficamos satisfeitos. Para ele, o avaliador fez uma avaliação para ele, para ele. Fizesse para o BRADESCO, asseguro que não chegaria ao mesmo valor; fizesse para o Itaú, asseguro... Para o Itaú, quanto é que valia o BANESPA, Deputado? Quanto valia o BANESPA para o Itaú? Zero, rigorosamente zero. Ele não foi ao leilão. Ele se inscreveu, ele se pré-qualificou e não foi a leilão. Valia zero. O banco se pré-qualificou, foi até o fim do processo, foi ao **data room**, analisou e concluiu que o BANESPA para ele tinha valor zero. Então, eu acredito que a avaliação feita foi muito bem feita para o Banco Santander, para ele. Então, o que é preciso ficar claro, as pessoas fazem grandes confusões porque elas confundem uma empresa com uma tonelada de soja. Uma tonelada de soja é uma tonelada de soja. Se eu abro a **Gazeta Mercantil**, vale tanto. Aquilo é o que chamam uma **commodity**, ela é padronizada, ele tem uma... Uma empresa não; uma empresa não. Uma empresa depende de quem vai comprá-la, então é por isso que gera... As pessoas às vezes ficam atônitas por que um deu mais e outro deu menos, por isso.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Então deixa só eu tentar exemplificar o que o senhor está dizendo. Disse que havia o valor mínimo, para o BRADESCO não





valia tanto quanto para o Santander; portanto, para o BRADESCO ele não valia os 4 bilhões. Se fosse 4 bilhões ele nem entraria...

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Hipoteticamente nem entraria. Então, o Santander daria um valor mínimo de 4 e se perderia 3. E, estou tentando entender a resposta do senhor, hipoteticamente, para o Santander valia mais do que para o Itaú ou para o BRADESCO porque o Santander não tinha as agências estratégicas que tinham o BANESPA. O BRADESCO e o Itaú teriam o que não precisariam, daquelas agências ou que geraria... É isso?

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Só para entender também porque eu não entendi direito essa questão. Aproveitando.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – É isso o que eu entendo.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Se o senhor puder me explicar: é uma isca o preço mínimo?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, o preço mínimo não é isca. O preço mínimo é um preço técnico, neutro e asséptico, que não leva em conta as sinergias dos compradores, leva em conta o que se chama sinergias neutras.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Se o senhor pusesse um preço mínimo de 4... só..

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – O preço mínimo é: vou fechar o banco hoje e é tudo que sobra. É isso?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – O que eu estou dizendo é o seguinte: com os fatos que nós passamos a conhecer, havia... Fomos ao leilão, BRADESCO, quanto é que deu? 1 bilhão e 900. UNIBANCO, quanto é que deu? 2 bilhões e 100.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Mas tem que ser acima do preço mínimo.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – É, 1 bilhão, 900 e tanto, não me lembro. UNIBANCO, 2 bilhões e 100; Santander, 7 bilhões e 50. Bom, o que a gente descobre? Itaú, 0. Então descobre que o banco valia zero. Dos que foram até o final, todos os quatro foram até o final do processo, para um era zero, para o outro era 1, 900, 2; para o outro era 2 e 100. Apenas uma constatação, é uma constatação **ex post**. Se tivéssemos ido com o preço mínimo não tecnicamente construído,



construído de uma forma outra, política etc., que não fosse tecnicamente e não obedecesse rigorosamente os termos técnicos... Vamos dizer, peguei os 4 bilhões de sugestões que houve etc.. Se eu tivesse ido com esse preço de 4 bilhões, se tivesse o Conselho Monetário aceito — eu jamais daria uma sugestão dessa, uma sugestão tecnicamente equivocada, e nós temos de nos pautar por rigorosos termos técnicos —, mas tivesse eu dado, o Conselho Monetário tivesse aceito e o Tribunal de Contas tivesse aprovado... Eu ia ter de passar pelos auditores do Tribunal de Contas. Tivesse ele aprovado, eu teria obtido 3 bilhões a menos pelo banco. Essa é uma constatação **ex post**, porque **ex post** nós sabemos quanto vale o banco para cada um. **Ex ante**, nós não sabemos. Porque não sabemos? A não ser que eu tivesse um serviço ou alguma informação privilegiada da proposta de cada um, ou seja das sinergias de cada um, se eu tivesse alguma informação privilegiada, eu poderia... Mas se eu não tivesse uma informação privilegiada, eu não sei quanto é. Eu só posso saber quanto é que vale **ex post**. Então a gente vê que a gente se engana, a gente pensava que o banco tinha valor para o Itaú, e não tinha. Eu pensava que o Itaú ia ao leilão. Isso a gente, **ex post**, a gente sabe quanto é que vale. Então, a gente só pode falar isso **ex post facto**, que a gente sabe. Qual era a sinergia com o Itaú? Zero. Sinergia para o BRADESCO? Dois bilhões de reais. Sinergia para o UNIBANCO? Quatro bilhões e 100. Então a gente sabe que 4 bilhões não dava sinergia para ele.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - V.Sa. tem de admitir que a avaliação técnica, fria, ela tem premissas que são projeções. Se nós aplicarmos alguns indicadores da economia brasileira na metodologia adotada pelo Banco Fator, que é o fluxo de caixa descontado, vão verificar que esse valor já seria muito diferente com a realidade atual. Não sei se o Relator pode consultar rapidamente — só verificar, por exemplo, a projeção de qual seria a taxa SELIC em 2002. Com certeza, se não me engano, é algo em torno de 15%, ou 16%, no máximo, a projeção. E nós estamos com 18,5%. O fluxo de caixa a descontar, a taxa desconto, igualmente, ela pode obedecer diferentes avaliações. Por isso que a avaliação feita, coordenada pelo economista Ricardo Carneiro, da UNICAMP, ela é uma avaliação tecnicamente consistente. Ela adotou, simplesmente, premissas diferentes de quem avalia a economia do País de outra maneira. É só verificar a evolução da taxa SELIC, ou de outros indicadores. Então, pessoalmente, acho que essa avaliação fria



ela também é política. Ela também tem algo a ver com política, porque a projeção indica confiança ou não em uma determinada política econômica desenvolvida pelo Governo. Cada economista tem a sua forma de enxergar qual vai ser a evolução. Por exemplo, com essa dívida interna que temos, dificilmente uma pessoa poderia prever uma queda tão rápida da taxa SELIC como se previa naquele momento. E tanto é que não foi confirmada. Pela realidade, os dados estão muito mais próximos da realidade macroeconômica, estão muito mais próximos da avaliação feita pela UNICAMP/DIEESE do que a feita pelo Banco Fator e pela Booz Allen. É por isso que não há uma avaliação fria como se fosse uma ciência 100% exata, porque quando se mudam premissas, evidentemente mudam-se também os resultados, principalmente porque é um acumulado de 10 anos, não é um ano apenas. É só ver a rentabilidade que o BANESPA apresentou. Trinta e seis por cento é fora do padrão até do mercado brasileiro, que já é fora do padrão mundial. Com certeza, o Santander não esperava tão rapidamente bater o recorde e ser o primeiro colocado em rentabilidade da América Latina. As operações do Banco Santander no Brasil foram responsáveis por 22% do lucro em todo o mundo.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Deputado, V.Exa. está tentando me convencer que se o preço mínimo, em vez de ser 1 bilhão, 963...

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Não vim aqui para tentar lhe convencer de nada. O senhor, por favor, seja mais respeitoso comigo. Aqui o senhor é depoente e eu sou um Parlamentar, membro desta Casa. O senhor seja mais respeitoso, porque as suas ironias dispenso para aqueles que convivem contigo no Banco Central.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Peço desculpas a V.Exa. se de alguma forma fui menos respeitoso com a Casa e com o Parlamentar que V.Exa. é.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Agora melhorou.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Perdoe-me, garanto-lhe que não houve a menor intenção. Agora, de minha parte também devo levantar alguns pontos e sublinhá-los, porque senão podem ficar impressões que, perdoe-me, não são verdadeiras. Então...

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Só para limpar a área. Desde que seja respeitosamente, a divergência de idéias é normal e estou fazendo-lhe uma



pergunta para ouvir a sua opinião, respeitosamente. Portanto, desde que seja respeitosamente, o diálogo pode ser ótimo entre nós dois.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Pois não, Excelência. A discussão sobre preço mínimo parece-me uma discussão, que no leilão competitivo ela é ociosa, repito, porque o leilão competitivo traz a tona as sinergias de cada competidor. Então, o que é importante de ser é a fixação dentro de parâmetros técnicos, que podem ter divergências. E porque podem ter divergências, temos que contratar dois avaliadores, temos que submeter as avaliações à auditoria do Tribunal de Contas da União. Então, quando chegamos a um preço mínimo, passamos pelo crivo de dois avaliadores e passamos pelo crivo dos auditores do Tribunal de Contas da União. Então, isso tem toda uma complexidade, discussões profundas e extensas a respeito do tema. Agora, o que eu queria salientar é o seguinte: se tivéssemos fixado o preço mínimo mais elevado — suponhamos nas sugestões que houve na época da UNICAMP e do DIEESE, que se não me falha a memória eram ao redor de 4 bilhões de reais — o que estou dizendo é que isso não teria elevado o preço de venda em hipótese alguma, acredito que isso ninguém pode discordar de mim. O preço de venda teria sido o mesmo. Agora, digo mais, não teria sido o mesmo, teria sido 3 bilhões a menos, porque pelas preferências, pelas sinergias reveladas **ex post facto** eu teria tirado — com 2 bilhões de preço mínimo eu tirei um concorrente — eu teria tirado mais dois. Eu teria tirado mais dois. Aliás, eu disse uma coisa errada. Eu disse que para o Itaú valia zero. Não, não sei quanto é que valia para o Itaú. Mas não valia o preço mínimo. Não valia 1 bilhão, 963 milhões não valia. Então, eu disse uma impropriedade. Não é que valesse zero, valia menos que isso. Então, com o preço mínimo que levamos, tiramos um concorrente. Tiramos os outros, mas os outros, vamos dizer, não foram até o final do processo. Tiramos um concorrente. Fosse o preço mínimo de 4 bilhões, teríamos tirado mais dois, pelas sinergias reveladas **ex post**. Então, estou só explicando a V.Exa. que o preço final foi, na verdade, o maior do que seria se tivéssemos ido com o preço mínimo maior, pelas sinergias reveladas **ex post**, e certamente não teria sido maior. É só isso que eu estava querendo dizer.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Só para aproveitar a oportunidade...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Só para ordenar os trabalhos. Como o Sr. Relator afirmou-me que não tem mais perguntas a fazer...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – É, Sr. Presidente, por hora estou satisfeito com as respostas do Dr. Carlos Eduardo. Só lembrando de transmitir ao Presidente do Banco Central a possibilidade do Marco Antônio para que façamos mais tranqüilo o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Então, com a palavra o primeiro inscrito, depois o Relator, que é o Deputado Marcelo Barbieri, para as suas questões agora.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Antes, preliminarmente, essa questão do Sr. Marco Antônio, não estou sabendo o que é, nobre Relator.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Pedi para que... o Dr. Marco Antônio tem acompanhado todo o trabalho da CPI e ele é que tem trazido e levado informações que pedimos para o Banco Central, que nesse último período ele ficasse à disposição nossa, não mais do Banco Central, para que pudéssemos ter uma mobilidade melhor, eventualmente, da necessidade de contatos com o Banco Central. É funcionário do Banco Central.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Como o senhor explicou agora essa questão do preço mínimo, que tem que ser um preço competitivo para trazer, vamos dizer, as sinergias todas que puder trazer, voltaria à questão do preço de transferência, porque no preço de transferência tinham que ser consideradas as sinergias. O senhor chega a admitir nas suas palavras, não sei se eu entendi dessa forma e não é real, que poderia ter sido o preço de 4 bilhões que considerasse as sinergias. A sinergia do Santander fez com ele desse o lance de 7 bilhões, o que foi muito bom, nesse ponto de vista, analisando. Sou contra a privatização, era a contra a venda do banco, era contra a federalização e mantenho o meu ponto de vista, mas é obvio, já que vai a leilão, que se consiga o máximo possível para o interesse público. Aí o que observo é o seguinte, quer dizer, quando foi feito o preço de avaliação para transferência, não se considerou praticamente sinergia coisa nenhuma — desse ponto de vista do que aconteceu no leilão. Então, é obvio também que o preço mínimo não poderia ser um preço mínimo que fugisse muito do preço de transferência, porque seria uma humilhação ao Estado de São Paulo. Então, a questão que levanto ao senhor é se esse preço que São Paulo acabou



recebendo no acordo não foi menor do que deveria ter recebido, considerando-se o resultado final do leilão e considerando-se que as sinergias avaliadas na época do preço de transferência ficaram muito aquém daquilo que se configurou depois no leilão. Queria ouvir a sua opinião a respeito.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Eu diria o seguinte: as sinergias que foram consideradas... No que me concede, foram consideradas... Essa reunião de novembro no Tesouro foi para justamente estabelecer premissas. E essas premissas diziam respeito às sinergias que seriam consideradas por ambos os avaliadores de forma a se obter o tal **fair value**, que era justamente um preço de transferência que não fosse um preço mínimo. Na minha opinião, corresponderam às sinergias básicas — V.Exa desculpe-me, V.Exa. vê, o Itaú não chegou nesse preço; o BRADESCO deu praticamente esse preço, um pouquinho mais; o UNIBANCO deu um pouquinho mais, talvez 5% ou 10% a mais desse preço, não me lembro. Então estava dentro. Então, eram sinergias, vamos dizer assim, razoáveis. A sinergia do Santander era uma sinergia — não sei, ele fez a avaliação dele — de um banco que estava ainda, que pretendia ter uma posição importante no cenário econômico brasileiro...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – O senhor sabia disso?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Olha, eu não sabia disso, eu não poderia saber se ele pretendia fazer isso adquirindo o BANESPA...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Não, mas o senhor sabia que ele interessado no BANESPA.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Sabia.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Porque ele comprou o edital, ele é pré-qualificado.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Ele, o BRADESCO, o UNIBANCO, o Itaú, o Citibank, o Boston, o Safra, tinha mais um, tinha mais um...

**(Não identificado)** – ABN AMRO?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – ABN? Acho que não.

**(Não identificado)** – BBV?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – BBV. Eu acho que eram oito. Não tinha o ABN, não? Acho que não, acho que o oitavo era o BBV. Todos estavam interessados.





**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Quer dizer, e o senhor sabia que cada um...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Que havia interesse, claro...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – O senhor avaliava.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Cada um tinha... agora, se ia ao leilão... Por exemplo, o Citi não foi ao leilão.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Citi?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Se V.Exa. me perguntasse um mês antes de leilão...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – O senhor estava, vamos dizer assim...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - ...o senhor estava no centro do negócio. O senhor tinha uma...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – É, mas eu tive muito, eu não tinha os contatos com os compradores...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Tá. Apenas contato...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, não.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - Mas o senhor tinha uma noção do que estava acontecendo no mercado.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Sim, a gente via, noção do que estava acontecendo no mercado. Se V.Exa. me perguntasse um mês antes: “*Sr. Carlos Eduardo, o quê que o senhor acha...*” Eu apostaria no Citi. Eu estava redondamente enganado. E por quê? Porque eu achava que era um banco que tinha uma longa tradição no Brasil. Está aqui desde 1915, se não me engano. Que é um banco, na sua origem, um banco de varejo, um banco que está no mundo inteiro, que tem uma larga rede nos Estados Unidos e que no entanto no Brasil ele era um banco pequeno. Se V.Exa. me perguntar... Olha, eu acho que o Citi é o grande candidato estrangeiro. Se V.Exa. me perguntasse, qual o grande candidato nacional, eu diria: “*O Itaú*”. Eu estava redondamente errado. Eu acho que V.Exa. não deve me pedir indicações de mercado, porque essa era a minha convicção um mês antes. Eu diria, o grande candidato estrangeiro à compra do BANESPA é o Citi, e o grande



candidato nacional é o Itaú. Nenhum dos dois foi ao leilão. Nenhum dos dois foi ao leilão.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – O senhor acha que eles sabiam. Por acaso hoje, passou já, que eles tinham uma noção do interesse do Santander? Será que isso não circulou no mercado, que o Santander ia entrar pesado no leilão?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não sei, não sei. Olha, o meu palpite é que não. O meu palpite é que não.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – O senhor achou que o Santander não fosse entrar no mercado?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, eu achava que o Santander estava interessado, ele pediu informações, ele foi ao **data room**, ele solicitou complemento de informações, inclusive até o Deputado Berzoini me perguntou: Ligaram? Ligou no sábado e no domingo, nervoso. Ele disse: “*Vai ter o leilão?*” Estávamos ainda dependendo de uma liminar, se não me engano foi cassada no próprio final de domingo ou coisa que o valha. “*Vai ter o leilão?*” Eu disse: “*Olha, eu acho que vai*”.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – O senhor afirmou no jornal que “*o espanhol Santander sempre foi um dos mais ativos, e portanto...*”

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Foi.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – “*... o Sr. Freitas acredita que ele fará uma oferta na segunda-feira*”.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – É, eu acredito. Sempre foi... ele foi dos mais...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – O senhor...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - ...nessa altura nós já não tínhamos o Citi. Citi já tinha desistido...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Já tinha saído.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - ...eu ainda achava que o Itaú ia. Citi já tinha saído.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Citi saiu quando? Quando saiu o preço mínimo?



**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Olha, o Citi nem foi... Não, ele saiu muito depois, já tinha... Ele foi todo o **data room**. Ele saiu... Ele não foi, ele depositou garantias.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Ele não depositou...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Ele não depositou garantias, acho que o Boston não depositou garantias, BBV também não depositou garantias. Aí, garantias, como V.Exa. sabe, é uma semana antes. Aí isso é publicado também. A CBLC divulga aqui quem depositou a garantia. Mas, então, as impressões que nós temos... (Muito obrigado, muito obrigado pela atenção.) Então, erra-se, quer dizer, não se tem, não se sabe exatamente quanto vale. Por que que eu... eu não disse que eu tinha uma impressão... e crescer isso. A única coisa que a gente sabe é o seguinte: se V.Exa. quer crescer contratando pessoal, abrindo agência, comprar, cadastro pronto, clientela, equipe, por exemplo. Eu tenho ouvido da parte da administração do Santander os maiores elogios aqui ao BANESPA, coisa que eu não tinha a menor dúvida. Eu conheço a equipe de longos anos, sou funcionário originário do Banco do Brasil, como V.Exa. sabe. Então, sabia que a equipe era realmente muito boa. Uma equipe boa, preparada, disposta à capilaridade, isso é muito mais rápido, então vale a pena pagar, então...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - Quer dizer, havia uma condição de avaliar, pelo que o senhor está me dizendo agora, o senhor está apresentando, essa sinergia para determinados bancos. Por exemplo, no caso do Citibank, no caso do Santander, essa sinergia que o senhor aponta agora ela (*ininteligível*).

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Avaliar, não, é impossível avaliar, Deputado.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Ué? Mas o senhor falou que...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, não avaliar. O que eu achava é que eram candidatos. Se V.Exa. me perguntasse hoje, se V.Exa. me perguntasse um mês antes: *“Quem o senhor acha que são os candidatos mais sérios?”* “Eu diria: *“banco estrangeiro, eu acho que é o Citi; banco brasileiro, eu acho que é o Itaú”*. Só para dizer que a gente erra. Agora, as sinergias são colocadas na avaliação como sinergias neutras. Não se pode colocar, atribuir sinergias que não se conhece, que não se tem avaliação para cada um. Por exemplo: eu achava que a sinergia era alta para o Citi. Não foi. Não foi. Ele ficou abaixo do preço mínimo.



Então, nós não podemos nos... O avaliador não pode se substituir ao estrategista da empresa, porque só o estrategista da empresa sabe tudo que a empresa quer fazer. Por exemplo: O BBV não quis. Também tem uma posição, ele podia ter uma posição maior no Brasil. O Boston não quis, também podia ter uma posição maior no Brasil. Então essas coisas são muito... Então nós temos que nos pautar, e o avaliador se pauta, pelo o que a gente chama de sinergias neutras. Quer dizer, ele põe sinergias básicas. Ele não faz uma sinergia para... A competição do leilão traz isso, Deputado. Não tem o menor perigo. Basta V.Exa. ver: leilão do Banco do Estado da Paraíba, preço mínimo, 51 milhões de reais, preço de venda, 76 ou 74 e 600. Leilão do Banco do Estado do Paraná, preço mínimo, 400 e poucos milhões de reais, venda, 1 bilhão 625 milhões de reais. Então, as sinergias vêm de cada um. Outros têm pouca sinergia. Banco do Estado do Amazonas, 192 milhões de reais. Saiu pelo preço mínimo: 192 milhões de reais.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – O senhor acha que as sinergias avaliadas no preço da transferência foram suficientes?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Deputado, eu não ousaria dizer se elas foram suficientes ou insuficientes. As premissas estabelecidas me pareceram à época premissas razoáveis. O preço de transferência ficou na faixa daquilo que foi a oferta em leilão de dois bancos significativos. Então essa afirmação de que as sinergias foram insuficientes, eu acho que não temos nenhuma... não podemos aceitar essa hipótese. Eu não aceitaria essa hipótese não.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Bem, com relação aos equívocos cometidos pelo Fator, que reduziram o preço mínimo e que foram constatados pelo Tribunal de Contas da União, quais foram as providências que os senhores tomaram, no caso o senhor, em relação a isso?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – De duas naturezas: primeiro, corrigimos o preço mínimo. Fizemos todas as correções cabíveis. Em segundo lugar, determinamos a abertura de uma comissão de sindicância dentro do banco para avaliar se houve algum prejuízo à imagem do Banco Central, se houve algum prejuízo ao Erário em função dos equívocos cometidos, se os equívocos tinham sido de natureza dolosa ou culposa, ou tinham sido equívocos, digamos, dentro do processo mesmo de avaliação, equívocos acidentais. A Comissão de Sindicância, trabalhando de forma absolutamente independente, concluiu que tinham sido



equivocos de natureza incidental, que não haviam trazido prejuízo nem ao Erário, nem ao processo de privatização, e nem à imagem do Banco Central e que eram perfeitamente, digamos assim, considerados dentro de um processo que poderia... ou seja, não tinham natureza culposa nem dolosa e concluíram então pela não imputação de nenhuma penalidade ao Banco Fator, a Comissão de Sindicância.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Mas o fato foi o seguinte: quer dizer, se o Tribunal de Contas da União não apontasse esse tipo de equívoco que o Banco Fator apresentou, provavelmente o Banco Central não teria detectado esses equívocos?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Deputado, eu acho que o Banco Central, os nossos técnicos teriam detectado.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - O senhor concorda comigo, foi o Tribunal de Contas que apontou, e vocês corrigiram.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - E nós corrigimos.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - E fizeram a sindicância.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - A rigor, o primeiro equívoco já tinha sido até apontado por nós e pelo Banco Fator, mas o Tribunal apontou. Eu acredito que não, Deputado. Eu acredito que nós recebemos as avaliações, mandamos para o Tribunal e começamos a analisá-las simultaneamente. Eu acredito que a equipe técnica do Banco Central teria qualidade suficiente para levantar. Agora, o trabalho dos auditores é da maior importância. Tem sido, Deputado, de uma utilidade para nós. V.Exa. não imagina como me dá tranquilidade, porque eu sei que, além dos meus técnicos, tudo aquilo é virado e revirado outra vez pelos auditores do Tribunal. Então, isso me dá uma tranquilidade muito grande.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - Nesse caso específico, foram os auditores do Tribunal apenas que constataram.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não. Me parece, Deputado, se me permite V.Exa., que houve um caso que já tinha... O Banco Central e o Banco Fator apontaram para o Tribunal, levantaram... Eu acho. Foi levantado informalmente, o Tribunal mandou. Agora, o Tribunal prestou um grande serviço, enorme. Olha, Deputado, me deu uma tranquilidade absoluta. Eu queria fazer, tenho feito registros exaustivos de mérito aos auditores do Tribunal de Contas por ter



prestado importante serviço a todos nós, particularmente à minha Diretoria eles dão uma grande tranqüilidade.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - Gostaria que o senhor pudesse mandar a conclusão dessa Comissão de Sindicância para a CPI para a gente poder observar o que foi feito nesse trabalho.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Claro. Pois não.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - O senhor poderia remeter a nós?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Posso. Claro.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - Eu não estou fazendo na forma de requerimento, estou fazendo...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Sem a menor dúvida.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - Poderia aprovar o requerimento, mas demandaria tempo. O senhor poderia encaminhar?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Posso mandar já o processo da Comissão de Sindicância.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - Sr. Relator, Sr. Presidente, estou pedindo a conclusão da Comissão de Sindicância Interna sobre as observações feitas pelo Tribunal de Contas da União em relação à avaliação do Banco Fator, que fez com que a Diretoria do Banco Central, na responsabilidade do Dr. Carlos Eduardo, determinasse uma abertura de uma sindicância interna para apurar se houve dolo, houve dano ou não. Queria que ele mandasse o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Perfeito.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Foi por isso que atrasou a parcela, não é?

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - Isso. Exatamente.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Nós atrasamos a parcela. Estamos aguardando a conclusão da Comissão de Sindicância.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Ela não foi paga ainda?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Já foi. A Comissão de Sindicância já concluiu que o Banco Fator não...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Mas ela ficou alguns meses sem ser paga.





**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Ficou uma pendência, que eu não autorizei o pagamento, justamente porque aguardava que a Comissão de Sindicância concluísse os trabalhos.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Eu queria perguntar ao senhor o seguinte: havia uma autorização, mesmo que implícita, no protocolo do acordo, na Lei Estadual nº 9.436/96 ou na Resolução do Senado nº 118/97, para essa coordenação exercida pela FIPECAFI com relação ao trabalho dessas duas empresas, a Booz Allen e o Fator. Quer dizer, houve a necessidade de o Banco Central contratar com base legal nessa coordenação, porque o acordo que o Senado autorizou o Estado de São Paulo fazer com a União implicava preço de transferência para que o acordo se viabilizasse. Então, o senhor não estava na época, por isso que estou perguntando se o senhor tem conhecimento disso. Se não tiver, tudo bem. Os senhores tiveram que contratar a FIPECAFI com base numa resolução do Senado para viabilizar o acordo entre a União e o Estado de São Paulo. O senhor se recorda disso, o senhor tomou conhecimento?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Não, eu não estava lá, não sei. Não sei que relação pode haver entre uma coisa e outra.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - Não, porque havia um valor para ser estabelecido para transferência, o valor de transferência, que é essa questão polêmica que está, inclusive, judicialmente sendo levantada. Então, o Senado, ao autorizar o acordo, ele exigiu que fosse feita uma avaliação isenta das duas partes para que o Estado não fosse prejudicado. O senhor compreendeu?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – É, mas eu acho que não se cogitava, naquele instante do Senado, de uma fixação do preço de transferência por avaliação. Eu tenho a impressão de que se cogitava de que o preço de transferência ia ser determinado por leilão público.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Sim, mas veja bem, isso foi em 97. Depois, quando o Estado assinou, em caráter definitivo, que foi em 99, a transferência, aí foi o valor de transferência, não foi o valor de leilão, porque ele abriu mão do leilão.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Exatamente. O Estado e a União acordaram em fixar o preço de transferência não mais no leilão público, mas, sim, no



valor de transferência. De modo que eu tenho a impressão, Deputado, que a determinação, a resolução original do Senado, não...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Não previa isso.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não previa. Eu tenho a impressão. Mas isso é só uma impressão. Eu acho que não, eu acho que a contratação deve ter sido uma decisão unilateral do Banco Central.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Porque, na verdade, foi o terceiro aditivo que fez com que o Estado e a União chegassem a conclusão de que fariam a transferência, a federalização final do valor e transferência, não por leilão.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não aguardando o leilão.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – E aí o Estado aumentou o número de ações...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Que ele colocou a venda.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Ele colocou para a União.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Ele colocou para União mais 15%.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – A pergunta que eu faria ao senhor é a seguinte: a expressa exoneração e responsabilidade do Estado perante a União por quaisquer inconsistências do BANESPA anteriores a 30 de dezembro de 94, conforme a Cláusula 16º do terceiro aditivo, comprova o reconhecimento pelo Banco Central da inexistência de irregularidades ao período anterior ao RAET?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não sei.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – O senhor não sabe me dizer? Porque, na verdade, quando foi feito o acordo, o terceiro aditivo, tinha essa cláusula, em que a responsabilidade do Estado ficava isenta no período anterior ao RAET. Quer dizer, transferiu-se totalmente para a União essa responsabilidade. Isso o senhor tem conhecimento ou não tem?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – O senhor não conhece o Aditivo nº 3, não tem conhecimento?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não. Não é parte da minha atribuição.



**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – É uma questão que eu acho importante, Dr. Carlos, é a seguinte: por que razão, na avaliação econômico-financeira do BANESPA — gostaria que o senhor me explicasse —, o consórcio Banco Central/BANESPA adotou como taxa de desconto 16,39%, e o consórcio Booz Allen a taxa de desconto de 15%? Exatamente aí que se permitiu chegar a uma situação de menos de 10% nos dois laudos de avaliação. Foi esse item, foi a taxa de desconto que equalizou as duas avaliações. O senhor achou normal esse encontro de contas, vamos dizer assim? Porque, nos outros itens, havia divergências de avaliação. Como esse item tinha um peso específico na avaliação, ele acabou equalizando. A conclusão a que nós chegamos aqui na própria CPI. O senhor acha que seria normal acontecer isso?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Nem vi isso aí. Parece que sim, não vejo problema, não me traz nenhuma espécie uma taxa desconto de 16 vírgula qualquer coisa por cento ao ano e uma taxa desconto de 15. Essas taxas eram em termos reais ou nominais?

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Eram reais.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Não. Deviam ser nominais. Ou reais? Não sei.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Não, taxa de desconto nominal, não é?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Nominal. Me causaria, por exemplo, espécie, se viesse o.k. uma taxa desconto de... Perdão?

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - O senhor está querendo dizer descontado a inflação, taxa real?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – É.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - Não. É nominal.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Me causaria espécie, por exemplo, se tivesse uma taxa desconto de 25%, 22%, 21%, mas taxa desconto inferior a 10% nominal também me chamaria a atenção. Quer dizer, no primeiro caso, nós teríamos uma taxa que estaria realmente exigindo ou admitindo que o retorno no Brasil tinha que ser absurdamente elevado, que os riscos de investir no Brasil eram excessivamente elevados. E uma taxa de 7% ou 8% me daria a



impressão de uma subavaliação do retorno requerido. Essa faixa de 15, 16, 17, 18, 13, 14, 19...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Está dentro do risco.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Me parece razoável, Deputado. Me parece que aí está razoável. E cada analista vai fazer a sua ponderação.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - Hoje, o Presidente do Banco Santander considera que — última declaração que ele deu depois do balanço publicado de 2001 — o retorno foi muito acima do esperado, ou seja, muito acima do esperado não, dentro daquilo que ele esperava. Portanto, ele deu 7 bilhões e achou que estava correto.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Bom que ele acertou nas previsões dele. Nos meus longos anos de atividade profissional não acertei tanto não. A minha capacidade de adivinhar o futuro — com o perdão da figura de retórica — é menor, mas tudo bem. Ótimo. Eu acho muito bom que ele tenha lucro.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - O senhor acha que, por exemplo, naquela época foi importante o BANESPA ter sido vendido para o Santander?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - É sempre importante que o patrimônio público, Deputado, seja vendido com correção, com honestidade, com integridade pelo melhor preço. Eu fico sempre feliz quando nós conseguimos valorizar o patrimônio público. Isso me traz uma felicidade íntima de cidadão.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - Naquela época o Governo também se beneficiou das contas porque entrou 3 bilhões de dólares...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - O Governo não, o País. O País.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - O País, mas é que o Governo representa o País.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Não. O País é representado pelos seus cidadãos, pelo Congresso, pelo Poder Judiciário, pela sociedade civil e também pelo Poder Executivo.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - O senhor parece que ficou incomodado quando eu falei esse assunto. Começou a dar uma aula.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Não. Não. Perdoe.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - O Governo tinha que fechar as contas. Seria isso?



**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Perdoe. Eu não...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – É que o senhor ficou meio assim: Não, não, Deputado. Eu quero corrigir. Não é bem assim, o Governo e tal.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Não, não. É só apenas dizer que quando entram 3 bilhões de dólares para financiar o...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - Isso não respira para fechar as contas?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Não, isso não respira, Deputado. Isso é útil, porque isso contribui para a estabilidade da taxa de câmbio, contribui para a tranquilidade da economia brasileira, o que eu acho que não corresponde...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - Mas naquele momento foi muito importante, o senhor concorda? O senhor que está no Banco Central ainda?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Não, Deputado, em todos os momentos é importante.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - Não, mas naquele momento especificamente?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Em todos, Deputado. Em todos os momentos é importante e beneficia não o Governo, mas o País.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - Mas o que eu estou querendo é dizer o seguinte.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Beneficia a população...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - A conjuntura em que se deu o leilão do BANESPA não foi uma conjuntura qualquer. Nós tínhamos passado o ano de 99 com problemas graves na balança de pagamentos, na queda do PIB. Tínhamos dificuldades no fechamento das contas do País naquele momento. A entrada de 3 bilhões favoreceu o fechamento das contas. Então, não é também dizer que o leilão se deu numa conjuntura neutra, sem problemas, sem dificuldades. Havia dificuldades naquela conjuntura. Nós tínhamos tido a desvalorização do real, tínhamos tido a dificuldade de produção do ano de 99 e o BANESPA... esse leilão veio dar um fôlego, de natureza inclusive política, a uma certa instabilidade econômica. É muito bom para o País. Ninguém queria o caos econômico. Aliás, quem causou o caos econômico foi a política econômica adotada, cambial, que quase que leva ao caos econômico e levou a esse caos que existe na Argentina.



Não levou aqui, graças a Deus, porque a Nação brasileira foi mais forte. Aí sim foi a Nação, foram os cidadãos, não foi o Governo que segurou até 98 a política cambial. Mas quando houve o leilão, Dr. Carlos Eduardo, a entrega de 3 bilhões de reais ajudou bastante naquele momento, que era um momento não muito favorável à política econômica desenvolvida pelo Governo, não pelo País.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Nós ficamos muito orgulhosos com a venda. Eu fiquei.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - Eu tenho certeza. Então, Sr. Presidente, eu quero concluir apenas constatando que fica uma dúvida grave — aí digo isso como representante de São Paulo — no depoimento do Dr. Carlos Eduardo de Freitas, com relação exatamente a essa questão do preço de transferência do Governo de São Paulo para a União. Houve — a nosso ver claríssima, transparentemente com tudo que se discutiu — um grave prejuízo ao interesse do Estado de São Paulo. Eu como representante de São Paulo gostaria de constatar e acho que isso tem que ser bem colocado no nosso relatório, que eu tenho certeza será um relatório histórico, coordenado pelo nosso nobre Relator, Deputado Robson Tuma. Mas eu acho que essa questão do preço de transferência é algo que não pode passar incólume, porque constatou-se aqui que houve uma grave suspeição sobre a ação do órgão responsável pela coordenação do preço de transferência — FIPECAFI — entre a Booz Allen e o Banco Fator. Houve constatações depois pelo Tribunal de Contas irregularidade usadas pelo Fator na avaliação, corrigidas pelo Banco Central, mas aí já era um preço mínimo, que era um momento de preço mínimo, e acredito que essa questão não pode passar em branco aqui na nossa CPI, que foi o prejuízo causado ao interesse do Estado de São Paulo e que essa avaliação acabou a nosso ver ocasionando. Eu queria registrar que acho que o depoimento do Dr. Carlos Eduardo permitiu que a gente possa ter esse tipo de conclusão nesse momento e eu queria agradecer pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Ausente o Deputado Julio Semeghini, com a palavra o próximo inscrito, Deputado Ricardo Berzoini.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Obrigado, Sr. Presidente. Dr. Carlos, o senhor tem conhecimento se o Banco Central mantém contrato ainda com a FIPECAFI ou com qualquer outra fundação do tipo ligada à universidade?





**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Não sei. Eu propus à diretoria e nós contratamos a Fundação Getúlio Vargas para um curso de avaliação de empresas, e avaliação de empresas voltadas para o setor financeiro. Foi dado pelo Professor Ricardo Simonsen, do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, que atendeu a 30 ou 35 funcionários e foi muito importante. Custou cerca de 60, ou 70, 80 mil reais — por volta disso — e foi muito importante. Não me lembro quantas horas aula. Foi muito importante para a solidificação dos nossos quadros. O Sr. Ricardo Simonsen é pessoa do mais alto gabarito e deu um curso excelente. Por isso, nós o contratamos. Em outras áreas do Banco é possível que tenha, não sei. Da FIPECAFI, não sei, acho que não, não sei.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Que o senhor tenha conhecimento não?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - O senhor deu uma declaração ao jornal **O Estado de S. Paulo** nos momentos iniciais dessa CPI, tratando da questão da intervenção. Houve uma série de questionamentos sobre a intervenção e o senhor, pela imprensa, rebateu da seguinte forma: A intervenção teria acontecido da mesma forma, ainda que o patrimônio do Banco estivesse positivo, disse Freitas, que criticou em especial o Presidente da CPI, Deputado Luiz Antonio Fleury Filho, apontado como um dos governadores que levaram o BANESPA à ruína. *“É uma questão que bate no bolso do Sr. Fleury.”* Poderia explicar melhor o que o senhor quis dizer com essa frase, é uma questão que bate no bolso do Sr. Fleury?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Eu posso explicar e queria olhar para o Presidente. Eu quero pedir desculpas. Eu posso até ter usado essa frase. Essa é uma frase grosseira, que certamente eu não tive a intenção de colocar dessa forma. Às vezes, coloca-se uma frase no meio de uma conversa mais ampla, isso pode ser evidentemente trazido à tona e colocado isoladamente com uma conotação de grosseria e injustiça com o Presidente da Comissão, Governador do Estado. Peço desculpas. Lamento que tenha saído dessa forma no jornal. Feita a apresentação do pedido de desculpas formal, mostrando que não houve essa intenção. Não estou dizendo que em algum momento da conversa com o jornalista eu não tenha dito algo assim, mas isso pinçado isoladamente faz realmente um tom que não foi o tom que se pretendia dar. Dito isso, eu posso explicar o que é que



pretendi. Eu pretendi dizer o seguinte. Estava havendo um equívoco, no meu entender, de natureza técnica. Examinando as circunstâncias da decretação do RAET no BANESPA, eu verifiquei que o Decreto nº 4 teve por base a chamada virada de reservas bancárias. Quer dizer, o BANESPA ficou virado em 5 bilhões ou 6 bilhões, 5,7 bilhões de reais. Então, ilíquido. Isso é um caso da lei para decretação do RAET. Foi essa a única razão, e ela é suficiente para decretação do RAET. Se não houvesse patrimônio líquido negativo, o RAET seria feito, teria os desdobramentos que ele tivesse que ter. Fazendo uma analogia, por exemplo, com uma liquidação extrajudicial, o banco seria objeto da liquidação extrajudicial normalmente; se ele tivesse patrimônio líquido positivo, a ação de responsabilidade concluiria que não havia prejuízos a terceiros, por conseguinte não havia por quê, ou seria suspensa pela Justiça, a indisponibilização de bens dos ex-administradores e ex-controladores, no caso — ex-administradores, no caso do BANESPA, pelo tempo. Então, isso dizia respeito à ação de responsabilidade. O que os professores disseram, isso seria assim: a liquidação seria levantada mediante o pagamento dos credores, e ponto final. Então, o quis dizer com isso é que está havendo uma confusão técnica, quer dizer, a RAET foi determinada por iliquidez, ponto. Aí ela vai ter o desdobramento; concluir-se o que fazer com o banco etc. é um outro problema, mas ele entrou em Regime de Administração Especial Temporária e deverá permanecer, independentemente de ele ter o patrimônio líquido positivo ou negativo. O que quis dizer com isso é que a discussão do patrimônio líquido remetia muito à ação de responsabilidade. A última informação que eu tive — e já faz tempo — foi de que esta ação estava para terminar, até porque, posteriormente, em 1997, se não me engano, foi feita a compra de títulos dos débitos de São Paulo pela União, e aí, claramente, sem nenhuma discussão, o patrimônio ficou positivo, e não havia mais que se falar em prejuízos a terceiros. A própria ação de responsabilidade... Só estou dando minha opinião, até entrando em assuntos que não são meus, mas como ficou essa declaração grosseira, eu tenho a preocupação de esclarecer o que se pretendeu, e já apresentei reiterados pedidos de desculpas ao Presidente — espero que ele aceite; desejo que ele aceite. Então, foi isso, remeter mais a discussão à ação de responsabilidade, que já é uma ação... digamos... Ao que eu saiba, está no final já, e resolvida de forma favorável às pessoas que foram arroladas. Então, Presidente, essa discussão está fora de contexto.



**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Então, independentemente de avaliar se a declaração é grosseira ou não — até nem estava preocupado com esse aspecto, que entendo de relação pessoal, fora do âmbito desta CPI —, a matéria diz que o diretor esclarece que, nos casos de patrimônio negativo, além das ações criminais e civis movidas contra os responsáveis pela falência da instituição financeira, há possibilidade de confisco dos bens diretores do banco e até mesmo do Governador do Estado. Ao atacar o relatório dos técnicos do BC, Fleury estaria, portanto, tentando evitar o bloqueio de seu patrimônio. Parece-me, pela maneira como foi construída a reportagem, que este parágrafo, embora não aspeado, é decorrência da conversa que o senhor manteve com o repórter ou a repórter que fez a matéria. Posso concluir dessa maneira?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Pode concluir. É decorrência da conversa, estava tentando explicar o que tentei aqui explicar.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Sei, sei. Eu entendi essa explicação.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – O que acontece? De um lado tem a razão da intervenção. A lei, acho que no caso até um decreto-lei, elenca várias razões, que são interdependentes — V.Exa. não precisa somar razões.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Claro.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Havendo a iliquidez, pronto: pode-se determinar a liquidação extrajudicial ou um RAET, ponto. Então cessa uma discussão. A discussão de patrimônio líquido positivo ou negativo é uma discussão que remete à ação de responsabilidade civil, ou seja, patrimônio dos ex-administradores e, depois da Lei nº 9.447, controladores — nessa época, eu acho, só ex-administradores. A inclusão do Governador aí, se eu a fiz, eu até devo tê-la feito de forma indevida. Mas, enfim, isso é um aspecto, vamos dizer, lateral, mas o assunto remete à discussão do responsável civil. A responsabilidade criminal é discutida nas comunicações ao Ministério Público decorrentes do inquérito que é feito. Então, eu tentei estabelecer uma distinção entre as coisas, para ficar claro que o RAET não requeria... Quis dizer, Excelência, que o RAET não requer, no meu entender, patrimônio líquido negativo.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Sim, isso nós sabemos; a lei é clara sobre isso. O que gostaríamos de entender... Houve um impacto, no momento



da instalação da CPI, por algumas declarações de sua autoria. E eu quero entender a natureza dessas declarações para poder, inclusive, avaliar outras perguntas que tenho para fazer. A frase final é que me preocupa: *“ao atacar o relatório dos técnicos do Banco Central, Fleury estaria, portanto, tentando evitar o bloqueio do seu patrimônio”*. O senhor disse isso, ou o senhor assume essa formulação?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, eu não assumo essa colocação assim, não. Não. Assim, não. Dessa forma, eu não posso assumir assim.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – De que forma o senhor...?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – A forma que eu assumo é a seguinte: a questão, ao se atacar o relatório, quer dizer, ao fazer, digamos, uma crítica intervenção à preocupação, quer dizer, qual o patrimônio líquido, negativo ou positivo, essa discussão é que traria conseqüências em relação à indisponibilidade de bens que houvesse, e não propriamente ao fato substantivo da decretação do RAET. Então, o que pretendi dizer é que essa discussão vai bater na responsabilidade civil.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Ou seja, ou senhor quis dizer que o Deputado Fleury tinha interesses pessoais na condução da CPI.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Eu..., essa..., eu não falei..., eu não faria isso.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Estou só tentando entender.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, não. Não tive essa intenção, nem faria isso. Não. Eu não tenho essa colocação; não é, Deputado, da minha formação, não é da minha, vamos dizer, da minha tradição. Eu não faria esse tipo de colocação, que seria uma acusação gratuita.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – O senhor contestou essa matéria junto ao jornal?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não..., não contestei essa matéria junto ao jornal, não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Não contestou. O senhor tem a prática de, quando um jornal publica algo com o que o senhor não concorda, escrever carta ao jornal?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Quando é aspeado, sim; quando é aspeado, sim. Quando é uma conclusão, quando é uma interpretação das minhas



palavras, aí não, não é Deputado, aí é uma interpretação das minhas palavras. Eu disse tantas coisas, posso ser interpretado de várias maneiras.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Claro, evidente: a interpretação é livre. É que a matéria, como ela emenda, dá a entender a qualquer leitor que é continuação da conversa, embora sem aspas, por isso me surpreendi de o senhor não contestar essa colocação. Quer dizer que o senhor não acha que o Presidente da CPI agiu por razões pessoais ao contestar o relatório do Banco Central

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Eu acho que não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Acha que não. Em outra matéria de três dias antes, 19 de outubro, o senhor compara o que aconteceu no BANESPA com o ocorrido no BANPARÁ, e diz o seguinte, aqui aspeado: *“O BANESPA foi assaltado pelo Estado e por empresas privadas, e seu patrimônio foi destruído”* — fecha aspas — *“ao resumir o que aconteceu nas gestões de Fleury e do ex-Governador Orestes Quércia, seu antecessor. Freitas disse até que há semelhanças entre o que ocorreu no BANESPA e o desvio de dinheiro do Banco do Estado do Pará, um dos motivos para abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra o ex-Senador Jader Barbalho”*. Essa frase o senhor confirma?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, e até nos jornais, em reportagens e entrevistas subsequentes, eu qualifiquei, porque essa me incomodou muito. Eu acho até que o Deputado respondeu numa carta a esse respeito, essa história da comparação com o BANPARÁ. O outro não foi incômodo, mas esse foi incômodo, e eu qualifiquei direitinho. Primeiro, quanto à questão de o BANESPA ter sido assaltado, já qualifiquei. Em entrevista que dei à **Carta Capital**, disse: isso é uma força de expressão. E eu usei a palavra “assaltado” em seu sentido etimológico, genuíno, do dicionário Houaiss. “Assaltar” vem do latim **ad saltare**, não foi com o sentido do código...

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Não foi no sentido que o povo entende, é isso?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não foi no sentido... Não, não foi no sentido...

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – O povo entende diferente: é assaltado, assalto.



**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, Excelência, mas não houve esse sentido. Eu usei não no sentido criminal, ou coisa que o valha, mas no sentido etimológico, ou seja, **ad saltare**, que de acordo com o Dicionário Houaiss, quer dizer “pular sobre” — eu fui ao dicionário —, ou seja, “tomar abruptamente”. O que quis dizer com isso foi que me pareceu, pela história que ocorreu, que houve atos e ações específicas que levaram o BANESPA à situação a que ele foi levado. Então, em primeiro lugar, a expressão não foi no sentido criminal, não foi no sentido de acusação, foi no sentido de que houve fática, (*ininteligível*). A primeira coisa. Quanto à comparação com o BANPARÁ, saiu, e eu fiquei preocupado. Essa me preocupou porque fazia que os agentes do uso do dinheiro eram os Governadores. Esse me preocupou especificamente. O outro, Deputado, confesso que não tive preocupação. Esse me preocupou, e eu voltei, falei com a repórter. Disse: *“Olha, eu não disse isso”*. E ela, na maior honestidade, disse: *“Não, você não me disse isso, tanto que não está aspeado”*. Eu disse: *“Realmente, não está aspeado, mas dá a nítida impressão de que eu falei”*. Então, numa entrevista subsequente — saiu no dia 10 de outubro — está aqui: *“O Diretor de Finanças Públicas e Regimes Especiais, Carlos Eduardo de Freitas, que responsabilizou os Governos de Quércia e Fleury pela quebra do BANESPA”* — dizendo que eu responsabilizei — *“esclareceu ontem a analogia que fez entre o BANPARÁ e o banco paulista. Ele disse que não pode estabelecer comparação quanto à emissão irregular de cheques administrativos no BANPARÁ e os problemas ocorridos no BANESPA, como também não afirmou que os ex-Governadores foram agentes do uso do dinheiro”*. Então, eu esclareci. Essa me preocupou. Há, naturalmente, um tombo que não é... Eu procurei apenas com essa entrevista... Eu preciso até, se V.Exa. me permitir... A intenção foi um pouco trazer ao ponto. Eu disse: olha, o que aconteceu no BANESPA — isso é até... Dentro do Banco Central não há preocupação quanto a isso. O Banco Central que inventou o problema? Não. Havia um problema substantivo, a CPI nem se destina a investigar isso, mas havia um problema, levou a uma situação de liquidez, e o Banco Central decretou um RAET. O que eu procurei um pouco foi mostrar que houve algumas razões que levaram a isso.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – A minha preocupação é que alguns setores da mídia e grande parte da base governista tentaram, no início da CPI, descaracterizar sua função, inclusive criando a idéia de que a restrição no





tempo, que era fruto do requerimento inicial do ex-Governador Fleury, entre a intervenção e o final da RAET, visava justamente excluir a avaliação do período anterior. Ao contrário, foi o período mais avaliado por esta CPI, e nós tivemos a condição de desmentir aqueles membros da base governista que, preocupados com os rumos da CPI — e com certeza tinham motivos para isso —, eles tentaram, de todas as maneiras, impedir o funcionamento da CPI. Foram, infelizmente para eles, malsucedidos e felizmente para aqueles que queiram apurar. Nós estamos aqui hoje apurando e com certeza nós poderemos produzir um relatório bastante correspondente àquilo que foi dito nesta CPI e àquilo que foi investigado por seus membros. Eu queria fazer uma outra pergunta ainda sobre uma declaração sua. A matéria é do dia 12 de outubro de 2001, no **Estado de S Paulo**: *“O Diretor do Banco Central afirmou que as condições de renegociação da dívida do Estado acertadas em 1992 eram pírias, com garantias insuficientes e que o próprio mercado financeiro percebeu isso”*. Bom, como a renegociação foi feita entre o Estado de São Paulo e o BANESPA — o BANESPA, evidentemente, tinha dirigentes nomeados pelo Governador Fleury, e o Estado de São Paulo, o Governador é o Fleury — com a concordância, por escrito, do Banco Central, evidentemente tinha que dar concordância, o Conselho Monetário Nacional tinha que apreciar essa renegociação. Então, posso supor que o senhor, nessa declaração, o senhor condena tanto o Governador quanto o Presidente do BANESPA, quanto o Presidente do Banco Central. O senhor caracteriza, não condena, mas caracteriza que houve um comportamento de improbidade ou de omissão na negociação desse acordo, porque o acordo era pírio, as garantias, insuficientes e, portanto, é um acordo que não obedece a bases técnicas bancárias mínimas. Posso adotar esse entendimento decorrente dessa sua declaração?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Qual entendimento, Deputado?

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Que as condições de renegociação da dívida do Estado eram pírias, com garantias insuficientes e que o próprio mercado financeiro percebeu isso. O entendimento é o seguinte: que o Governador, o Presidente do BANESPA e o Presidente do Banco Central agiram ou de má-fé ou se omitiram de avaliar corretamente as condições do acordo, e o próprio Senado Federal que aprovou a renegociação.



**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Parece-me — perdoe-me Excelência — muito forte tirar a conclusão de que eu teria ousado dizer uma coisa dessas. **Ex post facto**, numa perspectiva de dez anos, e tendo o benefício do que aconteceu posteriormente, verificou-se que as condições então estabelecidas para o refinanciamento da dívida de São Paulo... Qual era o problema do BANESPA? O BANESPA...

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – O senhor me perdoe por interrompê-lo um pouquinho. O senhor fala a expressão “*eram pífias, com garantias insuficientes*”. Uma coisa é falar assim: eram inadequadas, eram inconsistentes com a conjuntura momentânea. Outra coisa é falar que eram pífias, com garantias insuficientes. Eu sou bancário, eu sei que um acordo pífio, com garantia insuficiente é um acordo que quem faz ou faz por ignorância ou por má-fé.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, eu não diria... Eu estou dizendo que, vendo-se a posteriori, verifica-se que o acordo feito pelo BANESPA, em 92, com o Estado de São Paulo, é um acordo que, primeiro, colocava, ao que eu investiguei: o pagamento da dívida só ia ocorrer a partir... Havia um período de carência, que, se não me engano, ia até dezembro de 94, se não me engano.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Não, ao contrário.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Ou seja, havia pagamentos... A informação que eu tive é que havia pagamentos insuficientes, pequenos, até dezembro de 94; o pagamento mesmo começava já a partir de 95. Então, isso deixou o mercado, teve uma percepção de que isso era insuficiente. Por quê? Como as dívidas foram colocadas num prazo, se não me engano, de doze anos, com pagamentos que eram pequenos no início e começavam mesmo, ao que eu fui informado, a partir de 1995, então, olhando isso e olhando a concentração dos ativos do BANESPA, esse era o problema do BANESPA. Ele tinha uma concentração muito grande de operações de empréstimo com o setor público paulista, que vinha de anos atrás. E essa concentração levou, numa conjuntura econômica em que o Brasil teve uma quadra recessiva, e as finanças públicas dos Estados, de uma maneira geral, foram sacrificadas, uma concentração grande com o Estado de São Paulo era problemática para o banco, como seria com qualquer outro Estado. Ainda mais pelas dimensões do Estado de São Paulo, ele sofria, provavelmente até mais do que os outros, lembrando que 90 foi um ano de recessão



forte, 91 também, 92 ainda foi um ano difícil. E isso tudo influencia nas finanças públicas. Então, a renegociação que foi feita era uma renegociação que jogava muito para a frente os compromissos. Como a concentração era grande, o que eu entendo é que o mercado percebeu isso. O mercado percebeu esta situação: olha, o banco tem uma concentração grande de empréstimos com o Estado de São Paulo, as finanças públicas do Estado de São Paulo estão se fragilizando até porque todas as finanças públicas de todos os Estados estão se fragilizando. Nós tivemos a Lei nº 7.976, a Lei nº 8.723 e acabamos tendo, em 96, a Lei nº 9.496, o resultado de todo um período de dificuldades. Então o mercado percebeu isso, deve ter percebido isso, e começou, então, a tirar o **funding** do banco. Essa foi a minha percepção do acordo. Dizer que o Governador do Estado foi responsável, o Presidente do Banco Central? Não. Isso seria um exagero. Eles naturalmente fizeram o melhor que conseguiram fazer à época. A situação do banco era muito difícil e era muito difícil desde 90, agravada naturalmente com aqueles dois (*ininteligível*) de 1990. Mas a situação em 91 era complicada. Eu fiz essa pesquisa. Até, depois de levantados os dados da Comissão de Inquérito, eu voltei e eu revisei essas circunstâncias todas até para vir aqui dar um depoimento mais profícuo. Eu revisei, as condições eram difíceis. No início de 91 a situação do banco era muito complicada. Ele já tinha uma concentração grande com o Governo do Estado de São Paulo. A conjuntura econômica não era fácil.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – O fato é que o Banco Central aceitou condições para uma renegociação que qualquer pessoa que olhasse aquele acordo podia prever que ia ter problemas mais à frente. Inclusive — desculpe, só para concluir —, autorizou pouco tempo depois que o pagamento das parcelas — que na verdade não havia essa carência, a carência, se havia, era pequena porque durante todo o ano de 94 houve pagamento, só que o Banco Central autorizou que fosse feito pagamento em ações, sabendo que, para um banco, ações de baixa liquidez no mercado, como eram as ações da CESP, teriam pouca utilidade para resolver seu problema de caixa. Então, para mim parece bastante óbvio, ainda que possa não ser para V.Sa., mas para mim parece bastante óbvio que houve uma imperícia por parte da diretoria do Banco Central ao, durante o processo, não tomar providências mais objetivas, aceitar renegociar em 92, depois autorizar o pagamento com ações, e, quando chegou no ano de 94, aguardar para fazer intervenção só



depois das eleições, quase na posse do Governador Mário Covas. Eu tenho essa compreensão. O senhor tem divergência dessa compreensão?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Deputado, me parece que a compreensão de V.Exa., que tem todo o direito de fazê-la, claro... Eu não compartilharia com V.Exa. essa interpretação, não. Me parece que houve circunstâncias difíceis, parece que os fatos posteriores mostraram que aquele acordo de 92 era um acordo frágil, do ponto de vista do banco. Talvez isso pudesse ser visto na época do acordo, talvez não, não sei. Talvez isso já pudesse ser visível desde o momento em que ele foi feito, talvez não. Acredito, repito, que as autoridades diretoras do Banco Central, o Presidente do Banco Central em todas as épocas, o Ministro da Fazenda, as autoridades do Estado, o Governador do Estado, o Presidente do BANESPA, os seus diretores, os membros do Conselho de Administração tenham envidado esforços no sentido de resolver. Talvez esse caminho nós pudéssemos fazer uma crítica. Eu, por exemplo, se por acaso tivesse o Governador me chamado em janeiro de 91 para tentar fazer um exame do banco, eu diria a ele: *“A situação é muito difícil. Recomenda-se uma intervenção do Banco Central”*.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Sobre isso...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Mas eu estou olhando os números...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Só para fazer uma análise sobre isso, Dr. Carlos, é o seguinte: o Banco Central havia determinado que toda a dívida mobiliária do Estado de São Paulo passasse a ser responsabilidade do BANESPA. Isso foi em 1990. Isso de certa forma agravou...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Fevereiro de 91, foi a data em que foi extinta a DIVESP, a Distribuidora de Valores Mobiliários do Estado de São Paulo, e o BANESPA passou a ter que ir duas vezes ao mercado.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Isso aumentou a concentração da dívida pública do Estado com o BANESPA. E isso foi uma decisão do próprio Banco Central, não foi uma decisão do Governo de São Paulo, na época do Governador Fleury. Não foi decisão do Governador, foi à revelia do Governador.



**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Eu não conheço a época e o exato detalhe dessa (*ininteligível*), só me parece que o BANESPA não devia ter aceitado, devia ter passado para outro banco, mas enfim...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Foi a posição do Banco Central.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – O Banco Central não pode impor a um banco.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – O Governador Fleury pode esclarecer como foi a decisão.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não sei, mas me soa muito estranho que o Banco Central determine que um banco tem que carregar a dívida de um Estado. Ele pode ter determinado que a dívida passasse a ser carregada por um banco, mas não necessariamente o BANESPA.

(*Intervenção inaudível.*)

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Mas não devia ter sido no poder. Bom, aí eu realmente não sei esse aspecto. Só que a situação...

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Eu conheço a história. É o seguinte: estou lembrando que foi em 91. Foi antes da sua posse.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Foi em 15 de fevereiro de 91, trinta dias antes da minha posse.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Eu me lembro, o Machado era o Secretário da Fazenda, e isso foi imposto pela então Ministra Zélia e a diretoria do Banco Central. Houve uma decisão do Banco Central de extinguir, praticamente, a DIVESP e passar a carteira para o BANESPA, onde o Estado era o maior controlador. E isso é que agravou a situação de concentração na carteira do banco da presença de dívida mobiliária do Estado de São Paulo e veio depois acarretar um agravamento da situação nessa relação Estado/banco no Governo que assumiu trinta dias depois. Esse é o fato que agravou essa relação dívida estatal/BANESPA. Foi determinado pelo Banco Central. Não tenho aqui agora, mas eu tenho guardada comigo a decisão do Banco Central que determina que o Estado faça essa concentração.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Em setembro de 99 a diretoria do BANESPA, já sob a RAET, publicou fato relevante comunicando que a Receita Federal lavrou auto de infração por considerar a provisão temporariamente



indedutível, para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, os valores relativos à complementação e de aposentadoria dos funcionários admitidos até 22 de maio de 75. De acordo com a citada nota, o valor dos tributos e demais encargos correspondiam a 2 bilhões e 876 milhões. A diretoria do banco informou que a exigência fiscal da autoridade tributária seria impugnada no devido tempo. Em harmonia com essa posição explicitada no referido comunicado de fato relevante, a diretoria do BANESPA, com as informações trimestrais, esclareceu a questão com maiores detalhes. Na oportunidade ficou clara a decisão dos administradores quanto à desnecessidade de provisão da bilionária multa imposta pela Receita Federal. A mesma posição no sentido de não provisionar a multa foi endossada pelos auditores externos do BANESPA, que a propósito acentuaram: *“A administração do banco, com base na opinião de seus advogados e consultores jurídicos, considera como muito boa a possibilidade de ganho da ação, motivo pelo qual seu eventual efeito não foi provisionado”*. Portanto, havia uma decisão da diretoria do BANESPA, com respaldo dos pareceres técnicos e jurídicos. No entanto, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central, em ingerência nos assuntos societários ilegal, determinaram de forma impositiva a constituição da questionada provisão. No dia 22 de dezembro de 99, houve a publicação de novo fato relevante pela diretoria do BANESPA, comunicando que, por determinação do Banco Central e com vistas a dar continuidade ao processo de desestatização, serão realizados os seguintes ajustes nas demonstrações contábeis de 99: constituição da provisão líquida dos efeitos fiscais relativos à autuação pela Secretaria da Receita Federal, objeto do fato relevante de 15 de setembro de 99, no valor, em 20 de dezembro, de 1 bilhão e 813 milhões; contabilização dos ativos fiscais diferidos oriundos de diferenças temporárias mencionados nas notas explicativas. Com relação a essa exigência fiscal, estabeleceu-se um terceiro aditivo, cláusula 18: que o Estado seria compensado até o montante de 583 milhões, acrescido de IGP-DI mais juros **pro rata** de 6% ao ano, caso o BANESPA viesse a ser, por qualquer modo, definitivamente desonerado, ainda que de forma parcial, daquela exigência fiscal até a data do leilão. A mesma compensação é devida ao Estado caso o cancelamento total ou parcial da exigência fiscal venha a ocorrer após o leilão, desde que por força de remissão ou anistia, com benefícios para a União em face do adquirente no leilão. Ou seja, a compensação em favor do Estado somente ocorreria através do





leilão, salvo posterior remissão ou anistia. Tendo em vista que a impugnação da exigência fiscal ainda não foi julgada, não tendo se esgotado sequer a fase administrativa no âmbito do conselho de contribuintes, o Estado será compensado somente na remotíssima possibilidade de remissão ou anistia. Em suma, nada obstante de todas as manifestações técnicas em sentido contrário, o Banco Central forçou o provisionamento do valor da autuação fiscal. Além disso, quando assumiu o controle acionário do BANESPA, assegurou a compensação do Estado pela reversão da provisão somente se o julgamento dependesse e desse até a data do leilão, o que, evidentemente, não ocorreu, impondo essa gravíssima desvantagem ao Estado. Considerando a firme posição da diretoria do BANESPA, nomeada pelo Banco Central, e também a dos auditores independentes, contrários ao provisionamento, qual a justificativa que o senhor dá para o Banco Central ter determinado o provisionamento dessa autuação?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Claro, era óbvio que tinha que provisionar. Isso é medida mínima de prudência, isonomia e seriedade do leilão. Quanto ao Estado de São Paulo, que era até o leilão, aí realmente eu não tenho o que comentar. Aí, V.Exa. deveria indagar às autoridades do Estado, que assim combinaram com as autoridades da União. Quanto à provisão, não tenho a menor dúvida, foi a maneira... Nós tínhamos que... O gestor... E por que o Banco Central? O Banco Central, na qualidade de gestor da privatização, é o responsável pela venda. Havia que se retirar a autuação da precificação do banco. Nós não podíamos entrar num leilão com um fato **sub judice** que poderia andar de uma forma e poderia andar de outra, e especular com o patrimônio público. Nós não especulamos com o patrimônio público, nós não especulamos. Então, como isso era um fato que, em certeza, poderia ter um desdobramento específico e que dependia de ação humana da Justiça, da instância administrativa, o que havia de se fazer? Provisiona-se e tira-se do preço. Se houver ganho de causa para o BANESPA lá na frente, o controlador tem que devolver à União a parcela relativa ao controle. Ele reverte a provisão, e a parte de controlador ele tem que devolver à União. A União recebe, portanto, senão vai entrar num jogo se poderia receber ou se não poderia receber, se poderia ganhar ou se não poderia ganhar. Ninguém vai atribuir valor a essa ação judicial. A reversão, por sua vez... Já os acionistas minoritários estavam garantidos, porque, se já estava provisionado, ficou no banco, o BANESPA ganhou daqui a seis anos, sete



anos, oito anos, reverte, e os minoritários estão garantidos, e o controlador e a União recebem de volta. O BANESPA perdeu, aquilo já estava provisionado, já saiu da precificação. Então, era fundamental provisionar para que se retirasse da precificação, que é uma palavra que não existe ainda no dicionário, mas que vem sendo usada, ou seja, na formação do preço.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Mas em relação aos créditos tributários gerados no leilão, evidentemente, têm impacto enorme.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Os créditos tributários gerados no leilão dependem da geração de lucro. E eles ocorreriam. No momento em que o senhor tem a autuação, o senhor gera o crédito tributário e faz provisionamento.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Eu digo o crédito tributário decorrente da diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, esse crédito não é tão importante. Se V.Exa. me permite uma explicação, há uma grande confusão ainda. Uma coisa é o crédito tributário. O crédito tributário, que se forma quando se tem uma obrigação fiscal, ou seja, se pagou uma obrigação fiscal e pode-se tê-la de volta, que é o caso da diferença intertemporal. Ou se fez um prejuízo fiscal e, portanto, faz-se o... Esse crédito tributário pode ser usado na medida em que haja lucro na frente. No caso do crédito tributário decorrente da diferença intertemporal, que é quando a instituição pagou o imposto, mas a diferença de critérios de provisionamento entre a Receita e o Banco Central faz com que ele não tenha tido lucro do ponto de vista econômico-financeiro para o Banco Central, mas ele pagou imposto sobre aquilo. Se amanhã reconhecer a perda, ele, realmente, no momento em que reconhece a perda — só no momento em que ele reconhece a perda —, ele pode usar o crédito tributário. E aí ele pode usar para abater de lucro, integralmente. Se é um crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal — no caso não era, no caso era um crédito típico de transferência, de diferença intertemporal, porque ele deveria ter pago imposto, não pagou e foi autuado. Então, ele fez um provisionamento e não recolheu imposto. Estava ali recolhendo uma autuação e teria algum crédito tributário em função disso. Mas isso aí é usado para abater de lucro. Isso é uma coisa. O outro caso chama-se a diferença entre o preço pago e o valor...

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Patrimônio.



**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, o patrimônio. Não tem nada a ver com o preço.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Eu não falei preço, eu falei patrimônio.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Com o patrimônio. Esse é o crédito... Meu Deus, como é o nome disso? Isso aí tem um nome técnico. O senhor abate um investimento...

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Na prática, é como se fosse crédito tributário.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, não é não, porque, se não houvesse isso, seria possível a empresa abater de imediato. Então, a Receita reconhece o investimento, porque há uma expectativa de lucro. Então, como a empresa pagou a mais, pagou a mais que aquilo que é o patrimônio da empresa. Então, se o crédito tributário está ativado, aquilo está no patrimônio da empresa. Então, não existe isso. Só quando o crédito tributário não está ativado. O comprador pode pagar a mais, ele tem investimento maior, e esse investimento é...

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Deduzido.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Em relação ao patrimônio líquido, ele paga a maior, ele tem um prazo, ele não pode deduzir de imediato.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – São três exercícios.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Cinco, no mínimo.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Cinco exercícios.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Cinco, no mínimo.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Sim.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Então, ele tem que gerar a expectativa de lucro que ele vai ter com aquele investimento. E aí ele vai distribuir em dez anos. A Receita analisa o período em que ele vai distribuir aquilo.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Quer dizer o seguinte: se não houvesse a multa, o patrimônio líquido do BANESPA seria maior.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Se não houvesse a multa, o patrimônio líquido do BANESPA, se ele, claro... Não seria maior, perdão, Excelência.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Se não houvesse a provisão. Desculpe-me, não a multa, a provisão.



**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Se não houvesse a incidência de imposto, o patrimônio seria maior. A incidência do imposto traria o patrimônio ao seu tamanho, independentemente de qualquer outra coisa.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Agora o fato do imposto é controverso. Há controvérsia.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Sim, por isso que se está discutindo e tirou-se da precificação.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Exatamente. Só quero dizer que de qualquer maneira gera, amplia esse crédito pela diferença do investimento.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Não, Deputado, não amplia, porque o imposto, se couber, ele já cabia e já deveria ter sido pago, o patrimônio já teria sido menor. Se não couber, vai ter que ser devolvido à União. Se não couber, o patrimônio seria maior. Portanto ele vai ter que devolver à União o que ele recebeu a maior. Aí não tem como.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – E esses créditos serão recalculados?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Eu não sei. Os créditos tributários...

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Por que o...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Ele não gera crédito.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Por que se houver reversão do provisionamento...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Deputado, eu acho que não gera crédito tributário, não. Se gerar, aumenta o patrimônio.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Quero dizer assim: no leilão gerou.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Então aumentou o patrimônio.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – No leilão gerou.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Então aumentou o patrimônio.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Como gerou no leilão, então, evidentemente, se houver reversão da provisão lá na frente...



**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – É porque o crédito... V.Exa. tem razão. Entra o crédito tributário, gerou. E aí: foi ativado, ele aumenta o patrimônio líquido, ele reduz o diferencial do investimento.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Isso, só que esse diferencial não vai ser recalculado, porque o balanço do exercício em que for revertido é que vai revelar o crescimento do patrimônio líquido correspondente.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Ah, não. O crédito tributário, sendo ativado, ele vai aumentar o patrimônio líquido.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Eu consultei alguns tributaristas de São Paulo sobre isso, e a informação que me deram foi essa. Quer dizer, como o critério é de competência, efetivamente, no ano de competência em que houver a reversão da provisão, vai-se gerar aí um aumento do patrimônio líquido. Mas aquele “crédito tributário” — entre aspas — gerado por conta do investimento já estará incorporado ao patrimônio do banco na forma de ativos. São ativos contra a União, contra a Receita.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Deputado, para eu lhe dar uma explicação mais detalhada, eu teria que estudar o caso. O que me parece fora de dúvida é que a provisão — eu não tenho a menor hesitação em confirmar — era o procedimento correto, até porque era fundamental tirar-se aquela multa, aquela autuação, porque tem um imposto, aquele valor de qualquer especulação com preço. Nós tínhamos que fazer um provisionamento.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Sr. Presidente, eu vou encerrar as perguntas, só que eu gostaria de comentar, antes de encerrar minha participação, que o tom adotado pelo Diretor Freitas aqui nesta reunião em relação a V.Exa., como Presidente da CPI e ex-Governador, é bem diferente daquele que foi empregado quando a CPI estava no seu início e havia um movimento e pressão para tentar desacreditar a CPI junto aos órgãos da mídia. Foi um tom adotado tanto pelo Banco Central como também adotado pelos Deputados da base governista, em especial os Deputados do PSDB nesta Casa. Então, gostaria de comentar que, particularmente, algumas colocações que foram feitas ao jornal, bastante agressivas, como, por exemplo, o final da matéria do dia 2 de outubro que diz assim: *“A rigor, de acordo com Freitas, o BANESPA foi vítima de gestão temerária ou fraudulenta”*. Eu não vi se repetir aqui hoje porque imagino que ou foi erro do jornalista ou o Sr.



Freitas reviu o seu posicionamento a respeito desse episódio, o que eu acho que nós devemos investigar. Desde o começo insisti que a gestão do Governador Fleury merecia ser investigada, não porque houvesse prejulgamento, mas porque qualquer gestão pública merece ser investigada. Eu acho que é um princípio da administração pública que a investigação deva ser profunda e eficaz e que ninguém deva utilizar o seu cargo de Deputado, Senador, Ministro, Presidente ou Diretor do Banco Central para obstaculizar a investigação, e que particularmente a CPI do BANESPA, conforme foi constituída — eu quero fazer este registro porque, para mim, particularmente, tem um sabor especial, porque alguns órgãos de imprensa tentaram inclusive fazer esse joguinho: *“Olha, o PT está aliado com o Fleury, o PT, que fez uma oposição dura ao Governador Fleury”*. O Fleury sabe disso, que o PT foi um opositor duro no Governo do Estado, duro, porém leal. O PT estaria aliado com o Fleury para limpar a barra do Fleury e a do Quércia, em função de um interesse do PT de jogar o ônus no Banco Central. Nós não temos interesse de jogar o ônus em lugar nenhum, queremos apurar a verdade, saber até que ponto o Banco Central agiu — em qualquer Governo, seja no Governo Itamar Franco, no Governo Collor, no Governo Fernando Henrique Cardoso —, se o Banco Central agiu em algum momento de maneira interessada, de maneira desonesta, do ponto de vista do seu papel de autoridade monetária, e saber também se o Governador Fleury, o Governador Quércia, o Governador Montoro, o Governador Maluf usaram o BANESPA para fins pessoais ou partidários e geraram qualquer nível de risco a essa importante instituição financeira, que, lamentavelmente, hoje não é mais brasileira, não é mais pública, é um banco espanhol, que, ao final do seu exercício, remete seus lucros à Espanha, em detrimento da nossa já fragilizada conta de transações correntes. Então, era isso que eu queria dizer para encerrar a minha colocação, evidentemente sabendo que a CPI vai prosseguir, que nós temos que agora caminhar para construir um relatório coerente e muito sério em relação ao que aconteceu no BANESPA. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Antes de encerrar os trabalhos, Dr. Carlos Eduardo, quero dizer que V.Sa. — e até registrar, Deputado Berzoini — já havia feito chegar as suas considerações a respeito da entrevista que foi mencionada. E evidentemente eu deixei claro — não tivemos oportunidade de uma conversa pessoal — que eu entendia a posição de V.Sa. Eu não iria fazer





qualquer tipo de pergunta a respeito desse assunto, mesmo porque eu o faço, apenas e tão-somente, para acabar com esse incidente de uma vez por todas, já que eu considero que o depoimento de V.Sa. foi extremamente valioso para esta Comissão, extremamente técnico. Cumprimento V.Sa. pelo conhecimento técnico que apresentou, mas apenas para que não fique qualquer dúvida em relação a esse incidente. V.Sa. disse, com razão, que em 1991 o banco já apresentava problemas. E é verdade. Eu queria confirmar isso publicamente. Eu assumi o Governo do Estado no dia 15 de março de 91 e, no dia 17 de março, estava aqui em Brasília exatamente discutindo essa questão com as autoridades financeiras da época. Aliás, é bom que fique registrado que nós tivemos que discutir essa questão da dívida do Estado, a questão do BANESPA e também a questão da dívida mobiliária com oito Presidentes do Banco Central, perdão, oito Ministros da Fazenda, cinco Presidentes do Banco Central, dois Presidentes da República, numa época em que nós tivemos três moedas e dois planos econômicos. Mas, em 1991, nós apresentamos uma proposta, que lamentavelmente não foi aceita por influência política — o Banco Central estava de acordo, a Ministra Zélia estava de acordo, mas, em razão de problemas políticos, não se avançou —, que era simplesmente a troca de títulos. E, na época, a necessidade do BANESPA para obter a sua liquidez era de apenas 600 milhões de dólares. Se talvez isso tivesse ocorrido em 1991 — como a gente aqui teve oportunidade, por várias vezes, de falar de fatos passados, é muito fácil julgar o passado tendo em vista o presente e tudo o que aconteceu —, talvez o problema já tivesse se resolvido em 1991, se essa proposta de troca de títulos — que acabou ocorrendo depois e culminou com uma troca total de títulos, já durante o RAET. Talvez os problemas do banco tivessem sido equacionados já naquela época. Mas apenas, tendo em vista até aquela malfadada reportagem, eu só queria saber: o senhor, em 94, 95, não era Diretor do Banco Central?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Eu tinha me aposentado em maio de 93 e era professor da Fundação Getúlio Vargas, aqui em Brasília, e coordenador da Escola de Pós-Graduação em Economia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Então, o senhor chegou a ler o relatório feito sobre o BANESPA pela Comissão de Inquérito?



**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Eu examinei o relatório com o próprio Presidente da Comissão de Inquérito, chamei-o a Brasília em algumas oportunidades e fiz com ele uma leitura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Sim, agora, para dar aquela entrevista, o senhor se baseou no relatório?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Eu me baseei no relatório e na informação do Presidente da Comissão de Inquérito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Então o senhor deve ter lido o relatório e deve ter visto que eu não sou mencionado em momento algum como responsável por qualquer ato do BANESPA.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Eu creio que sim. Eu creio que V.Exa. tem razão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Com relação à dívida do Governo do Estado com o BANESPA, porque, como na reportagem consta que a dívida teria crescido durante o meu Governo, eu só queria depois passar à mão de V.Sa. um documento que mostra que o Governo Fleury não contraiu um centavo de dívida no BANESPA. Nós pagamos dívida e, em 92, o acordo foi o acordo possível — o atual Presidente do BNDES, Francisco Gros, era Presidente do Banco Central —, que nós fizemos naquela época. Mas 0,7% da dívida do BANESPA vem do Governo Paulo Egydio; 15,3%, do Governo Paulo Maluf; 46,5%, do Governo Montoro — porque houve a desvalorização, em 83, e o Governo Montoro foi obrigado a assumir essas dívidas — e 37,5%, do Governo Quéricia, das antecipações de receita. Então, é bom que se registre, porque hoje isso já é público. Mas todos, acredito, ou boa parte da população, já sabem disso. Mas é até por aquela entrevista que eu faço essa colocação para V.Sa. Com relação às operações com o setor privado, também citadas na reportagem, eu queria simplesmente registrar que 22 operações foram consideradas irregulares. Como o inquérito retroage a cinco anos, isso corresponde a 0,0009% das operações de crédito realizadas pelo BANESPA durante aquele período, o que me parece um índice altamente insignificante, ou insignificante ao mínimo — altamente insignificante não seria a expressão correta. E eu indago: V.Sa. sabia que as operações, salvo duas delas, estavam todas provisionadas já desde 92, e que o BANESPA já estava fazendo a cobrança dessas operações de crédito?



**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - Eu acho que o ponto aí não é o provisionamento, por que elas devem ter sido provisionadas. O ponto levantado foi a própria operação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Sim, exato.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** - No momento em que ela é provisionada, ela subtrai do patrimônio dele, mas não deve ter sido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) - E, finalmente, para encerrar: V.Sa. exerce a função hoje de Diretor de Fiscalização? Não mais?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Nunca exerci.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Pois não. Perdão. Da Diretoria de...

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Liquidações e Desestatização.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Então, por duas oportunidades... Isso é só uma questão jurídica, doutor, nós estamos terminando. É só para deixar claro porque é um aspecto jurídico da maior relevância. Por duas oportunidades V.Sa. disse que os controladores, a partir da modificação legal que aconteceu, passariam a ser responsabilizados também. Agora, o controlador do BANESPA não era o Governador, era o Estado. E que eu saiba não existe nenhum dispositivo legal que diga que responde o Governador e não o Estado, que é o titular. Quisera eu ser o controlador do BANESPA! Teria ficado milionário com a privatização que foi feita. E aí eu faço a pergunta a V.Sa: se nós admitíssemos essa sua tese, por que o Presidente Fernando Henrique não foi responsabilizado pelo prejuízo do Banco do Brasil de 9 bilhões como acionista controlador ou pelo prejuízo da Caixa Econômica Federal, recente também, como acionista controlador? Evidentemente eu queria ouvir a resposta de V.Sa., mas já antecipo: porque ele não pode, porque o acionista controlador não é ele, é a União, e, portanto, seria extrapolar a lei colocar a figura física, pessoal, do Presidente da República e não a figura jurídica. Quando muito, se houvesse qualquer ato irregular, caberia, por parte do Estado ou da União, uma ação regressiva contra a figura física do Governador ou do Presidente à época, e não colocar como acionista controlador, que é uma situação diferente dos bancos privados. Bom, eu agradeço muito a presença de V.Sa. Quero realmente agradecer porque foi extremamente importante, principalmente por nós termos a possibilidade deste encontro, que, confesso, o Dr.



Belém há muito tempo queria promover. Eu entendi que não deveria fazê-lo antes que V.Sa. fizesse o depoimento. Mas eu quero dizer que tenho muito respeito pela sua atuação e pelo seu trabalho, como tenho respeito pela equipe do Banco Central, pelos funcionários do Banco Central. Agora, na Comissão Mista de Segurança Pública, nós estamos procurando dar mais instrumentos ao Banco Central, ao COAF, também no sentido de que se possa combater os crimes, o do colarinho branco, enfim, todo tipo de crime financeiro. Tenho sido aqui um defensor dos funcionários do Banco Central. Defendi desde que cheguei aqui a posição de que eles, os funcionários do Banco Central, se constituem em carreira de Estado pela função que desempenham. Quero fazer esse registro, inclusive do excepcional trabalho, na minha opinião, desenvolvido pelo Presidente Arminio Fraga. Eu o considero o grande responsável pelo fato de o Brasil estar conseguindo atravessar esse processo tão difícil que nós estamos vivendo no mundo. Evidentemente, ele e sua equipe. Então, quero agradecer a V.Sa. Nada mais havendo a tratar, eu vou encerrar os trabalhos, mas antes convoco reunião interna reservada para amanhã, às 15h, no Plenário nº 5, com a seguinte pauta: item 1, andamento dos trabalhos de elaboração do relatório final, e item 2, análise de documentos para fins de seleção dos nomes dos investidores a serem intimados pela Comissão, além de outros assuntos que se façam necessários. Peço à Secretaria da CPI que providencie para que não haja gravação da reunião, para que não sejam ligados os microfones e, junto à Segurança da Casa, em cada uma das portas, que seja colocado um segurança para impedir o vazamento das informações, já que nós estaremos tratando de assunto sob sigilo e nós somos responsáveis pela manutenção desse sigilo. Está encerrada a reunião.